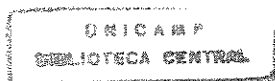


ANA DE PELLEGRIN
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

OS CONTRASTES DO AMBIENTE URBANO:
espaço vazio e espaço de lazer

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1999



9880762

**OS CONTRASTES DO AMBIENTE URBANO:
espaço vazio e espaço de lazer**

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante (presidente)

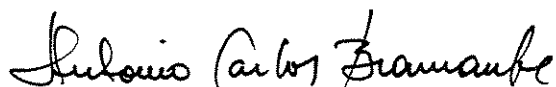
Profa. Dra. Áurea Maria Guimarães (membro titular)

Prof. Dr. Gustavo Luis Gutierrez (membro titular)

Prof. Dr. Jocimar Daolio (membro suplente)

Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godoi Trigo (membro suplente)

Dissertação apresentada como exigência final para obtenção do título de Mestre em Educação Física, na área de concentração “Estudos do Lazer”, sob orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante, defendida por Ana De Pellegrin e aprovada pela banca examinadora em 18 de agosto de 1999.



**FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS**

1999

UNIDADE	BC
N.º CHAMADA:	7111-AMP
	D441c
V.	Ex.
TOMBO	80/39511
PROD.	229/99
C	<input type="checkbox"/>
D	<input checked="" type="checkbox"/>
PREÇO	R\$ 11,00
DATA	24-11-99
GPD	

CM-00137146-9

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA- FEF – UNICAMP

De Pellegrin, Ana
D441c Os contrastes do ambiente urbano: espaço vazio e espaço de lazer / Ana De Pellegrin. –
Campinas, SP : [s. n.], 1999.

Orientador: Antonio Carlos Bramante
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Lazer. 2. Espaços urbanos. I. Bramante, Antonio Carlos. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

RESUMO

Esta pesquisa teve como ponto de partida a problemática do espaço urbano, de um modo geral, procurando focalizar dois aspectos desse universo: o espaço vazio e o espaço de lazer. A partir disso, destacou-se a importância das relações de apropriação e uso desses espaços por parte da população, nas suas diferentes formas e processos. O trabalho teve por objetivo investigar: (1) a importância do espaço vazio no ambiente urbano, (2) a inserção do lazer no processo de ocupação do espaço urbano, (3) a tendência de saturação do espaço nos espaços e equipamentos de lazer, em sua construção e utilização, (4) o papel do poder público municipal com relação ao espaço de lazer e (5) as relações de grupos específicos no lazer com o espaço que ocupam, dando um destaque para os interesses físico-esportivos, por estarem em íntima relação com a Educação Física. Em termos metodológicos, tratou-se de um estudo comparativo de casos, constituído de uma combinação de pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. A pesquisa bibliográfica foi realizada junto ao Sistema de Bibliotecas da Unicamp, enquanto a pesquisa documental foi desenvolvida junto à Prefeitura Municipal de Campinas. A pesquisa exploratória se realizou em quatro bairros (pertencentes a diferentes zonas administrativas da cidade, a saber: norte, sul, leste e oeste), escolhidos de forma não probabilística, intencional e por critério de acessibilidade. A construção do trabalho se deu à luz do referencial teórico proposto por Henri Lefebvre, tendo como finalidade obter uma visão ampla da cidade acerca de sua organização espacial para que fosse possível fornecer subsídios para uma política de adaptação, transformação e preservação do espaço urbano e, em especial, do espaço de lazer.

Palavras chave: espaço de lazer, espaço vazio, lazer e ambiente urbano, espaço e sociedade.

ABSTRACT

This research had as starting point the problem of the urban space, in a general way, seeking to focus two aspects inside that universe: empty space and leisure space. Starting from this scenario, we stood out the importance of appropriation and use relationships of those spaces by the population, in its different forms and processes. This work had as objective to investigate: (1) the importance of the empty space in the urban environment, (2) the insert of leisure in the occupation process of urban space, (3) the space saturation tendency in leisure spaces and equipments, in their construction and use, (4) the role of public administration towards the leisure space and (5) the relationships between specific groups in leisure and the spaces they occupy, giving a prominence for the physical interests, due to the fact that they are very close to Physical Education. In methodological terms, it was a comparative study of cases, constituted of a combination of bibliographical, documental and exploratory research. The bibliographical research was accomplished through the System of Libraries at Unicamp while the documental research was developed at the City Hall of Campinas, SP. The exploratory research took place in four districts (belonging to different administrative zones of the city: north, south, east and west), chosen in a non-probabilistic and intentional way, through accessibility approach. This research was based on the theoretical framework proposed by Henri Lefebvre, and has as purpose to obtain a broad vision of the city concerning its space organisation, so that it would be possible to offer subsidies for adaptation, transformation and preservation policies for urban space, specially, for leisure space.

Key words: leisure space, empty space, leisure and urban space, space and society.

AGRADECIMENTOS

A realização desta pesquisa só foi possível com a participação direta de algumas pessoas e instituições. Agradeço a todos por terem tornado o meu trabalho mais agradável e a cada um(a) por motivos bastante especiais...

Ao Prof. Dr. *Antonio Carlos Bramante*, orientador do trabalho, pela leitura crítica, pelas discussões e pela dedicação em todos os momentos.

À Profa. Dra. *Áurea Maria Guimarães* e ao Prof. Dr. *Gustavo Gutierrez*, membros titulares da banca examinadora, pelas críticas, questões e indicações valiosas para a finalização do trabalho.

À Profa. Dra. *Eulina Pacheco Lutfi*, pela disponibilidade e gentileza de ler e discutir comigo especialmente o capítulo I.

Ao Tom (Prof. Dr. *Antônio Suárez Abreu*), pela disponibilidade e gentileza de ler e revisar o trabalho na íntegra.

À equipe do CMU - Centro de Memória da Unicamp, especialmente à *Denise*, *Maria Helena* e *Morena* (dos Arquivos Especiais), à *Andrea* e *Elizabeth* (da Biblioteca) e à Profa. Dra. *Olga Rodrigues de Moraes von Simson*, coordenadora, que facilitaram a consulta à biblioteca, à hemeroteca e aos arquivos fotográficos do Centro.

À equipe do MIS - Museu da Imagem e do Som, especialmente à *Sônia* e à *Eliana*, que facilitaram a consulta ao arquivo do Museu.

Ao Sr. *Aristides Pedro da Silva*, o “V8”, que colocou seu acervo fotográfico particular à minha disposição, e ao *Vanderlei Zago*, que ajudou na busca e na seleção de imagens.

Às comunidades dos bairros/regiões da Vila Industrial, de Barão Geraldo, dos DICs e da Vila Costa e Silva, que participaram de várias formas durante a realização da pesquisa exploratória.

Aos amigos e colegas do Curso de Pós-Graduação *Alcyane Marinho*, *Ângela Café*, *Giuliano Pimentel*, *Hélder Isayama*, *Joaquim Antunes Neto*, *Larissa Lara*, *Nina Olivier*, *Rogério Ladislau*, *Sandoval Villaverde*, *Silvio Olivier*, *Silvio Ricardo* e *Wilson Lino*, pelos questionamentos e sugestões, encaminhados em diversos momentos do Curso.

Aos amigos e colegas do Grupo de Estudos *Andréia Destefani*, *Fátima Grillo*, *Luli de Paiva*, *Lino Castellani Filho* e *Maurício Roberto*, pelos questionamentos e sugestões, encaminhados em diversas reuniões do Grupo.

À **FAPESP**, que financiou esta pesquisa e seus desdobramentos durante dois anos e quatro meses.

Ana De Pellegrin

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo I	
O cotidiano e a cidade: uma saída no tempo e no espaço?	11
1.Sobre o espaço e a cidadania	20
2.Sobre a cidade através da história	23
3.Consumo e sociedade: espaço-mercadoria, consumo e lazer	32
4.A cidade como espaço libertador	42
5.A revolução cultural: a cidade (re)construída	52
Capítulo II	
A cidade do ponto de vista administrativo	58
Capítulo III	
Questões metodológicas para observar a cidade	71
Capítulo IV	
Descobrimos os “quatro cantos” da cidade	76
1.Os bairros, sua(s) história(s), seus contrastes e suas imagens	76
1.1.Vila Industrial: de um bairro de convivência a um bairro de acesso e de passagem	78
1.2.Barão Geraldo: a terra do boi falador em plena expansão urbana	101
1.3.DICs: o bairro operário onde campo e cidade se (des)encontram	124
1.4.Vila Costa e Silva: origem nos tempos da ditadura, história de lutas sociais	137
2.Conclusões e perspectivas	152
Bibliografia	162

INTRODUÇÃO

A organização do espaço geográfico através da história mostra que existe uma ligação muito íntima entre *espaço* e *tempo*. Em alguns casos, os dois elementos chegam mesmo a se confundir um com o outro. Através do tempo, o espaço se constrói e esse mesmo espaço anuncia novos momentos, que vêm delinear outros contornos, num processo incessante. Relacionam-se ainda essas duas dimensões, com o ser humano que vive no espaço-tempo, tornando-se, inclusive, duas referências básicas para as pessoas.

É possível perceber, também, no desenrolar da história, que o espaço adquiriu vários significados nas sociedades humanas, sempre relacionados a diversos momentos do tempo. Embora o ser humano esteja habituado a conceber a realidade espaço-temporal que tem diante de si, apenas como presente, sabemos que o espaço nada tem de fixo, de estático. A realidade espacial, ao contrário, é algo dinâmico e está em íntima relação com o tempo e com a sociedade, sofrendo e provocando transformações dela/nela, numa relação dialética.

Essa relação entre espaço e sociedade é tratada de modo particularmente interessante por Roberto Da Matta (1987), quando fala das cidades do interior do Brasil, onde as pessoas se referem aos lugares, aos endereços ou dão informações de uma maneira mais pessoal e até íntima:

“Aqui, como vemos, o espaço se confunde com a própria ordem social de modo que, sem entender a sociedade com suas redes de relações e valores, não se pode interpretar como o espaço é concebido. Aliás, nesses sistemas pode-se dizer que o espaço não existe como uma dimensão social independente e individualizada, estando sempre misturado, interligado ou ‘embebido’ – como diria Karl Polanyi – em outros valores que servem para a orientação geral.” (1987:32)

Ainda sobre a relação entre tempo e espaço, Michel Foucault (1979) faz um alerta importante:

“Seria necessário fazer uma crítica dessa desqualificação do espaço que vem reinando há várias gerações. Foi com Bergson, ou mesmo antes, que isso começou. O espaço é o que estava morto, fixo, não dialético, imóvel. Em compensação, o tempo era rico, fecundo, vivo, dialético.” (1979:159)

Ora, o que exatamente tem o *social* a ver com o *espaço*? Percebe-se que as sociedades estabelecem relações de apropriação com o espaço, que incluem a demarcação, o controle, o poder.

Trava-se, pois, um diálogo entre seres humanos e espaço, através da História, impregnado de valores sócio-culturais. A relação que se estabelece entre ser *humano* e *espaço* caracteriza-se por uma movimentação constante,

algo assim como uma discussão infinita, onde permeiam os valores e os momentos de uma determinada sociedade.

Na sociedade contemporânea, o processo de ocupação do espaço permanece ligado às questões do poder, especialmente no caso do Brasil. Na relação das pessoas com o espaço, é possível verificar como se arma o jogo do poder sobre ele, enquanto a organização espacial urbana revela contrastes da organização social, podendo inclusive suscitar possibilidades de transformação nesta última. A organização espacial possui, portanto, um significado político na estrutura social, que está intimamente relacionado com o poder sobre o espaço.

A partir das relações envolvendo a sociedade e as dimensões *espaço e tempo*, o espaço urbano vem adquirindo contornos e contrastes próprios, que são elementos que o tornam mais perceptível aos nossos olhos. Da observação desses contrastes urbanos, verifica-se a existência de uma tendência para o “cheio”, ou seja, para o construído, edificado, para o saturado e para o lotado (Barbuy, 1980:11). Santiago Barbuy estabelece as categorias *cheio e vazio*, ao tratar das questões do espaço, enfatizando que, com essa tendência para o *cheio*, fica esquecida a questão da *espacialidade*, que é algo mais amplo, isto é, uma tensão que se estabelece entre o cheio e o vazio, com a presença dos seres humanos nessa relação.

“No espaço de três dimensões (comprimento, largura e altura) se pode transitar, comerciar, construir, amontoar, acumular, nascer e morrer. Na espacialidade se pode pensar, meditar, imaginar, sonhar, contemplar...”
(Barbuy, 1980:19)

É também colocada para um plano inferior ou até insignificante, a existência do *vazio* - que representa, entre outras coisas, uma possibilidade para o encontro e o convívio humanos, entre diferenças e conflitos, podendo suscitar questionamentos e mudanças. O ser humano acaba vivendo na cidade, entre os *cheios*, que parecem dominar o espaço; não há espaço vazio, não há uma correspondência - e sim uma disputa - entre *cheios* e *vazios* no ambiente urbano.

“O vazio se carrega de futuro; por isso, no espaço vazio se alojam a imaginação, o sonho, e a poesia. (...) Ao olhar uma coisa os olhos necessitam de um espaço vazio a partir do qual compreender a possível futuridade do presente que se observa.” (Barbuy, 1980:17)

Soma-se à tendência para a saturação espacial uma visão mercantilista do espaço urbano, ou seja, o espaço passa a significar mercadoria e investimento. A especulação imobiliária é, ao mesmo tempo, resultado e contribuinte dos desequilíbrios espaciais gerados em vários setores (Pellegrin, 1996:32). Nesse sentido, tanto os espaços *cheios* quanto os *vazios* revelam e sofrem os efeitos desses desequilíbrios.

É nesse panorama que o *cheio* e o *vazio*, em uma espécie de oposição complementar, vivem no espaço urbano, impregnados de significados, trazendo certas implicações para a vida das pessoas, inclusive para o lazer enquanto esfera de atuação humana.

Essas implicações não se verificam apenas de maneira subjetiva, interferindo na relação indivíduo-ambiente ou grupos-ambiente. Percebe-se também um componente mais objetivo como a consideração da importância

do espaço vazio pelas políticas públicas de administração da cidade. A dinâmica entre *cheio* e *vazio* é um aspecto a ser levado em conta por parte de quem se propõe a modificar, adaptar, preservar, enfim a administrar o espaço urbano; é algo que diz respeito ao coletivo de cidadãos, que representa uma referência para quem vive, habita, se desloca...

O espaço de lazer possui aqui uma importância especial por caracterizar-se como lugar de encontro e de convívio. Alguns autores, como o arquiteto Le Corbusier (1993), chegaram a levantar possíveis soluções urbanísticas para as questões do lazer, relacionado às outras esferas da vida humana e aos problemas urbanos como o transporte, as áreas verdes, a distribuição da população, a necessidade de adaptação de certas áreas, os desequilíbrios ecológicos. Outros apontaram, como Marlene Yurgel, a necessidade de “reorganizar o ambiente urbano”, entendendo o lazer como “função urbana” (1977:15).

A importância do espaço de lazer é manifestada ainda nas pesquisas realizadas por Magnani, tanto no ambiente urbano central como na periferia da cidade. O autor descobriu diferentes formas de apropriação do espaço urbano, dos espaços de lazer e dos vazios urbanos, por parte das pessoas. É, por exemplo, numa de suas pesquisas que ele estabelece a categoria *pedaço*, como sendo “um componente de ordem espacial a que corresponde uma determinada rede de relações sociais” (Magnani, 1984:137).

Como demonstra o próprio autor, o *pedaço* é uma referência altamente concreta e estável para qualquer grupo suscetível às crises do ambiente urbano. Significa um reconhecimento muito forte. É mais uma forma de se verificar a relação do indivíduo e dos grupos com o espaço, em especial, o espaço de lazer.

É possível que existam inclusive relações significativas entre grupos aglutinados em torno de um interesse específico do lazer e o espaço. Tomando por base a classificação dos conteúdos culturais do lazer, apresentada por Joffre Dumazedier (1980:111), ganham destaque aqui, particularmente, os *interesses físico-esportivos*, por estarem em estreita ligação com a Educação Física e por possuírem uma relação bastante particular com o espaço. Essa relação pode ser compreendida através das tendências verificadas pelo próprio Dumazedier, entre as quais um aumento da preferência das pessoas pelas “atividades esportivas ao ar livre”, praticadas em espaços abertos, inclusive no meio aquático, “em oposição aos locais fechados de uma cidade” (1980:117).

A reflexão sobre o espaço vazio e sobre a dinâmica *cheio/vazio* nos remete ainda a uma outra questão: o *vazio* e suas possibilidades. Antes porém de tratar disso, faz-se necessário lembrar que não estamos considerando aqui o espaço vazio como espaço de “primeira natureza” (Moreira, 1983:79-82), inclusive porque acreditamos que esse tipo de espaço – neutro - não exista mais na sociedade contemporânea urbano-industrial; todo espaço é de natureza social ou de “segunda natureza” (1983:79-82)¹.

O *vazio* cria a possibilidade da reflexão sobre o espaço em si, tanto sobre o que já está construído como sobre algo que possa vir a existir; cede “espaço” para o conflito entre as idéias, permite o questionamento das relações entre sociedade e espaço. O *cheio* também pode provocar questionamentos, mas ele já existe, já é e já está. Se provoca dúvidas, ao

¹ De acordo com Moreira, 1983, a relação homem-meio se modifica ao longo da História, transformando também o próprio espaço. “Com a natureza socializada não desaparece a natureza primeira. O que temos é a mudança da forma-natureza para a forma-sociedade” (1983:80).

mesmo tempo expulsa ou confina. Dificilmente ofereceria possibilidades reais de mudança porque teria que questionar a própria existência.

Foi com a intenção de perceber melhor esses e outros possíveis contrastes do ambiente urbano que, a partir da problemática apresentada, elaboramos esta pesquisa que tem como objetivos verificar: (1) a importância do espaço vazio no ambiente urbano, (2) a inserção do lazer no processo de ocupação do espaço urbano, (3) a tendência de saturação do espaço nos espaços e equipamentos de lazer, em sua construção e utilização, (4) o papel do poder público municipal com relação ao espaço de lazer e (5) as relações de grupos específicos no lazer com o espaço que ocupam, dando um destaque para os interesses físico-esportivos, conforme anunciado anteriormente.

Investigando todos esses aspectos, o que desejamos foi obter uma visão ampla da cidade acerca da organização espacial, para que pudéssemos fornecer subsídios para uma política de adaptação, transformação e preservação do espaço urbano e, especialmente, do espaço de lazer.

Em termos metodológicos, o trabalho foi constituído de uma combinação de pesquisa bibliográfica, documental e exploratória. Quanto ao modo de investigação, trata-se de um “estudo comparativo de casos” (Bruyne e outros, 1977:228-232), realizado na cidade de Campinas, SP, onde pretendemos estabelecer comparações entre quatro bairros pertencentes a diferentes regiões da cidade, a saber, *norte, sul, leste e oeste*.

A pesquisa bibliográfica foi realizada junto ao Sistema de Bibliotecas da UNICAMP, onde procuramos levantar as obras acerca dos temas fundamentais do trabalho, no caso: *espaço, lazer e espaço urbano, organização espacial e sociedade, cheio e vazios*. Após a seleção das obras, deu-se início à leitura e à interpretação do material, a fim de construir um corpo de conhecimentos sobre as questões que desejávamos aprofundar.

A pesquisa documental foi feita junto à Prefeitura Municipal de Campinas, procurando levantar dados de caráter administrativo, relativos ao processo de ocupação e transformação do espaço urbano. Deu-se também a seguir a leitura e interpretação desses documentos.

Após a realização das pesquisas bibliográfica e documental, partimos para a definição de categorias de análise que orientariam a pesquisa exploratória nos bairros, onde a principal técnica de coleta de dados foi a observação participante (Bruyne e outros, 1977:213-214). A escolha dos locais pesquisados se deu de forma não probabilística, intencional e por critério de acessibilidade, com base na dialética da “ação-problema-reflexão-ação” (Dermeval Saviani, 1982:28-29).

Com relação aos temas fundamentais acima mencionados, entendemos que seja conveniente deixar claro o nosso entendimento de alguns conceitos, que estão presentes em todo o trabalho, em todos os momentos da nossa reflexão.

Sobre o entendimento de lazer, trabalhamos aqui com o conceito da “*cultura, compreendida no seu sentido mais amplo, vivenciada - praticada ou fruída - no tempo disponível*” (Marcellino, 1995). Entende-se ainda o lazer como um fenômeno historicamente situado, a partir de duas referências básicas: o processo de urbanização e a Revolução Industrial. Enquanto esfera de atuação humana, relaciona-se com o *tempo* e o *espaço*, pressupondo relações mais específicas na sociedade contemporânea, como um todo.

O *espaço* possui uma importância crucial neste estudo, pois é através da análise de sua organização que se pretende obter conclusões acerca das especificidades do *espaço vazio* e do *espaço de lazer*. Acreditamos que o processo de construção do espaço urbano esteja estreitamente relacionado a

questões de *poder* (Norberto Bobbio e outros, 1986), tendo em vista o desenvolvimento histórico.

Há um momento da história em que o espaço de “primeira natureza” deixa de existir, dando lugar ao espaço de “segunda natureza” ou “natureza social” (Moreira, 1983:79-82). Nasce então um controle político sobre o espaço, através do poder econômico, exatamente para que o processo de ocupação/construção do espaço como um todo estivesse em correspondência com o tipo de sociedade que vinha se construindo e se configurando como urbano-industrial.

De acordo com os objetivos deste estudo, já explicitados, optamos por analisar alguns aspectos da organização espacial na cidade de Campinas. Desejamos conhecer, especialmente, algumas relações que se estabelecem entre sociedade e espaço urbano e é importante destacar aqui a forma como pretendemos tratar desse conhecimento.

O estudo é fundamentado no materialismo histórico dialético (Paul de Bruyne e outros, 1977 e Henri Lefebvre, 1979), considerando que o “sujeito que conhece” e o “objeto de estudo” são “ao mesmo tempo distintos e ligados” (Lefebvre, 1979:70-71), interagem constantemente, incessantemente. Considera-se essa relação para o “ser humano”, que se coloca como um “sujeito-objeto”; é sujeito e, ao mesmo tempo, “objeto para outros sujeitos agentes” (1977:71). Assim, deve ficar claro que as relações a serem investigadas aqui serão encaradas por essa ótica, isto é, que elas são portadoras de uma natureza dialética.

Há um ponto de encontro entre o referencial teórico aqui adotado, representado principalmente por Henri Lefebvre, e as questões do lazer (enquanto uma esfera do cotidiano) e do espaço urbano. Além das suas obras específicas sobre a *cidade e a formação do ambiente urbano*, o autor aponta

um importante papel desempenhado pela *vida cotidiana* no “funcionamento” da sociedade. Por isso, acreditamos que esse tenha sido um referencial de destaque para o estudo.

O corpo do trabalho está dividido em quatro capítulos relacionados entre si, que mostram o caminho percorrido durante a pesquisa. No capítulo I, nossa reflexão se inicia exatamente com a *cidade* e o *cotidiano*, como duas referências, uma de *espaço* e a outra de *tempo*, nas quais a sociedade urbana contemporânea se organiza. Esse tema está estruturado em cinco itens mais específicos, sobre os quais sentimos necessidade de refletir para alcançar os objetivos propostos.

Em seguida, no capítulo II, apresentamos a análise realizada com base nos documentos administrativos levantados, procurando perceber uma outra nuance da cidade: do ponto de vista de quem a administra.

No capítulo III, detalhamos algumas questões de ordem metodológica que se colocaram no decorrer da pesquisa, momentos antes de partirmos para a pesquisa exploratória, tais como definição de categorias e escolha das técnicas adotadas.

Partindo para os resultados propriamente ditos da pesquisa exploratória, chegamos ao capítulo IV, onde procuramos resgatar a(s) história(s) dos quatro bairros pesquisados, desenhando seus contornos para o leitor e incorporando imagens desses lugares, de modo que pudéssemos chegar aos contrastes, estabelecendo as comparações entre as quatro regiões. No final desse capítulo, apresentamos as “conclusões e perspectivas” às quais o trabalho nos permitiu chegar.

CAPÍTULO I

O COTIDIANO E A CIDADE: UMA SAÍDA NO TEMPO E NO ESPAÇO?

“Todo dia eu só penso em poder parar
meio dia eu só penso em dizer não
depois penso na vida pra levar
e me calo com a boca de feijão”
(Chico Buarque)²

“nas grandes cidades, no pequeno dia a dia
o medo nos leva tudo, sobretudo a fantasia
então erguemos muros que nos dão a garantia
de que morreremos cheios de uma vida tão vazia”
(Humberto Gessinger e Augusto Licks)³

Se há uma saída para o atual estado de coisas, o caos instalado no ambiente urbano e a luta da vida diária, com todos os seus problemas e inconvenientes, que vão desde a falta de condições básicas para viver, passam pela falta de qualidade nos serviços que estão disponíveis e vão até a explosão da violência urbana nas suas formas mais cruas, por onde começar a procurá-la?

Poder-se-ia pensar em criar ambientes alternativos, independentes e imunes em relação à cidade; é a tentativa, na maioria dos casos frustrada, de

² Música: “Cotidiano”, gravada pelo próprio Chico Buarque, CD Chico O trovador.

³ Música: “Muros e grades”, gravada pela banda Engenheiros do Hawaii, CD Várias variáveis.

condomínios fechados, construídos ao redor de grandes centros urbanos. Assim, as classes mais abastadas esperam fugir do caos da cidade. A esse respeito Milton Santos (1987:48) aponta como sintoma a existência dos “condomínios fechados que a gente rica justifica como necessários à sua proteção”.

Os “condomínios fechados” já foram objeto de investigação nossa, por ocasião da realização da pesquisa “Significado político do espaço; implicações para o lazer em condomínios – um estudo de caso” (Pellegrin, 1995). Entre outras conclusões, observou-se que havia uma referência forte no condomínio em si, enquanto “lugar”. De uma certa forma, as pessoas enxergam o condomínio como uma forma de vida própria, onde não há presença do “dinamismo social”. Há, portanto, uma pretensão de que o condomínio seja um “espaço eterno”, imune às contradições dos “espaços problemáticos” (Da Matta, 1987). Pode-se dizer que ainda existe uma idéia, por parte dos proprietários, de chegar ao condomínio e encontrar esse “espaço eterno”; mas se ele não é encontrado, é visível a tentativa, exercida pelos moradores, de “criá-lo” a partir de suas próprias residências (Pellegrin, 1995:36-37).

Ainda sobre esse assunto, Heitor Frúgoli Jr. (1995) coloca o fenômeno da proliferação dos condomínios fechados como, de um lado, a “produção de espaços nos quais se desenvolve uma série de defesas contra a cidade” e de outro, a pretensão de criar uma “comunidade entre os moradores”, que se reconhecem enquanto semelhantes pelo fato de possuírem uma determinada condição sócio-econômica (Frúgoli Jr, 1995:86-87). Mesmo quando permanecem nas grandes cidades, os ricos ou “as elites” têm a pretensão de manter uma convivência restrita, baseada nesse mesmo critério de semelhança. Isso foi verificado por Maria Cecília Spina Forjaz (1988), quando constatou a

importância, para essa classe social, do “lazer que é produzido no espaço doméstico e familiar, envolvendo a sociabilidade e a afetividade (festas, comemorações, natalícios, bailes, visitas, jantares etc.)”.

Poder-se-ia tentar ainda criar sociedades temporárias, como destaca Edgar Morin (1990), que servissem como refúgio para o morador da cidade, de tempos em tempos, onde ele pudesse se libertar das desordens do dia a dia, que envolvem o trabalho, a família, a vida em sociedade. É o caso dos clubes estilo Méditerranée, dos hotéis de lazer, das colônias de férias e, por que não dizer, dos *shoppings* (esse tema será comentado ainda neste capítulo). São lugares onde o tempo parece ter outra medida e as pessoas tentam abstrair-se de tudo que diz respeito ao cotidiano. Isso porque, como aponta Nelson Carvalho Marcellino (1995), “os sintomas desse mau arranjo da vida urbana” são facilmente percebidos, tanto no cotidiano das pessoas como nas fugas empreendidas por elas. É provável então que uma coisa aconteça em decorrência da outra.

No entanto, o que temos a sugerir aqui é que se procure uma saída para a situação atual *dentro* da cidade, onde estão efetivamente acontecendo os problemas, questionando a sua própria organização como um todo, e não fora dela. Bem ou mal, a cidade está aí, é uma realidade espacial e social, concreta, rica de contrastes, e também de possibilidades. Em vez de abandoná-la, por que não (re)organizá-la?

Pensar uma cidade mais humana não deve ser uma abstração no tempo, não significa perseguir um modelo de cidade ideal a ser implantado. Que se procurem formas de superar o caos em que se encontra a cidade no plano da vida cotidiana, essa esfera do tempo tão próxima, que pode passar despercebida e menos importante para a resolução de grandes questões. O conceito de *cotidiano*, segundo Henri Lefebvre (1991), não se resume a um

plano inferior de vida ou ao conjunto de objetos criados pelo ser humano, separados em categorias. O *cotidiano* seria:

“...um campo e uma renovação simultânea, uma etapa e um trampolim, um momento composto de momentos (necessidades, trabalho, diversão – produtos e obras – passividade e criatividade – meios e finalidade etc.), interação dialética da qual seria impossível não partir para realizar o possível (a totalidade dos possíveis).”
(1991:20)

É nessa esfera de tempo que a vida acontece, que se dão as relações entre as pessoas, que se organizam as obrigações profissionais, escolares, sociais, familiares, religiosas, o lazer, enfim, é o que faz com que a sociedade vá caminhando. É aí que reside a importância da *cotidianidade*, como esfera de transformações. Se se deseja uma mudança, ela deve ser incorporada no cotidiano.

O conceito de *cotidianidade* apresentado por Lefebvre (1991) merece atenção nesse momento, não apenas pelo seu significado em si, mas pela crítica que o autor faz aos filósofos que consideram a *cotidianidade* como algo não-filosófico:

“O conceito de cotidianidade provém da filosofia e não pode ser compreendido sem ela. Ele designa o não-filosófico para e pela filosofia. Mas o pensamento só pode levá-lo em consideração no decorrer de uma crítica da filosofia. O conceito de cotidianidade não vem do cotidiano nem o reflete: ele exprime antes de tudo a transformação do cotidiano vista como possível em nome da filosofia. Também não provém da filosofia isolada; ele nasce da filosofia que reflete sobre a não-filosofia, o que é sem dúvida o arremate supremo da sua própria superação!” (1991:19)

Também merece a nossa atenção a crítica de Milton Santos (1987) sobre o cotidiano, destacando-o como uma esfera da vida em que não há lugar apenas para o conformismo, mas também para questionamentos e mudanças significativas:

“Fábrica de preconceitos, essa natureza inferior que mutila a consciência do homem e cria a submissão aos mecanismos de manipulação, o cotidiano é também o lugar da descoberta.” (1987:53)

É com base nessas duas dimensões, a cidade, que alude ao espaço, e o cotidiano, que se refere ao tempo, que consideramos possível e necessária uma aproximação entre aquilo que o cidadão deseja e o que a cidade tem a lhe oferecer. Se existem fatores que influenciam essa aproximação e o quadro social atual indica que existem, interessa-nos nesse momento, investigá-los.

Investigar aquilo que interfere no diálogo entre o ser humano e o espaço é uma questão ligada à cidadania, se concordamos com Milton Santos (1987) quando diz que cada cidadão possui um “lugar sócio-econômico” que lhe dá mais ou menos possibilidades de acesso aos bens e serviços da rede urbana.

Além disso, a cidade contemporânea tem história, uma história intimamente ligada ao processo de industrialização, que desvenda relações de poder e que revela a herança das sociedades anteriores. Essa história, nas palavras de Henri Lefebvre (1968), mostra que “a cidade muda quando a sociedade muda no seu conjunto.” Portanto, se desejamos conhecer o diálogo entre a cidade e seus habitantes, torna-se necessária uma reflexão sobre as questões históricas envolvidas nessa relação.

A história de grandes cidades como Atenas, Roma, Paris e Londres é contada por Richard Sennett (Monteleone, 1997:5) a partir da “experiência corporal de seus habitantes”. Para ele, merece atenção especial o distanciamento corporal que se vive atualmente nas cidades. É particularmente interessante para nós que o sociólogo tenha pesquisado exatamente os “gestos cotidianos” para compreender as relações entre corpo e cidade.

Em decorrência das relações de poder que passaram a envolver o homem e o espaço, chegou-se a um ponto em que a lógica do mercado, ou seja, do lucro, passa a dominar o espaço, transformando-o em mercadoria. Isso desencadeia algumas situações e faz com que outras sejam recorrentes.

Considerando que o consumo, o “tornar-se consumidor” passou a ser valorizado pelas pessoas conquistadas com o discurso economicista neoliberal, o espaço também passou a ser valorizado enquanto bem de consumo, para a moradia, para o lazer, para o deslocamento.

O mercado imobiliário e o poder público são bastante responsáveis pela ocupação desordenada e pela saturação do espaço urbano. A cidade vai ficando lotada e os espaços vazios, ao invés de preservados, são, na maioria das vezes, apropriados pela própria especulação imobiliária ou deixados de lado pelos órgãos públicos, como terrenos baldios ou depósitos de entulhos.

No caso do lazer, mais especificamente, os equipamentos tendem à privatização (novamente a lógica do mercado, do lucro), comprometendo o acesso de grande parte da população. Tendem também a ser espaços de consumo, tanto de produtos como de signos.

É recorrente, por exemplo, a questão da cidadania porque, se as pessoas têm o acesso e a mobilidade comprometidos pela sua situação sócio-econômica, são ainda menos cidadãs, quando aceitam a idéia de que tornar-se consumidor é exercer a cidadania.

O fenômeno do consumo se dá também no plano cultural: surge uma cultura de massas, típica dos ambientes urbanos, para ser consumida por todos, segundo os mesmos padrões e valores. Porém, por mais que essa cultura de massas assuma um caráter hegemônico, ela sempre interage com outros elementos ou formas culturais mais tradicionais, mais regionais, menos conhecidos ou menos consumidos, que poderíamos chamar de cultura popular.

Essa mistura vai permitindo o surgimento de novas formas e manifestações culturais que vêm, muitas vezes, romper com a lógica do consumo padronizado. Essa separação entre cultura de massas e cultura popular existe apenas no plano da análise, considerando os diferentes contextos ideológicos em que a criação cultural acontece, de acordo com suas diferentes finalidades.

Talvez se pudesse perguntar aqui: mas há, de fato, anúncio de possibilidades de mudança do atual estado de coisas? Esse mesmo sistema que

confina, ajusta e conquista falsos cidadãos não apresenta brechas para a tomada de consciência?

É possível seguir algumas pistas, ainda no plano cultural, por exemplo, o que ocorre em função das migrações, quando se observa o conflito de um homem ou um grupo que se desloca de seu lugar de origem para outro lugar desconhecido, renunciando, portanto, a uma parte de sua cultura, o que caracteriza uma perda de identidade. Porém, quando esse homem ou grupo se defronta com uma nova realidade, de um outro lugar, há um confronto entre o desconhecido e a parte da cultura própria que carrega consigo. Há um conflito entre duas identidades culturais diferentes, que pode significar uma tomada de consciência do lugar dele, sujeito, nesse novo território (Santos, 1987).

A análise de Francisco Weffort (1982), que trata especificamente das migrações de nordestinos para o sudeste e da (in)absorção pela cidade dessas massas que migram de um espaço para outro, também ressalta a importância da cultura que se desloca junto com os migrantes. Para o autor, a cultura dos migrantes é uma cultura própria que se confronta com um novo ambiente e assume importância, porque pode significar um “ponto de resistência” e até de questionamento em relação à realidade urbana encontrada. Na própria forma como essas pessoas se apropriam do espaço, há um “espaço” para questionamento e não apenas para “alienação” ou absorção dos valores da nova realidade, como se o processo ocorresse por uma única via (a realidade espacial incidindo sobre o cidadão).

Conceber a cidade como espaço libertador é acreditar que transformá-la é possível, dando lugar a uma nova *praxis*, isto é, novas formas de se relacionar com o ambiente, no nosso cotidiano, essa esfera da vida que se caracteriza pela fragmentação, pelo imediatismo e pelo pragmatismo. Aí então teremos aberto portas para que uma verdadeira revolução cultural começasse a

fluir por esse mesmo cotidiano. Quem sabe, não é uma forma possível de facilitar o diálogo entre as necessidades do ser humano e as possibilidades que o espaço tem a lhe oferecer.

1. Sobre o espaço e a cidadania

“Pacato cidadão eu te chamei a atenção
não foi à toa não
c’est fini la utopia mas a guerra todo dia
dia a dia não...”

(Samuel Rosa e Chico Amaral)⁴

É interessante perceber como uma obra publicada há mais de dez anos, no caso de “O Espaço do Cidadão” (Santos, 1987) continua a fornecer elementos consistentes para a análise da realidade brasileira nos dias atuais: o discurso economicista, que conquistou as massas pobres com o anúncio da possibilidade de consumir mais, é reeditado nos anos 90, com a implantação do Plano Real.

A economia torna-se modelo para a compreensão da sociedade. No império das técnicas, ela é a técnica principal, é ciência e referência.

O discurso economicista pode nos levar, por seus próprios caminhos, a compreender a sociedade como um todo orgânico, um grande sistema formado por outros subsistemas menores, que, por sua vez, também são formados por outros subsistemas menores ainda. Deve-se fazer um esforço coletivo para a manutenção da harmonia entre todos esses subsistemas, para que permaneçam sempre bem engrenados uns aos outros. Se algum problema ocorrer, não se deve questionar o todo; deve-se, sim, fazer um ajuste na engrenagem que apresentou o problema.

⁴ Música: “Pacato cidadão”, gravada pela banda Skank, CD Calango.

Segundo esse modelo de sociedade, o indivíduo nasce e a realidade já está aí, cabendo a ele, portanto, adaptar-se ao que já existe. Basicamente, a economia torna-se soberana em relação ao cidadão.

O “modelo cívico” de que nos fala Milton Santos (1987) é uma exigência, enquanto um novo modelo de compreensão da sociedade, não atrelado ao modelo econômico. É “cívico”, porque diz respeito à civilização, ou seja, o modo de viver e conviver de uma sociedade, o modo como se quer organizar uma sociedade.

O modelo cívico pressupõe os componentes “cultura e território”. O território comporta todos os instrumentos (bens e serviços) essenciais a qualquer pessoa, independente de onde ela esteja. Isso exige que o território seja gerido de maneira a garantir a distribuição desses instrumentos.

A cultura, aqui entendida no seu amplo sentido de produção humana, toma suas formas na sociedade organizada, seus valores e critérios, sobre os quais deve tomar decisões. E as decisões deveriam ser tomadas com base no plano cultural, tendo como finalidade a vida do cidadão, e não com base, por exemplo, nas normas da economia para a manutenção de uma determinada ordem.

Segundo esse outro modelo de sociedade, o indivíduo nasce e vai participar da construção do seu próprio mundo. Acredita-se que o que impera não é a harmonia, mas sim o conflito. E é dos conflitos entre idéias e concepções diferentes que se vai construindo a própria sociedade em que se vive.

Deve-se dar condições concretas para que a cidadania se estabeleça no plano cultural e aconteça de fato, isto é, seja exercida efetivamente. Porém, como esses dois componentes (cultura e território) são inseparáveis, as

“mudanças no uso e na gestão do território se impõem, se queremos criar um novo tipo de cidadania” (1987:6).

O que se percebe ao longo da história é que a cidadania está sempre se deslocando entre o poder potencial e o poder atual (Bobbio e outros, 1986:934-937), sobre um pano de fundo de discursos sobre liberdade e direitos.

A cidadania se sujeita também a critérios perversos tais como a raça, o sexo, a profissão, as associações corporativas a que se está ligado.

A própria mobilidade das pessoas na cidade depende da sua condição sócio-econômica; o próprio território, lugares que o indivíduo pode ou não ocupar, torna-se critério de diferenciação da cidadania. Além disso, o crescimento das cidades, tal como se vem dando, leva as pessoas a um isolamento cada vez maior e a uma participação cada vez menor nas “decisões que afetam diretamente sua vida diária”, como é o caso das mudanças no espaço urbano (Marcellino, 1995:58).

2. Reflexão sobre a cidade através da história

“...a cidade é uma estranha senhora
que hoje sorri e amanhã te devora...”
(Enriquez, Bardotti, Chico Buarque)⁵

“Quando eu te encarei frente a frente
e não vi o meu rosto
chamei de mau gosto o que vi
de mau gosto, mau gosto...”
“...e foste um difícil começo
afasto o que não conheço
e quem vem do outro sonho feliz de cidade
aprende depressa a chamar-te de realidade
porque és o avesso do avesso do avesso do avesso.”
(Caetano Veloso)⁶

Conforme já anunciamos anteriormente, faz-se necessária uma reflexão sobre as mudanças ocorridas em diversos momentos da história, que vêm interferindo na relação entre a cidade e seus habitantes. Entre essas mudanças, destacam-se, especialmente, os processos de industrialização e de urbanização.

Já no primeiro parágrafo do primeiro capítulo de *“O direito à cidade”*, Henri Lefebvre (1968) aponta o processo de industrialização como ponto de partida (necessário) para a apresentação da “problemática urbana”. Destaca,

⁵ Música: “A cidade ideal”, gravada por vários intérpretes, CD Os saltimbancos.

⁶ Música: “Sampa”, gravada pelo próprio Caetano Veloso, CD Caetanear.

inclusive, como um fenômeno induzido por esse processo, a “crescente importância dos lazeres e das questões relativas à cultura”.

A partir desse ponto, é possível refletir sobre o nosso tempo, considerando que a *cidade* precede a industrialização. As transformações no modo como cada sociedade se organiza trazem também modificações para o desenho das cidades ao longo da história. As cidades arcaicas, gregas e romanas, ou as cidades medievais, por exemplo, possuíam configurações diferentes, cada uma de acordo com a sua época e sua organização social.

A cidade transforma-se com a industrialização e com o capitalismo concorrencial, tornando-se lugar de acumulação de riquezas, conhecimentos, técnicas e obras. A obra, explicita Lefebvre, se caracteriza pelo *valor de uso*, diferentemente do produto, que tem um *valor de troca*.

Revela-se aqui uma contradição: a cidade, ela própria é obra, porém existe e funciona sob a lógica do mercado e do valor de troca. Segundo o autor, o “uso principal” da cidade, das ruas, praças, edifícios e monumentos é a *feira*, que consome, improdutivamente, apenas pelo prazer.

Com o passar do tempo, a produção de produtos, bens que têm valor de troca, tomou o lugar da produção de obras. O ato criador ficou diluído no “fazer” ligado à produtividade.

O ambiente urbano muda também com a chegada das indústrias, instaladas perto das fontes de energia, de mão de obra, de matéria prima. Inicialmente, as indústrias ocupam áreas periféricas, depois vão se aproximando dos centros urbanos. O centro da cidade vai se deteriorando, fazendo com que as classes mais ricas fujam para a periferia.

Mas o que suporta a sociedade urbana? Aqui faz-se necessário analisar a categoria *tecido urbano*, uma “rede de malhas desiguais” (Lefebvre, 1968:16), que articula a concentração das pessoas nas cidades, os transportes, as

indústrias, o comércio, a habitação, os espaços e equipamentos de lazer. Essa articulação comporta todo um modo de viver, um sistema de valores (lazer, costumes, modas, segurança, preocupação com o futuro) e um sistema de objetos (água, gás, eletricidade, carro TV, plástico).

É possível fazer uma leitura do tecido urbano a partir das indicações de José Guilherme Cantor Magnani (1996), que nos oferece categorias, baseadas nas várias formas de apropriação do espaço, para visualizar a cidade e seus contrastes. O *pedaço*, caracterizado pela rede de relações mais próximas, de família e de vizinhança, que faz com que um grupo tenha certos códigos, hábitos e valores. A *mancha*, quando a referência principal é o espaço, onde existem alguns equipamentos para determinado tipo de atividade, uma mancha de lazer, por exemplo. O *trajeto*, que pode ligar pedaços e manchas diferentes ou equipamentos dentro de uma mesma mancha. O *pórtico*, que caracteriza os locais de passagem, os vazios, espaços que não pertencem a este ou àquele pedaço ou a esta ou àquela mancha. Por fim, o *circuito*, que é constituído por uma rede de espaços e equipamentos não contíguos, circuito gay, circuito funk, por exemplo. Voltaremos a essas categorias no capítulo V, onde apresentamos as observações realizadas nos bairros da cidade de Campinas, escolhidos para a parte exploratória da pesquisa.

Em meio ao tecido urbano, entretanto, existem áreas ou núcleos que sobrevivem apenas pelas suas qualidades estéticas e pela presença dos equipamentos de lazer: monumentos, espaços de festa, passeio, diversão.

“O núcleo urbano torna-se assim produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a este duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar”
(Lefebvre, 1968:17)

O valor de troca acaba predominando sobre o valor de uso desses locais, recuperando a noção de *centro comercial*, cuja imagem e origem remontam à idade média. Ainda de acordo com Lefebvre (1968), seria mais próprio da nossa época o surgimento do *centro de decisões*, onde se concentram a informação, as instituições, enfim, o poder organizado.

A cidade é marcada pelo poder. O Estado representa o poder centralizado, enquanto as cidades se organizam, predominando, umas sobre as outras. Os grupos e classes sociais lutam entre si, evidenciando o sentimento de pertencer à cidade.

As classes dirigentes ou dominantes criam estratégias para remanejar a cidade, que são essencialmente estratégias de classe; haja vista o caso da reforma urbanística de Paris no século XIX. Os famosos *boulevards*, as amplas avenidas e os espaços vazios, que “abriam Paris à circulação” (Lefebvre, 1968) também tinham o sentido de varrer o centro urbano. O espaço vazio do *urbanismo haussmanniano*⁷ representava o espaço de poder do Estado:

⁷ O Barão Georges Haussmann foi o administrador francês responsável pela ampla reforma urbana que modificou o cenário de Paris no século XIX.

“Se ele abre boulevards, se arranja espaços vazios, não é pela beleza das perspectivas. É para ‘pentear Paris com as metralhadoras’ (Benjamin Péret). (...) Os vazios têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja, a violência que neles pode se desenrolar (1968:20).”

Enquanto isso, as habitações populares de Paris atendiam a um conceito funcional e abstrato, o *habitat*, sustentado pela “necessidade” de fornecer mais casas o mais rápido possível. A proliferação de conjuntos habitacionais populares acabou gerando uma periferia desurbanizada, dependente da cidade. Esse já era um urbanismo guiado pelo racionalismo, talvez próprio até do momento histórico.

Os espaços vazios foram preenchidos pela especulação imobiliária. A cidade incorporou a característica do *habitat*, em detrimento do *habitar*. Os espaços para encontros, a rua, os equipamentos de lazer, foram desaparecendo atrás de uma concepção ascética, típica do *habitat*, funcional e racional.

A cidade não pode ser definida apenas pela função isolada do *habitat*, pois existem “espaços desabitados e mesmo inabitáveis: edifícios públicos, monumentos, praças, ruas, vazios grandes ou pequenos” (1968:60).

A vida urbana se caracteriza por conflitos, encontros entre diferenças, conhecimentos e reconhecimentos. É a presença da noção de *habitar*, isto é, participar de uma comunidade. Ela poderia ter garantido a democracia urbana, se não ameaçasse os privilégios de uma classe dominante. Quer dizer, a democracia em relação ao espaço urbano não existe porque o acesso, a mobilidade e a apropriação acabam sendo privilégios.

A cidade foi objeto de pensamento dos filósofos, desde a cidade arcaica. Depois de toda a reflexão, por exemplo, de Platão, Hegel e Marx, alguns filósofos ainda imaginam um modelo de cidade ideal, baseado na “liberdade” da cidade grega, sustentada ideologicamente por uma idéia de liberdade que não pertencia aos indivíduos e grupos. Uma sociedade de fato baseada numa democracia limitada: escravagista.

É certo que, à sua época, Le Corbusier tenha apresentado questões incontestavelmente importantes sobre a problemática urbana, porém é necessário ultrapassar os limites do funcionalismo e da praticidade por meio de uma crítica consistente.

Lefebvre (1968:44) aponta para a necessidade de se fazer uma crítica rigorosa ao “urbanismo ideológico”, que “formula todos os problemas da sociedade em questões de espaço e transpõe para termos espaciais tudo que provém da história, da consciência”. Compara-o a um *médico do espaço*, capaz de separar espaços doentes e espaços sãos, e ainda, de “conceber um espaço social harmonioso, normal e normalizante”.

É fundamental, da mesma forma, reconhecer a especificidade da cidade, que alguns filósofos tenderam a enxergar como um todo orgânico, uma entidade, quando não um fenômeno acidental da evolução

Existe, na cidade contemporânea, um direcionamento, dado pelo funcionalismo, para tratar das questões do espaço, a exemplo da “ordenação de zonas e áreas urbanas”. A cidade é manejada como uma soma de elementos, de funções, de espaços, ainda um reflexo daquela forma racionalista de pensar a cidade.

É possível imaginar, para fins de análise, um “lugar” para a cidade, entre uma *ordem próxima*, representada pelas relações entre indivíduos e

grupos e uma *ordem distante*, representada pelas grandes instituições, pelos princípios morais e jurídicos, enfim, pelo poder.

A cidade é uma mediação, contém a *ordem próxima*, “sustenta as relações de produção e propriedade”, e está contida na *ordem distante*, projetando-a “sobre um terreno (o lugar) e sobre um plano”, no caso o plano da cotidianidade. Os processos da *ordem distante* e da *ordem próxima* só se separam da realidade urbana por abstração. Para refletir sobre essas articulações, Lefebvre (1968) faz um alerta metodológico: deve-se “evitar a confusão numa continuidade ilusória, bem como as separações ou descontinuidades absolutas”.

O autor faz um outro alerta, conceitual, sobre a distinção necessária entre *cidade* e *urbano*: a primeira, uma realidade “presente, imediata, prático-sensível”; e o segundo, uma realidade social, “de relações a serem concebidas pelo pensamento”.

Os processos históricos (econômicos, sociais, políticos, culturais) modelaram o espaço urbano e a cidade, mas não sob relações imediatas e dedutivas. Influenciaram os tempos e espaços urbanos, permitindo que os grupos humanos se apropriassem deles. As modificações na vida cotidiana provocaram mudanças na realidade urbana, sofrendo também influências dela.

Na história da cidade, a propriedade privada se fortalece e se estabelece uma comunidade em que uma minoria de cidadãos detém o poder sobre outros (mulheres, crianças e estrangeiros). Para se manter, o poder cria as instituições, fundamentais na reflexão para o entendimento da cidade.

“A cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições (grifo do autor) oriundas das relações de classe e de propriedade. Ela mesma, a cidade, obra e ato perpétuos, dá lugar a instituições específicas: municipais. As instituições mais gerais, as que dependem do Estado, da realidade e da ideologia dominante, têm sua sede na cidade política, militar, religiosa. Elas aí coexistem com as instituições propriamente urbanas, administrativas, culturais. Onde certas continuidades notáveis através das mudanças da sociedade.” (1968:53)

Logo, as desigualdades sociais, que criam uma hierarquia de poder, são determinantes na relação entre o que o cidadão necessita e aquilo que o espaço tem a lhe oferecer. A questão é: quem pode, de fato, atuar e decidir sobre o espaço? Basicamente, quem detém o poder sobre ele, econômico ou político. A própria história nos mostra que é através do poder econômico (da acumulação), que nasce o controle político sobre o espaço.

Pode-se perceber, no desenrolar da história da cidade, um *ponto crítico*, assinalado exatamente pelo(s) processo(s) industrialização-urbanização, em torno do qual se situam fenômenos complexos. Para propor uma nova sociedade urbana, superando o “humanismo clássico”, devem-se estudar esses processos.

Segundo Lefebvre (1991:206):

*“...um processo ligado à industrialização, mas distinto e específico, a **urbanização** (grifo do autor), estava se iniciando no tempo de Marx. Ele não podia captar nem a importância desse processo nem sua relação com a industrialização. E não soube nem pôde descobrir na **produção do urbano** (grifo do autor) a finalidade, o objetivo e o sentido da **produção industrial** (grifo do autor).”*

Ao mesmo tempo em que se posiciona quanto à especificidade dos processos históricos em questão, o autor alerta para a possibilidade de interpretações equivocadas do pensamento de Marx: a crítica deve reconhecer as contribuições e discernir os limites, sem cair em “interpretações mutiladoras” do pensamento.

Retomando a questão da transformação da cidade através da história, é também comum lançar olhares saudosistas e românticos para a sociedade tradicional e para o campo. A sociedade tradicional mudaria inevitavelmente suas formas; deve-se sim lançar um olhar crítico para tudo aquilo que veio tomar o lugar dos “espaços qualificados e diferentes da sociedade tradicional” (1968:75): o domínio do automóvel, a mobilidade comprometida, os *mass-media*, a ordem dos signos instaurada.

3. Consumo e sociedade: espaço-mercadoria, consumo e lazer

“Quanta gente,
quanta alegria,
a minha felicidade é um crediário nas
Casas Bahia...”
(Dinho e Júlio Rasec)⁸

Analizando o fenômeno do consumismo, percebe-se uma distorção no entendimento do que seja *cidadania*; o neoliberalismo ajudou a criar uma falsa idéia de exercício da cidadania que é basicamente centrada no “consumo”, ou na possibilidade de tornar-se consumidor.

Nos últimos tempos o consumismo tem seduzido uma grande parcela da população, atraindo milhares de pessoas para as cidades, inaugurando também uma nova forma de consumir: o consumo de signos, ou símbolos, oferecido pela propaganda (Lefebvre, 1991:100-101).

Hoje se vê, com extrema nitidez, o consumo exacerbado de signos, por aqueles que não podem consumir efetivamente os produtos, reservados a uma parcela da população. Consumir signos é uma forma de manter as coisas exatamente como estão: consumir a esperança e a expectativa de vir um dia a possuir alguma coisa é também uma forma de atenuar o sofrimento causado pela impossibilidade real de adquiri-la.

A própria cultura popular, que era ponto de resistência é substituída pela cultura de massas, que passa a ser um produto comum, consumido entre as classes pobres e a classe média. Esse assunto será retomado mais adiante.

⁸ Música: “Chopis centis”, gravada pela banda Mamonas assassinas, CD Mamonas assassinas.

Retornando à questão do consumo, esta forma de vida que se instala tão confortavelmente na sociedade competitiva capitalista, convém lembrar que alguns autores, considerados clássicos da teoria do lazer, debruçaram-se sobre esse tema, como é o caso de Thorstein Veblen (1965), ao conceituar o “consumo conspícuo” em “A Teoria da Classe Ociosa” e Henri Lefebvre (1991), que dedica um capítulo de sua obra “A Vida Cotidiana no Mundo Moderno” à “sociedade burocrática de consumo dirigido”.

Em se tratando de “consumo dirigido”, não poderíamos deixar de comentar a crítica de Lefebvre a David Riesman, no que se refere aos tipos modais, apresentados em “A multidão solitária” (Riesman, 1971). Lefebvre (1991) acredita que não exista diferença entre os indivíduos “alterdirigidos” e os “introduzidos”, isto é, “o que se mostra como o de dentro não é mais que o de fora investido e travestido, interiorizado e legitimado”.

De acordo com Lefebvre (1968), a própria sociedade urbana confunde-se muitas vezes com a sociedade do consumo dirigido; não apenas de consumo de objetos mas, também, e talvez principalmente, de consumo de signos, das representações do objeto. A publicidade dos produtos revela-se como um consumo do imaginário, ou de algo que só existe no imaginário (1991:100-101). Ela desempenha um papel até mais importante do que os próprios produtos. Essa mesma publicidade instrumentaliza a arte, a poesia e vende os signos da felicidade, do poder, da riqueza (1968:62), que fazem parte do sistema de valores da sociedade urbana, contemporânea, urbano-industrial.

Para Lefebvre (1991), o *automóvel* é um símbolo da sociedade de consumo dirigido, mais do que isso: um subsistema. Não no sentido hegeliano do termo, onde os subsistemas eram as engrenagens do sistema, mas como uma articulação entre “atos, instituições e organizações e textos”, da qual resultam uma série de efeitos na cotidianidade (1991:108-110). O automóvel

representa *status* e prestígio, autonomia; cria hierarquias entre os proprietários. O espaço urbano passa a ser concebido para a circulação dos automóveis, mas as pessoas também circulam inevitavelmente no mesmo espaço. Verifica-se então algo que se poderia chamar uma “patologia da cidade”:

“No trânsito automobilístico, as pessoas e as coisas se acumulam, se misturam sem se encontrar. É um caso surpreendente de simultaneidade sem troca, ficando cada elemento na sua caixa, cada um bem fechado na sua carapaça. Isso contribui também para deteriorar a vida urbana e para criar a ‘psicologia’, ou melhor, a psicose do motorista”. (1991:111)

A violência do trânsito e das estradas, com todos os seus riscos transforma o automóvel na possibilidade de um pouco de prazer pela aventura. Eis aí a cruel “estrutura dos álibis” (1991:111), que se caracteriza pelos restos do prazer. A sociedade urbana, com todos os seus complicadores, ainda permite uma série de restos que as pessoas se satisfazem em consumir.

O automóvel é apontado também por Stanley Parker (1978) como um dos fatores importantes para a demanda de lazer, em alguns casos mais significativo se comparado a outros determinantes, principalmente porque garante a possibilidade de participação em certas atividades de lazer específicas. Não deve ter sido mero acaso o resultado da pesquisa que demonstra que “entre 1960 e 1965, as famílias que tinham automóvel participavam duas vezes mais que as outras em natação, golfe, tênis e

camping”(1978:147). Podemos observar que essas atividades, à exceção do camping, possuem um caráter individual.

Se o automóvel determinou comportamentos e atitudes, levando as pessoas a uma espécie de isolamento e convencendo-as da importância do circular, seja pelo *status* ou pela autonomia, do nosso ponto de vista, com o avanço tecnológico, o computador passou a determinar também todo um modo de vida. Os computadores permitem um tipo de mobilidade virtual: trabalhar sem se deslocar para o local de trabalho, conhecer pessoas sem encontrá-las frente a frente, fazer compras sem sair de casa, fazer serviços de banco sem ir ao banco, fazer turismo virtual. Chega-se ao cúmulo dos restos de prazer com o sexo virtual.

Com o domínio das redes, as pessoas precisam se encontrar cada vez menos, passam a valorizar essa condição de anonimato e podem agora circular virtualmente, o que pode se caracterizar como uma outra “patologia da cidade”: a mobilidade comprometida sendo suprida por uma falsa mobilidade, a ausência de identidade sendo valorizada em oposição ao encontro e ao convívio.

Além disso, os computadores tornam-se obsoletos com tal velocidade que as pessoas acabam entrando também nessa corrida, tentando acompanhar os avanços, pelo mais instantâneo, pelo mais imediato.

Mas os símbolos da sociedade de consumo são vários; assim como Lefebvre, Milton Santos (1987) coloca a moda como um sendo um desses signos. É uma necessidade de mudança disfarçada, travestida, pois vem na forma de adesão a um novo objeto (re) criado pelo mercado.

“Não é mudança para atingir o futuro, mas para permanecer no passado. A moda é um desses artificios com o qual as coisas ficam as mesmas, embora aparentando uma transformação. A moda é manivela do consumo, pela criação de novos objetos que se impõem ao indivíduo.” (1987:35)

Podemos considerar os *shoppings* como um espaço bastante típico da sociedade de consumo, são verdadeiros templos do consumo de produtos e signos, ao mesmo tempo. Nos estudos de Heitor Frúgoli Jr. (1995), encontramos uma definição reveladora para o *shopping*: “uma cidade dentro da cidade”, onde só circulam cidadãos consumidores, onde não penetram as desordens da cidade como o trânsito, a violência urbana, transtornos climáticos. Os *shoppings* vendem uma falsa imagem de acesso público, contando com sistemas de controle e regras bastante rígidos. De acordo com os estudos de Frúgoli, o acesso e a permanência de certas pessoas e certos grupos nesses espaços dependem da tolerância de cada *shopping*, que controla declaradamente a apropriação do espaço pelos freqüentadores.

Buscando subsídios para uma reflexão sobre o consumo da cultura de massa, o lazer, o tempo e o espaço, recorremos ao pensamento de Edgar Morin, tentando traçar um paralelo com Henri Lefebvre.

O primeiro autor destaca o consumo da cultura de massa como algo bastante presente no lazer moderno. Reconhece o lazer como fenômeno situado na história, como conquista da diminuição da jornada de trabalho, e resgata o sentido diferenciado que o “tempo livre” possuía na sociedade tradicional.

Pode-se notar aqui a semelhança entre o que dizem Lefebvre e Morin sobre o lazer. Lefebvre (1991:95) visualiza dois tipos de lazer na sociedade contemporânea: ou é um *“lazer integrado na cotidianidade”*, mas que está marcado pelo consumo rápido e não permite a satisfação, ou é uma *“espera da partida”* em direção ao completamente diferente, um rompimento com esse tédio que o consumo exagerado e rápido parece acumular, *“a vontade de uma evasão - o mundo, as férias, o LSD, a natureza, a festa, a loucura”*.

Para Morin (1990), o lazer na sociedade contemporânea se coloca exatamente como evasão e consumo, mas não se restringe a isso em termos de possibilidades. Entende o lazer de modo amplo, contemplando as artes, o espetáculo esportivo e o jogo, os encontros sociais, o turismo, o bricolage e destacando o prazer como um fim mesmo da atividade.

Como exemplo de evasão, coloca a atividade turística, onde o indivíduo dá mais valor ao registro fotográfico das imagens do que ao próprio sentimento ou prazer da quebra da rotina espaço-temporal, do contato com as diferentes culturas e hábitos. Outro exemplo citado por Morin é o caso dos clubes estilo Méditerranée, onde pessoas se reúnem para consumir diversos espetáculos, numa espécie de sociedade temporária, já que o lazer contemporâneo está enquadrado em tempos reorganizados na sociedade contemporânea (fins de semana, férias).

E por que não dizer que o lazer está também enquadrado no que diz respeito ao espaço? A sociedade temporária dos clubes se cria num espaço confinado, saturado e privatizado. Da mesma forma, observa-se a proliferação dos condomínios fechados, próximos a grandes centros urbanos, como ambientes alternativos ao caos das grandes cidades, e tendo sempre os espaços de lazer como atrativos em suas campanhas de venda de lotes. Diferentemente dos clubes, o condomínio pretende ser um tipo de sociedade “eterna”, de

convívio entre semelhantes, onde não penetram a desordem e o contraste social do ambiente urbano. Porém, no interior desses condomínios, ainda se verifica a tendência para a saturação do espaço como um todo e para o confinamento das pessoas às suas áreas de lazer particulares, em suas próprias casas (Pellegrin, 1995; Frúgoli Jr., 1995). Os condomínios fechados são um reflexo da idéia de que a única alternativa à cidade é viver ao redor dela.

Se o espaço é, em certa medida, mercadoria, ele passa a ser dominado pela força do mercado. O mercado, supostamente dominado pelos homens, torna-se uma instância de dominação dos homens por alguns poucos outros homens. Sua finalidade não é a vida humana, é o lucro.

O espaço urbano é hoje o espaço cheio (Barbuy, 1980:21), isto é, o espaço construído, lotado, saturado. Se o espaço vazio existe, está quase que fadado a tornar-se propriedade privada, para dar lugar à edificação, que dá lucro. Os vazios urbanos quase sempre são referências culturais, ambientais, redutos ecológicos, espaços públicos, possíveis de atender ao encontro e ao convívio humanos como finalidades únicas. Porém, isso não é entendido como essencial, aliás isso não pode ser compreendido na lógica do mercado.

No caso dos equipamentos de lazer, dos espaços de convívio, parece haver uma tendência à “privatização”, isto é, os espaços de lazer, inclusive as áreas verdes e o lazer propriamente dito tornaram-se produtos do mercado. Como bem explicita Milton Santos:

“O lazer na cidade se torna igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais” (1987:48).

A especulação imobiliária provoca desequilíbrios espaciais em vários setores, que por sua vez levam a um agravamento do quadro de especulação. A situação é bastante grave quando se trata de espaços e equipamentos de lazer, pela falta de “ressonância social” da problemática (Magnani, 1984:134). O lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída a importância real numa política de administração urbana.

Além da especulação imobiliária, o próprio planejamento dos espaços e equipamentos de lazer, quando existe, revela equívocos. Um equipamento de lazer, com já dissemos, deve ter qualquer coisa de não-planejado, que convide as pessoas a uma intervenção. Isso é especialmente importante para algumas faixas etárias, como no caso das crianças, por exemplo.

A infância é uma fase privilegiada para estímulos e para a aquisição de um repertório cultural que permita, daí para diante, a realização de escolhas mais conscientes e criativas. Acreditamos que a questão da cidadania passa também por esse repertório, pois o acesso aos bens culturais de maneira geral é determinante nas escolhas que indivíduo faz, tanto em relação ao lazer com em outras áreas. No entanto, a desvalorização da cultura da criança pode ser percebida também no que diz respeito ao espaço. Os espaços para o lazer infantil são, normalmente, projetados por adultos que têm dificuldades em não deixá-lo totalmente planejado, talvez porque a possibilidade de que esse espaço venha a ser modificado soe como desordem ou estrago (isso pode se configurar como forma de saturação espacial: encher o espaço, deixá-lo “pronto”) Nesse sentido, concordamos com Mayumi Souza Lima:

“É preciso, pois, deixar o espaço suficientemente pensado para estimular a curiosidade e a imaginação da criança, mas incompleto o bastante para que ela se aproprie e transforme esse espaço através de sua própria ação” (1989:72).

Como nos alerta Marcellino (1995), a democratização do lazer passa necessariamente pela democratização do espaço, pois a “cultura vivenciada no tempo disponível” requer também um “espaço disponível” (1995:57). Em outras palavras, a esfera do lazer acaba envolvendo outras questões mais amplas como, por exemplo, “a ocupação do solo urbano”, que vai além dos limites de uma administração municipal, o que demonstra a necessidade de discutir o lazer de maneira integrada às outras áreas sociais, a despeito dos limites do poder público municipal (1990:206-208).

A relação entre lazer e espaço é abordada também por Thema Patlajan (s/d), numa perspectiva, a nosso ver, enviesada. A autora considera que o lazer é uma forma de acesso à liberdade e que, portanto, o “ser humano, com sua liberdade de escolha e opção ampliada, vai dominar a natureza de uma maneira muito mais saudável e criativa” (s/d:40). É aí que se encontra o viés, na pretensão de “dominar a natureza”, colocando o ser humano fora dela e restringindo o tratamento das questões relativas ao espaço e ao lazer a uma relação de domínio.

Quando o assunto é moradia, habitação, assistimos a um discurso perverso e a uma prática no mínimo lamentável: a construção de conjuntos habitacionais populares. São casas normalmente minúsculas, fora de qualquer padrão que se poderia considerar como normal para morar. Tudo dentro de uma lógica funcional e de relação entre custo e benefício: construir mais casas,

com o menor gasto possível, o mais rápido possível. É assim que o setor público freqüentemente se considera livre de certas obrigações.

Da mesma forma a política de transportes também se sujeita às leis do mercado. O transporte coletivo não é considerado prioridade, dá-se maior estímulo ao transporte individual particular, inclusive em termos espaciais, com o aumento do espaço para a circulação de veículos particulares.

Tomemos como exemplo, em plena crise econômica que abala o país, o processo de renúncia fiscal na briga dos Estados para atrair novas indústrias automobilísticas e os acordos de redução de recolhimento de ICMS para ampliar a venda de automóveis. Esse conjunto de acontecimentos nos remete ao próprio desenvolvimento da indústria brasileira, onde há uma opção quase que exclusiva pela indústria automobilística, que se reflete também na infraestrutura de transporte das nossas cidades: o investimento recai quase que exclusivamente sobre a construção e a utilização de sistemas viários voltados para o transporte individual e particular.

4. A cidade como espaço libertador

“O morro não tem vez
e o que ele fez já foi demais
mas olhem bem vocês
quando derem vez ao morro
toda a cidade vai cantar...”

(Antonio Carlos Jobim e Vinícius de Moraes)⁹

A cidade, com seus códigos, contrastes e símbolos, sua língua, sua “fala e sua escrita” (Lefebvre, 1968:63) tende para uma autonomia, um papel intermediário entre o Estado e o habitante. Ela ferve de conflitos e agitações. Daí um esforço por parte do poder estatal em desvalorizar a sociedade urbana.

Mas a sociedade e o urbano persistem, as relações sociais se intensificam, os habitantes se apropriam de outros locais, alternativos, criam centros para o encontro. Retomam o valor de uso da cidade. O urbano é e volta a ser:

“...lugar do desejo, desequilíbrio permanente, sede da dissolução das normalidades e coações, momento do lúdico e do imprevisível.” (1968:77)

⁹ Música “O morro não tem vez”, gravada por Elis Regina e Jair Rodrigues, CD 2 na bossa.

O urbano se mantém nas brechas da ordem programada pela racionalidade. Racionalidade esta de formas determinadas: estatal, burocrática, economicista.

O Estado e a Empresa tentam absorver a cidade:

“O Estado age sobretudo por cima e a Empresa por baixo assegurando a função de habitar nas cidades operárias e os conjuntos que dependem de uma ‘sociedade’, assegurando também os lazeres, e mesmo a cultura e a ‘promoção social’”. (1968:90)

Sobrevive na cidade a ideologia da segregação, segundo as rendas e os planos de arrumação do espaço urbano, isto é, estratégias de classe, onde prevalece um critério perverso de classe social.

Cada bairro residencial à sua maneira transforma-se num gueto. Um olhar sobre a cidade revela o quadro do inferno urbano: a vida cotidiana em fragmentos, o trabalho, o transporte, a vida privada, o lazer, o ser humano desmembrado e também fragmentado. E ainda a necessidade das pessoas em curar a saudade da sociedade tradicional consumindo, turisticamente, cidades antigas. Fazer a síntese desses fragmentos não é tarefa de uma categoria, nem talvez somente do filósofo. É necessária uma *praxis* determinada.

Convém explicitar aqui a noção de *praxis*, que é essencial para esta reflexão. A *praxis* é definida como “**atividade prático-crítica** (grifo do autor), isto é, como atividade humana perceptível em que se resolve o real concebido subjetivamente”(Bobbio e outros, 1989). Mas o que exatamente revela esse conceito na relação do ser humano com o ambiente?

“O conceito de praxis exprime precisamente o poder que o homem tem de transformar o ambiente externo, tanto natural como social; é por isso que Marx concebe o real como atividade sensível subjetiva”. (Bobbio e outros, 1989: 988)

Como alerta Milton Santos (1987), há a possibilidade de elevação de níveis, passando de uma *praxis* repetitiva para uma *praxis* inventiva ou libertadora, quando a maneira de perceber o mundo sensorialmente se permite um movimento em direção do racional. É nessa relação dinâmica entre sujeito e objeto que reside a interação capaz de dar lugar à nova *praxis*.

“O pobre é sábio porque conhece a experiência da escassez...” disse o próprio Milton Santos, em entrevista ao programa Roda Viva, da TV Cultura, gravada em 31 de março de 1997. Essa afirmação causou incômodo para os jornalistas que faziam parte da bancada de entrevistadores do Roda Viva. Acreditamos que a “escassez” a que se referiu Milton Santos seja realmente um dos elementos da tal *praxis* libertadora de que vínhamos falando: diferentes maneiras de ver o mundo e, sobretudo, de atuar sobre ele e transformá-lo, diferentes formas de relacionamentos entre pessoas e grupos sociais.

Para que os leitores conheçam o contexto da afirmação feita durante a entrevista, apresentamos o trecho da entrevista que iniciou a discussão, quando o professor Istvam Jancso (Departamento de História da USP) encaminhou a seguinte questão ao professor Milton Santos:

I.J.: “Que tipo de Estado está em processo de gestação na esteira da falência das formas de Estado que a gente viu – o Estado nacional burguês, modelo

século XIX, etc. ou o Estado socialista ou enfim, esses que estão perdendo sua vigência?”

M.S.: “Eu não tenho competência para dar uma resposta técnica cabal. Eu apenas diria que nós estamos deixando a era tecnológica e entrando na era demográfica ou popular. Estamos já entrando nessa era, que é uma mudança de qualidade, digamos, nas relações humanas, quer dizer, essas massas todas que entram em movimento, esse uso da comunicação malgrado a informação, a partir dos pobres deste mundo, reunidos num determinado território, e que apontam para outra coisa.”

I.J.: “Milton, me permita, só para eu entender melhor, o que é esse sistema de comunicação entre os pobres que você já falou algumas vezes? Eu gostaria de sentir isso mais palpável porque eu não percebo isso.”

M.S.: “Você quase me emudece com essa afirmação, mas como foi ‘quase’, eu vou tentar lhe responder. Nós temos um mundo da informação que é verticalizada. A informação, ela atende a preocupações pragmáticas, ela tem alguns centros frouxos que são o grande comando do mundo hoje, na medida em que o mundo hoje é movido pela violência da informação juntamente com a violência do dinheiro. Mas os homens juntos criam outra coisa através da emoção, quer dizer, a informação, ela se dá como produto da razão, da chamada razão, da racionalidade que é a racionalidade do mais forte. Enquanto que a emoção, ela permite a comunicação e ela gera, ela gera emprego, ela gera atividade, só que nós não trabalhamos isso no nosso cotidiano universitário, nós trabalhamos outra coisa, nós trabalhamos o que a mídia nos manda trabalhar.

Vinícius Torres Freire: “E gera massacres sociais também a emoção, né professor? Se ela for colocada dessa forma abstrata ela gera até massacres raciais, étnicos, Iugoslávia, Burundi, Uganda...”

M.S.: “Também, mas isso é próprio da história. Eu creio que eu prefiro olhar para aquilo que está apontando para o futuro. Os massacres, sempre houve. O que nunca houve foi, digamos, um mundo governado pela informação e contrariado pela comunicação. Eu acho que o que é extraordinário nesse mundo, neste fim do século, sobretudo o que faz a importância da vida urbana é essa produção, a partir de baixo, de algo que é revolucionário; no sentido de que os pobres acabam por ver mais o que o mundo está sendo. Nós não temos muita forma de ver o mundo porque nós estamos contentes com o nosso conforto, com os nossos diversos confortos, com o conforto do nosso bairro, com o conforto do nosso consumo, o conforto das idéias estabelecidas, porque tudo isso é entrave, é entrave à produção do conhecimento e entrave à produção do futuro. O futuro está lá embaixo.

V.T.F.: “Professor, o pobre é naturalmente sábio assim, essa determinação abstrata: ‘ele é sábio’?”

M.S.: “Por que abstrato, por que o pobre é abstrato e eu não sou?”

V.T.F.: “Mas o pobre em abstrato sempre é sábio?”

M.S.: “Ele sempre é sábio porque ele conhece a experiência da escassez, que agora, só agora, a classe média começa a conhecer. A experiência da escassez é o caminho da descoberta do quanto eu valho realmente. Esse caminho da escassez que todos os dias se renova porque, aparentemente, eu deixo de ser pobre hoje e amanhã eu volto a ser pobre outra vez, porque como no caso do Brasil essa redução da pobreza não é estrutural. Então o que nós temos ;é essa capacidade do pobre, mas sobretudo do migrante, o migrante é ainda mais forte que o pobre na visão do real e do futuro, e que faz com que a América Latina e o Brasil sejam países afortunados porque

urbanos, porque cheios de pobres, porque têm as cidades cheias de migrantes.”¹⁰

Acreditamos que, entre outras coisas, é da escassez de que falava, Milton Santos que surge a “consciência proletária”, de que nos fala Rubem Alves (1987:51) ponto de partida para uma *praxis* libertadora, uma revolução.

Essa “consciência proletária” está ligada a um novo tipo de comunidade; não é uma abstração, mas uma consciência que vem da experiência vivida por grupos e indivíduos distintos, não necessariamente só entre os pobres e, menos ainda, entre todos os pobres. De fato, a primeira experiência que possibilita essa consciência é a da pobreza, que em seguida leva à descoberta de saber-se “impotente perante a história” (Alves, 1987). Porém, não são os pobres os únicos a tomarem ciência dessa condição.

“Aqui está o denominador comum que identifica a consciência proletária: a consciência de dominação por um poder que não lhe permite criar a própria história.”
(1987:52)

O que nos parece apropriado destacar, a partir da entrevista de Milton Santos e das palavras de Rubem Alves é que ambos os autores colocam uma possibilidade de postura crítica que consideramos importante. Existe um tipo de consciência que descobre as condições de vida inumanas e que quer negar essa forma de viver. Mas ela não se mantém apenas na atitude de negação,

¹⁰ Decidimos incorporar essa parte da entrevista feita ao Professor Milton Santos para que o leitor tenha uma idéia clara do contexto em que as declarações foram feitas. Lembramos ainda que se trata de uma entrevista gravada em vídeo, o que faz com que o acesso à fonte não seja tão fácil. O trecho por nós negrito é considerado fundamental para estabelecer conexões com nossas reflexões.

aponta também para outras possibilidades, procura novos caminhos porque descobre um mundo inacabado: vê o futuro.

Tampouco a busca de novos caminhos é uma abstração, trata-se de um ato político. Atuar em uma nova direção implica envolver-se com o poder político. A forma como essa nova consciência se traduz, a sua linguagem, é, não por coincidência, um novo humanismo:

“Trata-se de um novo tipo de humanismo, baseado não numa definição abstrata da essência do homem, e sim na liberdade humana para recriar novamente o seu mundo e a si próprio, de acordo com sua própria escolha. Trata-se de um humanismo político.” (1987:60-61)

Retornando à análise do pensamento de Milton Santos, a própria presença de migrantes e pobres na cidade já poderia ser considerada como uma forma de resistência, a partir do momento em que essa presença é tolerada¹¹. A tomada de consciência de seu lugar na cidade é a percepção da experiência da escassez: escassez de espaço, de instrumentos básicos para uma vida digna.

O vazio não é, portanto, ausência, é presença, é onde estão mais latentes os desejos, os questionamentos, as possibilidades infinitas. É onde há a possibilidade plena do relacionamento entre seres diferentes, idéias conflitantes, confrontos variados, enfim, possibilidade de transformação (Barbuy, 1980).

¹¹ De acordo com a análise de Weffort (1982), já comentada anteriormente, pode-se também perceber a migração de nordestinos como uma “invasão de classes pobres”, e aí, sua presença na cidade, por si só, poderia estar questionando as relações de poder sobre o espaço.

Transformar a cidade é viável. Os grupos, etnias, idades, sexos, atividades, trabalhos, conhecimentos, tudo o que é necessário para (re)criar a sociedade urbana está aí, disponível. Por enquanto, ela só existe virtualmente. Tal como se apresentam as condições, provavelmente ela morre antes de ser concebida.

A reflexão teórica deve redefinir as formas, as funções e as estruturas da cidade e as necessidades sociais da vida urbana. Essas necessidades são elaboradas socialmente, revelando aspectos em oposição complementar, por exemplo, a necessidade de certeza e de aventura, de trabalho e de jogo, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro. As necessidades urbanas específicas são de lugares qualificados, de simultaneidade e de encontro; sem a imposição da troca pelo valor de troca. Implicam também a necessidade de um tempo para esses encontros e essas trocas.

Há, segundo Lefebvre (1968), uma necessidade fundamental de *atividade criadora*, de *obra*. Esse desejo sobrevive e se manifesta através do esporte, da arte, do conhecimento. A *atividade criadora* é essencial porque, para transformar a cidade, não é possível pensar no retorno a um tipo de cidade do passado, assim como não é conveniente fugir para uma situação de crescimento e saturação inevitável e sem controle.

“Impossível considerar a hipótese do retorno à cidade antiga; possível apenas encarar a construção de uma nova cidade, sobre novas bases em outras condições, numa outra sociedade. Nem retorno (para a cidade tradicional), nem a fuga para a frente, para a aglomeração colossal e informe – esta é a prescrição. Por outras palavras, no que diz respeito à cidade, o objeto da ciência não está determinado. O passado, o presente, o possível não se separam” (1968:98).

Lefebvre (1968) faz uma crítica ao humanismo clássico, que ainda vigora em vários lugares, universidades, publicações, cidades. É necessário conceber um novo humanismo, uma nova *praxis* e um outro ser humano (o da sociedade urbana). É preciso garantir a esse homem o direito à cidade, não como apenas moradia, deslocamento, recuperação de forças. Deve-se garantir o direito à **vida** urbana (grifo nosso).

Se a sociedade capitalista criou o centro de consumo, mais tarde substituído pelo centro de decisões, não bastaria pensar numa versão de centralidade cultural, institucionalizando e burocratizando a cultura, como resposta a esse estado de coisas. Ou, como apregoa Joffre Dumazedier (1979), recuperar a “função cultural da cidade, seu papel de centro cultural” para que ela seja de fato um “pólo de desenvolvimento”. Isso seria uma maneira de continuar colocando o desenvolvimento econômico à frente das outras questões, justificando a produção cultural pela lógica econômica.

A cidade é espaço de trabalho produtivo, mas deve recuperar sua função de *obra* e de *festa*. Dever-se-ia conceber o lúdico como um elemento aglutinador dos aspectos da cultura:

“...trata-se de dar forma a essa tendência ainda submetida à produção industrial e comercial de cultura e lazeres nesta sociedade.” (Lefebvre, 1968:122)

A cidade futura, aquela a ser construída, teria uma característica efêmera, seria uma “perpétua obra dos habitantes” (1968:123), onde o tempo reassumiria o seu lugar. O indivíduo seria concebido como sujeito participante da construção de uma nova sociedade, dinâmica, palco de conflitos e confrontos.

Para que tal projeto, da *cidade - perpétua obra dos habitantes*, se viabilize, são necessárias políticas públicas setoriais consistentes, no âmbito do lazer, da habitação, do transporte e outras, que privilegiem a participação popular como critério básico.

Nesse sentido, o lazer é uma esfera de atuação privilegiada se considerarmos “suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural” (Marcellino, 1990:207).

É necessário, de acordo com Marlene Yurgel (1977), “reorganizar o ambiente urbano”, entendendo o lazer como “função urbana”, porém, a fixação de pressupostos para o tratamento do espaço urbano é insuficiente se esta se restringe às soluções funcionais como a distribuição e as dimensões dos equipamentos e não privilegia a participação direta da comunidade envolvida.

A “revitalização urbana”, de que também nos fala Marcellino (1995:63), só acontecerá com a participação efetiva da população, pois a valorização dos ambientes não se explica apenas pelos seus recursos naturais ou culturais em si, mas também pela “ligação que se estabeleceu com a comunidade onde estão situados”.

5. A revolução cultural: a cidade (re)construída

“...a gente não quer só comida
a gente quer comida, diversão e arte
a gente não quer só comida
a gente quer saída para qualquer parte
a gente não quer só comida
a gente quer bebida, diversão, balé
a gente não quer só comida
a gente quer a vida como a vida quer...”

(Arnaldo Antunes, Marcelo Fromer e Sérgio Britto)¹²

“...olha só aquele clube que da hora olha o pretinho vendo tudo do lado de
fora...”

“...aqui não vejo nenhum clube poliesportivo pra molecada freqüentar nenhum
incentivo o investimento no lazer é muito escasso o centro comunitário é um
fracasso mas aí se quiser se destruir está no lugar certo tem bebida e cocaína
sempre por perto a cada esquina cem duzentos metros nem sempre é bom ser
esperto...”

(Mano Brown)¹³

Acreditamos que, para facilitar o diálogo entre a cidade e seus habitantes, na busca de soluções mais humanas para o espaço, são necessárias alterações drásticas na maneira como o ambiente urbano se organiza. Nesse sentido, já apresentamos algumas pistas e indicações do que consideramos

¹² Música: “Comida”, gravada pela banda Titãs, CD Titãs 84-94.

¹³ Música: “Fim de semana no parque”, gravada pelo grupo Racionais MC’s, CD Racionais MC’s.

possível, partindo tanto das políticas públicas de administração urbana como da participação cultural, especificamente no campo do lazer, como focos básicos de mudança e transformação. É a partir disso que tratamos agora da “revolução cultural”, como forma concreta de atuação.

Para isso, será necessário abordar as relações entre cultura popular e cultura de massas, esta última, como já dissemos, uma manifestação bastante própria da sociedade contemporânea, urbano-industrial. A cultura de massas assume uma certa hegemonia e dá sustentação às desigualdades sociais, pois “permite” um sentimento de grupo, de nós, ainda que distorcido e diluído entre diferentes classes sociais: *nós, que consumimos a mesma música, a mesma televisão, que sonhamos com os mesmos carros populares, que nos esforçamos para usar as mesmas roupas que desfilam nas telenovelas etc.*

Essas duas nuances da cultura, aqui separadas apenas para fins de análise, se interrelacionam e se confrontam na cidade e é essa tensão permanente que vai permitir uma nova atitude cultural, ou seja, um novo tipo de participação, que valorize a consciência das pessoas sobre seus problemas e seus desejos.

No dizer de Antonio Gramsci (1978), a cultura popular contém uma espécie de *humus* que deve nutrir a produção de novas idéias e formas culturais, favorecendo uma verdadeira “revolução cultural”.

Nas palavras de Milton Santos (1987:66):

“...as cidades abrigam ao mesmo tempo uma cultura de massas e uma cultura popular, que se colaboram e se atritam, interferem e se excluem, somam-se e subtraem-se, num jogo dialético sem fim.”

Para ambos os autores, Santos e Gramsci, o trabalho no plano cultural é viável: a “revolução” e a “nova atitude cultural” são coisas concretas, possíveis. É possível perceber, inclusive, um ponto de interseção entre Gramsci, Santos e Lefebvre.

Provocar mudanças no quadro social, partindo do plano cultural também faz parte do desafio apresentado por Lefebvre (1991), quando propõe um processo de mudança, que chamou de “revolução total”, onde seria imprescindível alterar significativamente os planos econômico, político e cultural. Acredita-se que é possível uma atuação direta na “superestrutura” com vistas a provocar mudanças na “base”.

Antes de refletirmos sobre a “revolução total”, seria interessante que esclarecêssemos as categorias de análise do pensamento marxista, citadas no parágrafo anterior. Elas são explicadas também pelo próprio Lefebvre (1991), para justamente falar do papel que o plano cultural pode ter na transformação da sociedade:

“O que é uma sociedade? Conforme o modelo marxista é, antes de tudo, uma base econômica: trabalho produtor de objetos e de bens materiais, divisão e organização do trabalho. Em seguida, é uma estrutura: relações sociais ao mesmo tempo estruturadas e estruturantes, determinadas pela ‘base’ e determinando relações de propriedade. Seguem-se, enfim, as superestruturas, que compreendem elaborações jurídicas (códigos), instituições (o Estado, entre outras) e ideologias. Tal é o esquema. Ora, a interpretação geralmente admitida reduzia as superestruturas a não passarem de um reflexo da base.”(1991:38)

A idéia que o autor se propõe a rever é a de que a estrutura e as superestruturas seriam somente reflexos da base. Nesse ponto, Lefebvre faz questão de se posicionar enfaticamente. Para ele, as ideologias, a cultura e as organizações são ativas e também podem fazer-se refletir na base, sendo responsáveis pelo que ele próprio chamou de um *feedback* no esquema de análise. E mais ainda, a vida cotidiana é colocada como “lugar social desse *feedback*” (1991:39).

Retornando à *revolução cultural*, Henri Lefebvre (1991:215-216) prevê a necessidade de “uma reforma e uma revolução urbanas”, onde haveria uma mudança no nível econômico, possibilitando alcançar o objetivo de que a produção tivesse como finalidade e sentido “a vida urbana, as necessidades sociais da sociedade urbana como um todo”. Ao mesmo tempo, está implícita uma alteração *política* da organização da sociedade.

Uma “reforma urbana” é algo bastante expressivo e radical:

“Como reforma revolucionária ela abala as estruturas da propriedade, do direito e da ideologia neocapitalistas. Sustar, no caminho da degradação, a vida urbana ainda existente, inventar formas novas, permitir que essas formas se desdobrem, abram seu caminho aos germes da sociedade urbana são os objetivos que ultrapassam as possibilidades do neocapitalismo e da sociedade de consumo dirigido.”(1991:216).

É conveniente lembrar que a “reforma urbana” do pensamento de Lefebvre não deve ser confundida com a idéia do reformismo como proposta política.

Enfim, o autor chega a falar da *cidade-lúdica*, da necessidade (implícita na revolução) de conceber o lúdico como obra, dar condições para ele no espaço-tempo, para que ele se estabeleça na cotidianidade e não esteja em oposição a ela.

Há ainda, no processo revolucionário proposto pelo autor, uma necessidade de se realizar a “reforma e revolução sexual” (1991:215), que pressupõe, além da “igualdade política e jurídica das partes contratantes e interessadas”, no caso os papéis feminino e masculino, que se coloque fim à repressão e ao controle sexual exercido pelas instituições, pela “ordem moral e o terrorismo reunidos”; que esse controle não esteja simplesmente ausente mas que seja uma “questão dos interessados”. Esse aspecto da “revolução total” é particularmente interessante por tratar diretamente de uma questão cultural ligada ao *corpo*, uma temática bastante própria da Educação Física.

O processo revolucionário proposto por Lefebvre é baseado nas mediações possíveis das relações entre as pessoas, a cultura, a cidade,

considerando que esses elementos estão imbricados e só se separam para efeito de análise. A *ordem próxima* e a *ordem distante* (conforme tratamos nas páginas 28-29) possibilitam a organização da cidade tal como a conhecemos, mas permitem também a construção de uma “outra cidade”. Aqui, “a cidade dentro da cidade” não se refere à tentativa de criar um refúgio, mas sim à possibilidade ou às possibilidades de estabelecimento de novas relações entre o ser humano e o espaço urbano, onde novos caminhos podem ser descobertos, iniciando uma mudança que vai, cotidianamente, contagiando o ambiente urbano.

CAPÍTULO II

A CIDADE DO PONTO DE VISTA ADMINISTRATIVO

A análise documental foi baseada no Plano Diretor do Município de Campinas e na Lei nº 9.199, que inclui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo (uma das regiões eleitas para o estudo). Os dois documentos foram escolhidos em função do seu caráter administrativo, condição necessária para a compreensão da visão que o poder público tem sobre o espaço urbano e o tipo de tratamento que reserva a ele.

Como já havíamos refletido sobre os temas centrais do estudo por ocasião da pesquisa bibliográfica, foi possível identificar, nos textos dos documentos, algumas categorias para análise que refletem a visão administrativa acerca desses mesmos temas, em especial sobre a cidadania, os equipamentos de lazer, o lazer propriamente dito, as políticas setoriais em geral. Pudemos detectar ainda outros pontos importantes para o confronto entre a visão administrativa e as expectativas da população, tais como a “qualidade de vida”, o ordenamento do território e a necessidade de interface entre as políticas setoriais municipais.

A análise do Plano Diretor do Município de Campinas revela uma preocupação, pelo menos enquanto proposta, com a “vida urbana” dos habitantes e sua participação na elaboração, execução e avaliação dos projetos urbanísticos.

Pela leitura do documento, é possível visualizar um levantamento dos problemas e necessidades da cidade. É um documento que, aparentemente, dá conta das questões mais amplas, pensado em função do uso do solo, da

propriedade, da distribuição ordenada das zonas, basicamente do controle da urbanização.

A imagem que o Plano fornece da cidade é a do *caos urbano*, com seus elementos típicos: o sistema viário que precisa de muitos ajustes, habitações populares precárias, área central degradada, distribuição desigual de equipamentos e serviços, áreas impróprias à urbanização etc.

Assim, acredita-se que, a partir das ações propostas no Plano, o ordenamento do território levaria ao desenvolvimento “harmônico e simultâneo da urbanização”, atendendo às “funções econômicas e sociais do Município” (Artigo 20, Capítulo I, Título III).

Parece-nos, contudo, que o ordenamento e os ajustes não sejam suficientes. Conforme tivemos ocasião de refletir no capítulo anterior, a organização espacial da cidade não é dada, mas sim construída. Se existe a pretensão de ordenar o território e ajustar os sistemas de transporte, habitação e serviços, por exemplo, é fundamental compreender sobre quais bases se pretende fazer isso: se é com base no questionamento da cidade tal como se apresenta e em suas possibilidades de mudança, ou se é com base no funcionamento dos setores isoladamente como uma garantia de que a cidade vai funcionar no seu todo. Verifica-se ainda uma dificuldade de tratar dessas questões, talvez pela própria concepção de modelo de plano diretor que se apresenta na maioria das cidades brasileiras.

O Plano se propõe, em seus objetivos (Artigo 7, Capítulo I, Título II), a “estabelecer mecanismos de gestão do desenvolvimento urbano”, que compatibilizem a ocupação do espaço com as necessidades da população. Poderia ser uma tentativa de facilitar o diálogo entre a cidade e seus habitantes, ou entre as necessidades do ser humano e as possibilidades do espaço. Porém, o que, exatamente, é considerado necessidade não fica muito

claro, já que o Artigo coloca apenas as “necessidades de abastecimento e bem-estar”, que nos parecem um tanto quanto genéricas.

O tratamento reservado às questões urbanas, no geral, demonstra afinidades com um tipo de urbanismo, chamado por Lefebvre (1968) de “urbanismo racionalista”, um modo rígido e funcional de pensar o espaço urbano, sobre o qual refletimos e fizemos algumas considerações no capítulo I deste trabalho. Por outro lado, às vezes o documento estabelece critérios de difícil mensuração como, por exemplo, a *qualidade de vida*, para temas complexos como a “regulação do uso e da intensidade da ocupação do solo” (Artigo 21, Capítulo I, Título III) ou *participação social*, na “gestão e proteção de equipamentos” (Artigo 75, Seção II, Capítulo V, Título IV).

Ainda sobre a “regulação do uso e da intensidade da ocupação do solo”, merecem destaque os critérios considerados, além da qualidade de vida: “a capacidade de sustentação ambiental, o patrimônio natural e cultural, a segurança individual e coletiva e a oferta suficiente ou projetada de saneamento básico, transporte coletivo, drenagem e outros serviços urbanos essenciais” (Artigo 22, Capítulo I, Título III).

A melhoria da qualidade de vida é colocada ainda enquanto “objetivo estratégico da política de desenvolvimento urbano” (Artigo 3º, Capítulo II, Título I) e também como um objetivo específico da Política Municipal do Meio Ambiente (Artigo 49, Capítulo II, Seção I, Título IV).

A participação popular é apontada como critério, como instrumento e como objetivo em vários momentos do Plano. Porém, às vezes isso deixa margens a algumas dúvidas, como por exemplo, no segundo item do Artigo 4º, Capítulo II, Título I, que prevê a “participação dos cidadãos, representando as entidades em que se encontram vinculados, na gestão do desenvolvimento urbano do município, notadamente nos processos de planejamento, gestão e

fiscalização de sua execução”. É interessante verificar que o poder público se disponha e se proponha a administrar com essa participação. Porém, em nenhum momento essa participação é detalhada na forma como ela poderia acontecer, a não ser através de “entidades representativas”, o que nos remete a uma outra questão.

Se a participação popular é colocada em termos de entidades representativas (por exemplo, Item IX, Artigo 4º, Capítulo II, Título I), em nenhum momento se faz referência a algum trabalho de formação e capacitação de lideranças comunitárias. A nosso ver, a participação popular pode ficar comprometida se for estimulada apenas em termos de entidades, não havendo incentivo para a formação dessas entidades. Isso porque a participação não é parte da cultura cotidiana dos cidadãos, como tivemos oportunidade de verificar durante a pesquisa bibliográfica; é algo ainda a ser conquistado.

A primeira referência que o Plano faz à cidadania está no Item I, Artigo 50, Seção I, Capítulo II, Título IV, quando as questões da conscientização da população quanto aos valores ambientais (naturais e culturais), bem como sua preservação, recuperação, utilização racional como recurso são colocadas como forma de afirmação da cidadania. Nesse ponto, a relação entre a população e o ambiente é destacada de forma bastante positiva.

O segundo momento em que o Plano toca no assunto é no item III, Artigo 68, Seção I, Capítulo IV, Título IV, quando aborda a política municipal de Sistema Viário e Transporte, colocando como um dos objetivos dessa política: “o estabelecimento de uma política tarifária orientada pela concepção de que devem ser preservados os interesses da economia popular, da afirmação da cidadania e do direito de usufruto da cidade”.

São os dois únicos momentos em que se fala de cidadania explicitamente, o que pode ser traduzido como uma visão restrita ou talvez ampla demais da questão, já que o Plano aborda as políticas de habitação, de infra-estrutura de saneamento e drenagem, de serviços públicos e de equipamentos sociais e não focaliza a possibilidade de exercício da cidadania em todos esses setores, a não ser na política tarifária de transportes citada acima.

Dessa forma, o documento reflete uma certa amplitude na visão da cidadania, quando estabelece as várias políticas setoriais; porém, assume uma visão restrita, quando considera somente a política tarifária, que está vinculada a uma das políticas setoriais (no caso, a dos transportes), como forma de exercício da cidadania.

Concordamos que os valores ambientais, naturais e culturais, são importantes para a busca da cidadania, tal como tratamos no capítulo II, assim como a circulação e outros aspectos relativos aos transportes. O que queremos ressaltar aqui é que a cidadania também mereceria destaque nos outros setores das políticas públicas. Os canais de participação deveriam ser abertos, explicitamente, em todos os setores de interesse da população.

Ainda com relação à política municipal de Sistema Viário e Transporte, no mesmo Artigo 68 citado anteriormente, encontramos também como objetivo “a democratização do sistema viário, com prioridade do seu uso para o transporte público coletivo e pedestres sobre o transporte individual, garantindo acesso seguro a todas as camadas sociais, incluindo os indivíduos portadores de deficiências”.

A preocupação demonstrada no documento é louvável, considerando as reflexões que fizemos no capítulo I deste trabalho, acerca do transporte individual e sua crescente valorização em detrimento da mobilidade da grande

maioria das pessoas. Porém, observando as mais recentes obras e mudanças no sistema viário da cidade, verificamos que a prática se distancia do discurso: a instalação do Projeto Rótula, que custou uma soma considerável aos cofres públicos, veio para alargar as avenidas, transformar várias ruas do centro e bairros adjacentes em anéis viários e aumentar a possibilidade do fluxo de veículos particulares pela cidade. O projeto não foi acompanhado de aumento ou mudanças no sistema de transportes urbanos coletivos. Apenas mais recentemente, a Prefeitura se viu obrigada a legalizar os transportes alternativos (feitos em peruas e vans), em função da própria demanda e do preço do transporte público, que não é atrativo (o preço do transporte alternativo se equipara ao dos ônibus).

Algumas questões que mereceriam um tratamento mais cuidadoso aparecem confusas, como é o caso do lazer. Faz-se muita referência à preservação de espaços, à “distribuição espacial equilibrada” e à “apropriação justa” da infra-estrutura desses equipamentos, “relativos à Cultura, Educação, Esportes, Lazer, Promoção Social, Saúde e Segurança Pública” (Artigo 71, Capítulo V, Título IV).

O aspecto “equipamento” parece ser a maior preocupação em relação ao lazer, ficando esquecida a esfera, mais ampla, do espaço de lazer. É um dos pontos em que se percebe a falta de tratamento mais direto e mais focalizado sobre essa questão. Talvez a preocupação em tratar da *cidade*, como um todo impeça um olhar mais aguçado na direção do *urbano*.

É exatamente em “equipamentos sociais” que se encontra o maior número de referências ao lazer em si e aos equipamentos de lazer, mais especificamente. Com relação ao entendimento do lazer, percebe-se a mesma confusão que está presente na Constituição Federal e na própria Lei Orgânica dos Municípios em geral: o lazer separado do esporte e da cultura. Porém,

verifica-se um avanço nas diretrizes de atuação em relação às áreas de lazer. Na Seção II, Capítulo V, Título IV, coloca-se a necessidade da proteção contra a invasão de áreas públicas, garantindo a “implantação de equipamentos ou sua utilização para lazer ou outras atividades de interesse coletivo”.

A importância do equipamento é tanta que, aparentemente, a “estruturação urbana” não está diretamente ligada a uma política de lazer, mas sim à política setorial de Infra-estrutura, Serviços Públicos e Equipamentos Sociais (Artigo 48, Capítulo I, Seção II, Título III). Isso não representa por si só um problema, mas uma determinada forma de conceber a estruturação urbana.

No que toca ao lazer, se por um lado existe a intenção de se formular uma política setorial, por outro, a confusão presente no entendimento parcial e fragmentado dos aspectos da esfera social pode impedir um resultado satisfatório.

Ainda com relação aos “equipamentos sociais”, um detalhe interessante que nos chama a atenção é que está prevista a superação de barreiras arquitetônicas para o acesso de pessoas portadoras de necessidades especiais. Note-se que é o único momento do Plano em que essas barreiras são citadas.

O Plano faz referência aos *vazios urbanos*, quando no Artigo 9º, Capítulo II, Título II, declara que o Poder Público busca “incentivar o adequado aproveitamento dos vazios urbanos ou terrenos subutilizados ou ociosos”. Essa preocupação nos parece extremamente importante, ainda que esteja colocada de uma forma mais geral, sem especificar o que significa exatamente o “aproveitamento adequado”.

Num outro momento, no Item IV, Artigo 25, Capítulo II, Título III, falando sobre o ordenamento territorial, é colocada a necessidade de controlar a “incorporação à malha urbana de grandes glebas ainda existentes no interior

do perímetro urbano, notadamente nas regiões em processo dinâmico de urbanização”. Essa pode ser considerada uma referência ainda que indireta aos espaços vazios ainda existentes. O documento destaca ainda certas áreas de saturação do espaço, onde devem ser diminuídos os índices de ocupação do uso do solo.

Merece destaque o fato de que estão previstas também parcerias entre o Poder Público e a iniciativa privada, no encaminhamento de soluções para as necessidades de recuperação e otimização dos vários setores, e em especial na implantação de equipamentos de lazer. Essas parcerias podem significar uma alternativa viável, tendo em vista os possíveis limites do poder público.

Sobre a distribuição justa de infra-estrutura e dos serviços urbanos, o Plano se refere à “qualidade, economicidade e perfil sócio-econômico do usuário” (Item V, Artigo 4º, Capítulo II, Título I); o que, do nosso ponto de vista, também pode gerar confusões a partir do momento em que as pessoas têm necessidades diferentes em função do seu perfil sócio-econômico. Por exemplo, em uma área habitada por pessoas da classe rica, que não utilizam transporte coletivo, sempre haverá pessoas trabalhando, que, por sua vez, representam uma demanda para o transporte público. Com isso, queremos chamar a atenção para o fato de que o critério “perfil sócio-econômico” pode eventualmente levar a interpretações equivocadas das necessidades das pessoas que vivem em determinada área da cidade.

As políticas setoriais previstas no Plano são as de habitação, transporte, meio ambiente e infra-estrutura de saneamento e drenagem, serviços públicos e equipamentos sociais. Percebe-se uma certa supremacia dos assuntos relativos ao transporte e ao meio ambiente. O sistema viário apresenta vários problemas e parece ser, em vários momentos, o principal entre os problemas

da cidade. Tanto que o chamado “ordenamento territorial” é bastante centrado nos ajustes no sistema viário (Capítulo II, Título III).

Há uma preocupação em equilibrar o sistema de transportes para reverter os “grandes deslocamentos” entre a casa, o trabalho e os serviços e também modificar as características da periferia e dos bairros dormitório.

O Plano aponta, em alguns momentos, a necessidade de intercâmbio entre as políticas setoriais e entre os órgãos responsáveis, no encaminhamento de soluções para os assuntos da cidade. Porém, no que diz respeito aos equipamentos de lazer, essa responsabilidade é delegada ao Prefeito, às secretarias e aos conselhos municipais.

O planejamento urbano em si não é, segundo o Plano, objeto de preocupação das Secretarias ligadas à cultura e ao lazer, ficando essa ligação mais estreita com as Secretarias de governo, finanças, transportes, obras, habitação e de abastecimento de água. Poderíamos então questionar: “quem é que decide, de fato, sobre os assuntos do planejamento urbano ligados ao lazer”? Indo mais além: essa forma de conceber o planejamento e o próprio plano diretor de uma cidade seria mesmo a mais viável?

Encontramos no Plano algumas referências diretas aos locais eleitos para a pesquisa exploratória: à Vila Industrial, pelo seu valor de patrimônio histórico, aos DIC’s, eleitos como investimentos prioritários pela necessidade de recuperação urbana e à região de Barão Geraldo, como área de múltiplas atividades que necessita de controle de ocupação.

Em relação à região de Barão Geraldo, verificamos que há um tratamento especial (ou pelo menos a tentativa de), por parte do poder público municipal, provavelmente pelo fato de se tratar de um Distrito de Campinas. A análise da Lei nº 9.199, de 27 de dezembro de 1996, que inclui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo, revela algumas imagens importantes. As

mesmas categorias de análise, verificadas na pesquisa bibliográfica e na leitura do Plano Diretor de Campinas, estão presentes nesse documento, porém de maneira bastante enfática e prioritária. É o caso da qualidade de vida, da participação popular, do lazer e dos equipamentos, dos espaços vazios e da relação entre possibilidades do espaço e necessidades da população.

A qualidade de vida (ou sua melhoria) figura como um dos objetivos principais da Lei, e é definida inicialmente como decorrência do “desenvolvimento harmônico da região e do ordenamento de seu crescimento” (Artigo 2º, Título I). Porém, após a leitura do texto, percebe-se que a mesma idéia de qualidade de vida é pautada em projetos ligados ao lazer, à preservação de áreas verdes e livres, à manutenção da baixa densidade da área e à prioridade ao pedestre e ao ciclista, esta última no que diz respeito ao sistema de transportes.

A Lei é bastante explícita quanto à participação popular em projetos de transformação do espaço, o que demonstra uma preocupação específica com a atuação da comunidade, embora não faça referências diretas à palavra “cidadania”. Está formulado na Lei o Programa Casa do Cidadão, que prevê a estruturação de um espaço público de informação sobre a região, que funcione como um canal de participação popular e também como equipamento de lazer (Seção IV, Capítulo II, Título III).

O lazer e os equipamentos têm um lugar de destaque nas diretrizes da Lei, seja em relação ao uso e ocupação do solo, ao sistema viário e de transportes ou à política ambiental de preservação.

Está prevista na Lei a implantação de um Sistema de Parques Lineares e Áreas Verdes, a ser “estruturado pela rede hídrica do Distrito” (Item II, Artigo 4º, Capítulo I, Título II) e integrado por meio de um sistema de ciclovias. O sistema de transportes prevê, inclusive, na sua organização, prioridade ao

pedestre e ao ciclista, integrando o sistema de ciclovias ao centro de Barão Geraldo.

As Fazendas de Café ainda existentes são consideradas áreas de recuperação e preservação pelo seu valor histórico e arquitetônico. E são estimuladas as iniciativas de instalação de equipamentos de lazer, tais como clubes de campo e hotéis-fazenda, “que tenham como premissas básicas a valorização dos aspectos naturais e uso adequado à conservação do meio” (Artigo 6º, Seção II, Capítulo I, Título II).

Tanto as Diretrizes Ambientais como as de Uso e Ocupação do Solo fazem referência aos vazios urbanos, colocando a necessidade de reverter o uso de certas áreas como “bota-fora” (depósito de entulhos), preservando-as enquanto áreas verdes e/ou transformando-as em equipamentos públicos de lazer. Há também a necessidade de recuperar certas áreas degradadas pela mineração. As Diretrizes do Sistema Viário e de Transportes, por sua vez, prevêem o aproveitamento turístico de leitos férreos desativados.

Ainda nas Diretrizes Ambientais, além do Sistema de Parques (equipamentos específicos de lazer), verifica-se a consideração do “rio”, como possível equipamento não-específico de lazer: o Artigo 18, Seção I, Capítulo II, Título II, prevê o aproveitamento turístico das corredeiras do Rio Anhumas, que integra a rede hídrica da região.

A Lei apresenta seis projetos, denominados “projetos especiais” (Artigo 35, Capítulo I, Título III), que, por si sós, permitem uma idéia das características da região. Dois dos projetos tratam da criação de parques, outros dois, da requalificação de áreas urbanas públicas. Um deles prevê a requalificação de um bairro em função da presença de favelas, outro ainda trata da construção de um “corredor migratório” entre áreas de preservação para a circulação da fauna local e, por fim, o projeto que prevê a criação de

um pólo de desenvolvimento de alta tecnologia, com participação das universidades, iniciativa pública e privada. É interessante observar o papel que é atribuído à Universidade na gestão urbana, principalmente na sua participação em programas da política de meio ambiente.

Pela linha dos projetos, percebe-se a importância que é dada ao espaço urbano, principalmente no que se refere à preservação e aos equipamentos de lazer. Já é possível mencionar aqui que a região de Barão Geraldo se caracteriza pela abundância de prestação de serviços, o que pode contribuir para que as preocupações administrativas se voltem para projetos específicos de criação e/ou preservação de áreas verdes e de lazer, assim como adaptar o sistema de transporte prioritariamente ao pedestre e ao ciclista.

Um dos projetos que trata da requalificação de uma área urbana pública (Requalificação do Boulevard) é baseado na preservação de áreas livres, na implantação de equipamentos públicos de lazer e no incentivo aos estabelecimentos comerciais de lazer (Artigo 39, Seção II, Capítulo I, Título III).

O destaque dado ao lazer pode ser notado também porque a Lei aponta a necessidade de “animação cultural” nos parques e nas áreas do centro. Isso pode ser considerado um avanço em relação à política, sempre insuficiente, da simples construção de equipamentos. E essa questão da animação é abordada em dois momentos: nos objetivos da criação da Casa do Cidadão e no projeto de Requalificação do Centro.

Um outro projeto, que trata da criação de um parque, aproveitando um córrego e seu entorno, justifica a preservação dessa área, que pode ser considerada um *vazio*, como elemento fundamental “na composição urbano-paisagística da região”. O parque se caracteriza como área de transição pelo

fato de estar entre uma área residencial e uma estrada (Artigo 42, Seção IV, Capítulo I, Título III).

Percebemos que o documento relativo ao Distrito de Barão Geraldo revela uma outra possibilidade de planejar o espaço urbano, mais pautada, pelo menos enquanto proposta, no possível diálogo entre a cidade e as pessoas que vivem nela.

CAPÍTULO III

QUESTÕES METODOLÓGICAS PARA OBSERVAR A CIDADE

Após a interpretação das obras selecionadas para a pesquisa bibliográfica e da análise documental, e tendo claros os pontos de referência, já comentados, que nortearam o estudo, apresentamos as regiões eleitas para a pesquisa exploratória, acompanhadas da metodologia de observação e suas categorias.

Lembramos que a técnica de amostragem utilizada foi não probabilística, intencional e por critério de acessibilidade, procurando englobar quatro regiões administrativas da cidade: Distrito de Barão Geraldo (Região Norte), Vila Industrial (Região Sul), Vila Costa e Silva (Região Leste) e Região dos DIC's¹ (Região Oeste).

-Distrito de Barão Geraldo: pertencente à Região Norte, região em plena expansão, conservando ainda muitos espaços vazios, considerada pelo poder público municipal como parte da “área de urbanização controlada Norte” (AUC-N), “que apresenta dinâmicas distintas de urbanização, as quais necessitam ser orientadas e controladas para evitar processo de ocupação desordenado” (Plano Diretor, Título III, Capítulo IV, Artigo 42, Item III);

-Vila Industrial: pertencente à Região Sul, primeiro bairro operário de Campinas, guarda ainda várias características de vila urbana, considerada pelo

¹ Sigla dos Distritos Industriais de Campinas. Ao todo são seis DIC's, oficialmente denominados pelo número: DIC 1, DIC 2 e assim sucessivamente.

poder público municipal como “área de urbanização consolidada” (ACON), onde, segundo o Plano Diretor (Título III, Capítulo IV, Artigo 42, Item IV), “se fazem necessárias a otimização e racionalização da infra-estrutura existente, através do controle do adensamento, notadamente nas áreas que já apresentam problemas de saturação”;

-Vila Costa e Silva: pertencente à Região Leste, conjunto habitacional formado na década de 60, habitado por uma comunidade com tradição em movimentos populares, vila que está sendo absorvida por um bairro de classe média vizinho, também considerada pelo poder público municipal como “área de urbanização consolidada”;

-Região dos DIC's: pertencente à Região Oeste, formada por vários conjuntos habitacionais, considerada pelo poder público municipal como “área de recuperação urbana” (AREC), apresentando-se “intensamente degradada do ponto de vista ambiental, concentrando população de baixa renda, com carência de infra-estrutura, equipamentos urbanos e atividades terciárias”, segundo o Plano Diretor, Título III, no Capítulo IV, Artigo 42, item V.

A principal categoria de análise na pesquisa exploratória pode ser definida, de modo amplo, como sendo o *espaço* e, de modo mais específico, o *espaço de lazer*. Paralelamente, houve uma preocupação especial neste estudo com relação ao *espaço vazio* na cidade, isto é, em que medida os vazios urbanos são importantes para os cidadãos, como espaços potenciais de convívio e de lazer. Ainda em relação ao *espaço vazio*, de que maneira a dinâmica entre *espaço cheio* e *espaço vazio* (que pode estar presente na cidade

ou no bairro como um todo, e também nos próprios equipamentos de lazer) interfere na apropriação dos mesmos por parte das pessoas.

A partir disso, foi necessário, em primeiro lugar, esclarecer o que exatamente estamos entendendo por *espaço vazio*. Em segundo lugar, foram detalhadas as categorias para investigar como se dá a apropriação desses espaços por parte das pessoas nos bairros selecionados.

Com relação ao primeiro tópico, elaboramos duas categorias específicas para definir os vazios urbanos e duas categorias específicas para tratar da dinâmica entre espaço cheio e espaço vazio. Os vazios urbanos foram considerados como *espaço vazio abandonado* (terrenos abandonados, áreas verdes abandonadas) e *espaço vazio circunstancial* (espaços adaptados como ruas, áreas de estacionamentos, que podem estar livres, sujeitos à adaptação, em determinados momentos).

Já a dinâmica entre o espaço cheio e o espaço vazio comportou o *espaço cheio/vazio no equipamento* (nos equipamentos de lazer, pode haver mais ou menos espaços livres para circulação e movimentação de pessoas, assim como equilíbrio ou desequilíbrio entre área livre e área construída ou ocupada) e o *espaço cheio/vazio na cidade* (observando o bairro como um todo, pode haver equilíbrio ou desequilíbrio entre áreas livres à circulação e movimentação e áreas construídas e ocupadas).

A principal técnica de coleta de dados foi a *observação participante* (Bruyne e outros, 1977:213-214) e, de acordo com as necessidades verificadas no processo, foram, de fato, utilizados outros recursos complementares como a entrevista, por exemplo.

Com relação ao segundo tópico, optamos por fazer uma leitura do tecido urbano a partir das categorias de José Guilherme Cantor Magnani (1996), que são baseadas nas várias formas de apropriação do(s) espaço(s)

urbano(s), para visualizar a cidade e seus contrastes. Retomamos nesse momento essas categorias já mencionadas no capítulo I, lembrando inclusive seus significados, uma vez que desejamos fazer uso delas para a nossa análise:

-*Pedaço*: caracterizado pela rede de relações mais próximas, de família e de vizinhança, que faz com que um grupo tenha certos códigos, hábitos e valores;

-*Mancha*: quando a referência principal é o espaço, onde existem alguns equipamentos para determinado tipo de atividade, uma mancha de lazer, por exemplo;

-*Trajetos*: pode ligar pedaços e manchas diferentes ou equipamentos dentro de uma mesma mancha.

-*Pórtico*: caracteriza os locais de passagem, os vazios, espaços que não pertencem a este ou àquele pedaço ou a esta ou àquela mancha.

-*Circuito*: constituído por uma rede de espaços e equipamentos não contíguos, circuito gay, circuito *funk*, por exemplo.

Para realizar a pesquisa exploratória, com base nas categorias acima apresentadas, tomamos emprestados, da antropologia urbana e, mais especificamente, da etnografia, os instrumentos também descritos por Magnani (1996): *caminhadas*, *observação direta*, *classificação*.

A *caminhada* permite ao pesquisador o reconhecimento da área - observar, andar, parar - num ritmo diferente do morador ou do transeunte. A *observação direta*, durante a caminhada, é baseada no esquema: *cenário*, *atores* e *script*. O *cenário* não se restringe à “presença ou ausência de equipamentos e estruturas físicas, mas desses elementos em relação com a prática cotidiana daqueles que de uma forma ou de outra usam o espaço: os

atores". Os *atores* devem ser observados com o propósito de "identificar tipos, construir categorias, detectar comportamentos". Para a *classificação*, pode-se utilizar a entrevista como recurso complementar. Enfim, o *script* ou as regras dizem respeito à lógica dos comportamentos, dos movimentos, da apropriação do espaço pelos *atores* (1996:37-38).

Durante a pesquisa exploratória, lançamos mão ainda de um outro recurso: a inclusão de material iconográfico, contendo imagens dos lugares pesquisados. Para isso, orientamos nossas ações em três direções: (1) visitamos arquivos fotográficos importantes da cidade (CMU, MIS, Acervo do Sr. Aristides Pedro da Silva), (2) obtivemos, por empréstimo, material fotográfico pertencente aos moradores dos bairros pesquisados e (3) construímos um pequeno acervo particular, procurando captar imagens mais atuais dos *cenários* e *atores* em questão, que não apenas servissem como ilustração do texto, mas também trouxessem outros elementos de percepção da organização espacial urbana e das relações de apropriação entre os *atores* e os espaços onde vivem. Essas imagens foram incluídas no capítulo V, onde procuramos justamente *delinear* os contrastes entre os quatro bairros estudados.

Retornando ao ponto de partida de toda essa construção metodológica, lembramos que ela foi feita para observar, de modo mais amplo, o *espaço urbano* e, de modo mais específico, o *espaço de lazer urbano*. Com relação ao lazer, para efeito de observação e análise, foram privilegiados neste estudo os "interesses físico-esportivos" (Dumazedier, 1980:111) pelo fato de estarmos vinculados a uma Faculdade de Educação Física. No entanto, não ficamos restritos a eles durante a pesquisa, mesmo porque as categorias escolhidas anteriormente apresentadas não impõem esse tipo de restrição.

CAPÍTULO IV

DESCOBRINDO OS “QUATRO CANTOS” DA CIDADE

Neste capítulo, apresentamos o que poderíamos chamar de resultados da pesquisa, considerando que, como ponto de partida, realizamos uma revisão bibliográfica, procurando na literatura os elementos necessários para formar uma base de conhecimentos acerca das relações entre o espaço, a sociedade, o lazer e a dinâmica do *cheio/vazio*; em seguida, buscamos conhecer documentos específicos da administração pública, a fim de verificar a posição do poder público frente às questões que afetam o espaço urbano e a sociedade, bem como o tratamento dispensado a esta problemática, mais especificamente no caso dos *espaços vazios* e dos *espaços de lazer*.

Foi necessário ainda detalhar as técnicas utilizadas e as categorias de análise (capítulo III), para que pudéssemos então iniciar o trabalho de campo, tendo como objetivo enxergar o que acontece nos bairros da cidade, quando as pessoas se apropriam dos *espaços vazios* e dos *espaços de lazer*, sempre nos orientando pelos estudos anteriormente realizados.

1. Os bairros, sua(s) história(s), seus contrastes e suas imagens

Resgatando a proposta original do estudo de visualizar os contrastes do ambiente urbano, faz-se necessário contar um pouco da(s) história(s) de cada local pesquisado. Assim, vamos desenhando os ambientes e, acreditamos, os contrastes vão se tornando mais claros.

As imagens não são utilizadas para cumprir uma função meramente ilustrativa, e sim para trazer ao leitor uma outra perspectiva e, em alguns casos, uma outra memória das pessoas e do lugar em questão. Acreditamos que a fotografia é capaz de fornecer elementos distintos de percepção do espaço, ainda que relacionados ao texto.

Para identificar esses contrastes, optamos por fazer uma leitura do tecido urbano a partir das indicações de José Guilherme Cantor Magnani (1996), que nos oferece categorias, baseadas nas várias formas de apropriação do espaço, para visualizar a cidade e seus contrastes.

Na medida em que vamos descrevendo os bairros observados, tentamos incorporar essa leitura, baseada nas categorias *pedaço*, *mancha*, *pórtico*, *trajeto* e *circuito*. A idéia aqui é não permanecer no texto essencialmente descritivo, mas avançar na identificação das formas de apropriação dos *espaços vazios* e dos *espaços de lazer* por parte das pessoas, em particular nas variadas manifestações físico-esportivos.

1.1 Vila Industrial: de um bairro de convivência a um bairro de acesso e de passagem

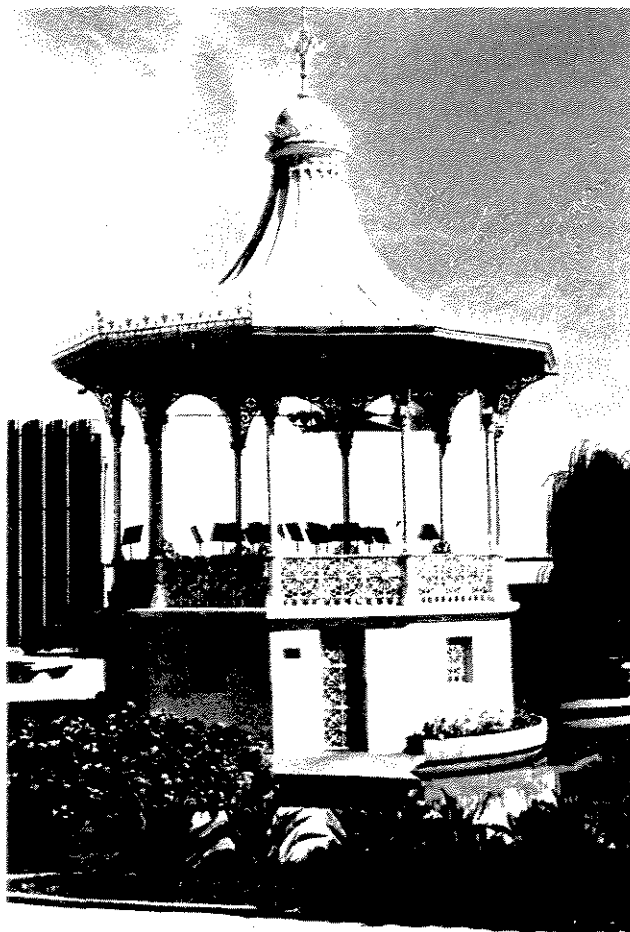
A história da Vila Industrial¹ pode ser ilustrada com as manchetes dos jornais que vêm retratando o cotidiano do bairro nos últimos anos. Muitas modificações ocorreram no cenário da Vila Industrial, de um passado em que se misturavam boemia, carnaval, botequins e até ameaças de bombardeios e de um tempo em que a Vila era uma grande comunidade e dizia-se: -“Aqui o anonimato é quase impossível”, a um presente de contrastes urbanos em que “construções de edifícios com linhas pós-modernas dominam o cenário do bairro, criando uma ‘rivalidade’ com a antiga Igreja São José”. Porém, a “Vila Industrial teima em reviver o passado”, um “Livro reúne ‘causos’ e lendas da Vila Industrial”, o “Condepacc² tomba duas vilas operárias”, uma “Construtora quer restaurar vila histórica”, mas no decorrer de uma ano a “Construtora desiste de restaurar vila histórica” e o bairro começa a viver, talvez, “os últimos dias de um doce passado”. Mas se a “Vila Industrial ganha novas referências” e um novo cenário é desenhado, como essas modificações no espaço urbano interferem na vida dos moradores? O que muda na relação dos atores sociais com o cenário especificamente com relação ao lazer?

Os jornais de Campinas têm se revelado uma fonte de informações bastante rica no que diz respeito à história da cidade e de alguns de seus bairros. Pela crônica de Benedito Barbosa Pupo, intitulada “A geografia do meu bairro”, podemos construir uma imagem da Vila Industrial do início do século. Nesse relato, percebemos que os marcos e os limites da Vila Industrial

¹ Primeiro bairro operário de Campinas, mais ligado à ferrovia do que à atividade industrial em si mesma.

² Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico de Campinas

eram definidos pelo tipo de atividade desenvolvida em cada lugar: a porteira da Capivara onde “só passava um veículo de cada vez” era a ligação da Vila Industrial com o centro, e nesse local foi construído posteriormente o Viaduto Miguel Vicente Cury; os curtumes Cantúcio e Firmino Costa, cujos prédios ainda existem, apesar de muito depredados e o Curtume Campineiro, que já não existe mais, formavam uma espécie de conjunto com o Matadouro e o Hospital de Morféticos e Variolosos, indicando que a cidade acabava ali; a rua Salles de Oliveira, por onde circulava o bonde puxado a burros, continua sendo uma das principais vias do bairro.



*Coreto da Praça Correia de Lemos: nos idos dos anos 70...*³

³ Coreto da Praça Correia de Lemos, [1976 1978], Arquivos Especiais do CMU.

Por outro lado, algumas mudanças na paisagem da Vila e de seu entorno praticamente não alteraram o tipo de atividade que ocorria e que ocorre no lugar. É o caso do Jardim Correia de Lemos, atual Praça do Teatro Castro Mendes, o cemitério do Fundão, hoje Cemitério da Saudade (não é mais considerado como parte da Vila Industrial) e o pátio da estrada de ferro.



A Praça assume novos contornos nos anos 90 e continua sendo uma referência do bairro...

Observando a Vila Industrial nos dias de hoje, percebemos que o bairro vizinho ao centro de Campinas é atravessado por várias vias de intensa circulação de veículos, o que dá à região características de um local de passagem. Há inclusive um túnel rodoviário, o único de Campinas, que é uma das ligações da Vila com o centro da cidade e que já foi palco de atividades de lazer promovidas pela Prefeitura, numa estranha tentativa de fazer com que os

moradores se apropriassem de uma obra que gerou polêmica e até rejeição quando da sua construção.

Em meio à intensa agitação que toma conta do bairro, observamos a existência de “becos” (como são chamados pelos próprios moradores), como a Vila Manoel Dias e a Vila Manoel Freire, que a manchete de jornal citada no primeiro parágrafo deste item chamou de “vilas operárias”. De fato, essas duas vilas foram construídas no início do século, para servir de residência aos funcionários da ferrovia, a antiga Companhia Mogiana, e conservam características próprias, diferentes das outras áreas urbanizadas: são travessas com casas pequenas e antigas, janelas e portas que permanecem abertas durante o dia, vielas estreitas que dificultam a circulação de carros.

Como anunciamos também no parágrafo introdutório, a Vila Manoel Dias e a Vila Manoel Freire já foram assunto para muita discussão: primeiro pelo processo de tombamento, depois pela tentativa frustrada de restauração, numa suposta parceria entre a iniciativa privada e o poder público municipal. Pelo projeto de restauração, a Vila Manoel Freire receberia o tratamento necessário à restauração dos imóveis, recuperando a arquitetura e o estilo originais e teria suas casas transformadas em restaurantes de comida italiana e portuguesa, livrarias, galerias de arte, antiquários e até uma oficina-escola de artesanato. Seria transformada assim em centro cultural, em área de lazer. A Vila Manoel Dias, por sua vez, não chegou a receber uma atenção tão especial como a Manoel Freire; apesar de as duas terem sido tombadas efetivamente, os planos para a Manoel Dias ficariam para mais tarde.

O fato é que a parceria e o projeto de restauração não deram certo: a construtora desistiu de participar do projeto por não ter conseguido vender os pontos comerciais antes de iniciar as obras (segundo reportagem do Jornal Correio Popular), os proprietários das casas ainda não chegaram a um acordo

com relação ao valor de venda dos imóveis e a Prefeitura da cidade alega que não tem condições de bancar a restauração.

A despeito da preocupação do poder público com a Vila Industrial como área de preservação pelo seu valor histórico, verificada no Plano Diretor de Campinas (vide capítulo II), não houve nenhum resultado nesse sentido. Os projetos de restauração estão, atualmente, paralisados e as duas vilas sofrem os rápidos efeitos da depredação e da própria ação do tempo. No caso da Vila Manoel Freire, a situação se agravou obrigando os moradores a deixarem suas casas. Atualmente, o “beco” encontra-se fechado e o mato vai rapidamente tomando conta do espaço.



Vila Manoel Freire: desvalorização e abandono do patrimônio público...

Paralelamente, a vida continua para os moradores da Vila Manoel Dias, porém com algumas diferenças, talvez decorrentes da transformação da Vila

Industrial como um todo em um bairro de passagem, com avenidas largas e tráfego intenso de veículos e pessoas.

Observamos a Vila Manoel Dias e tentamos verificar como se configura esse espaço incrustados na Vila Industrial e quais elementos, característicos de um estilo de vida onde a convivência, a vizinhança e até a bisbilhotice eram marcas registradas, ainda resistem às transformações do ambiente urbano.



*Vila Manoel Dias nos anos 70: a convivência é estilo de vida...*⁴

Essa resistência está presente no comportamento de alguns moradores que se entregam aos bate-papos e jogos de cartas nos degraus de suas portas, na liberdade das crianças que brincam e circulam à vontade em frente às casas, na troca de uma xícara de açúcar aqui, outra ali. Por outro lado, esses mesmos atores sociais, que mantêm esse estilo de vida, alegam que isso só é possível

⁴ Vila Manoel Dias, 1976, Arquivos Especiais do CMU.

no “beco” ou na travessa. Frequentemente apresentam queixas em relação à violência urbana no bairro, declarando o medo de sair e circular à vontade pelas ruas e praças da Vila Industrial e deixando claro que ainda consideram o “beco” como uma área diferenciada, menos exposta à falta de segurança.



Fim dos anos 90: casa e rua, limites fluidos na Manoel Dias...

A preocupação dos moradores da Travessa Manoel Dias com a violência urbana revela-se também no lazer das crianças. Nos dias de semana e nos fins de semana, observamos uma grande concentração de crianças, meninos e meninas, que brincam em frente às suas casas na Travessa. Verificamos também que os pais relutam em permitir que seus filhos frequentem as praças do bairro “por causa da violência”.

Porém, no espaço da travessa parece que aquela preocupação diminuiu ou deixa de existir, ainda que a Manoel Dias não esteja isolada das avenidas e ruas de intensa circulação e tampouco seja um espaço fechado. Percebe-se

inclusive que a travessa é também um local de passagem para pedestres, já que possui saída para três ruas diferentes.



O “beco” também se revela como pórtico: um “outro caminho”...

Na travessa Manoel Dias, apesar de as casas serem muito pequenas e o espaço da travessa também ser exíguo, as pessoas ainda permanecem a maior parte do tempo de lazer em casa ou em frente às casas ou na rua adjacente. Os jovens e adolescentes que moram na Travessa e no seu entorno organizam jogos de futebol na rua 24 de maio (adjacente) nos fins de semana, quando o tráfego de automóveis diminui. Esses mesmos grupos de atores sociais reconhecem a rua como um dos seus pontos de encontro. Podemos encontrá-los nos degraus em frente às suas casas, jogando cartas ou conversando ou mesmo em pequenos grupos nas esquinas.

Nesse momento podemos começar a perceber os contornos de um *pedaço* na região, como detalharemos a seguir. Como revelou um jovem

morador “*Aqui nesse quadrado a gente mesmo toma conta, todo mundo se conhece ...*”, fornecendo uma pista da possível rede de relações que se estabelece no lugar.



A rua transforma-se numa espécie de quintal...⁵

A partir da observação de espaços como os “becos”, verificamos que na Vila Industrial existem vários *pedaços* e, a Vila Manoel Dias, junto com as ruas que a circundam, pode ser considerada um deles. Porém, encontramos referências ou indícios de que em algum momento no passado, o bairro como um todo tinha características de um *pedaço*. Atualmente o que verificamos é que os códigos de relação entre as pessoas e vizinhanças e a maneira como aproveitam e usam o espaço do “beco” é bastante particular. Aqui, o *pedaço* assume um desenho de contornos bastante nítidos.

⁵ Crianças brincando na rua 24 de Maio, 1995, Arquivos Especiais do CMU.

Apesar disso, é no mínimo curioso observar que, dentro de um mesmo *pedaço*, no caso a Vila Manoel Dias e seu entorno, há um “código de tolerância” entre esses diversos grupos etários e seus hábitos contraditórios.



Rua 24 de Maio: persistências onde o “vazio circunstancial” assume importância...

Numa tarde de sábado, observamos que, ao mesmo tempo em que um grupo de senhoras idosas se reunia no “beco”, a cerca de vinte metros dali, um grupo de jovens do mesmo *pedaço* encontrava-se na esquina, fumando um “baseado” (cigarro de maconha). E, a uns dez metros da esquina, um grupo de crianças, também do pedaço, jogava futebol.

É curioso porque, no discurso das pessoas está presente a não aceitação, por exemplo, da maconha ou do “baseado”, mas nas relações entre elas, há uma espécie de tolerância, até com relação ao uso do (mesmo) espaço. Talvez essa tolerância esteja ligada ao fato de que os moradores têm consciência, como já apontamos, de que o “beco” e seu entorno não são “ilhas” de sossego.

Ainda com relação à Vila Manoel Dias, observamos uma possível superposição de categorias, já que para os pedestres, como dissemos, ela é usada como local de passagem e, portanto, poderia se caracterizar como um *pórtico*. Essas pessoas, para quem o “beco” é um *pórtico*, são certamente, provenientes de um outro *pedaço*.

Uma outra forma de perceber o envolvimento entre as pessoas em função do espaço é observando as praças da Vila. É interessante notar que não há bosques ou parques no bairro; há apenas pequenas praças que, atualmente, estão bastante mal cuidadas e os equipamentos⁶ como quadras e *play-grounds*, destruídos ou semi-destruídos. Os equipamentos públicos mereceriam uma recuperação urgente, já que são tão poucos e figuram (como já vimos no capítulo II) como um elemento fundamental no Plano Diretor de Campinas, que freqüentemente se refere à “distribuição espacial equilibrada” e à “apropriação justa” da infra-estrutura desses equipamentos, “relativos à Cultura, Educação, Esportes, Lazer, Promoção Social, Saúde e Segurança Pública” (Artigo 71, Capítulo V, Título IV). Ou seja, a recuperação e a preservação são medidas previstas pela legislação.

Pudemos contabilizar nove praças na Vila Industrial, algumas delas muito pequenas, parecendo apenas restos de espaços gramados em meio às ruas, como por exemplo uma pracinha triangular entre as ruas Adão Hoffmann e Francisco A. Pupo. Nesse pequeno espaço há movimento nos dias de semana à tarde, quando crianças e adolescentes se concentram para jogar futebol e empinar pipas. É interessante observar que esse é um público essencialmente masculino, porém variado em termos de faixa etária.

⁶ Adotamos a classificação para equipamentos de lazer proposta por Marcellino, 1996, que os identifica em duas “categorias”, a saber: os “equipamentos específicos”, que foram construídos para atender especificamente ao lazer e os “não-específicos”, que não foram construídos especificamente para esta função, mas que podem cumpri-la eventualmente, como é o caso da escola, da casa (lar) e da rua.

Existem outras pequenas praças como a Praça do Viajante, no alto da Avenida Abelardo P. Amaral, e a Praça João Milani, na Avenida Salles de Oliveira, que parecem não atrair as pessoas enquanto equipamentos de lazer. A primeira é uma praça redonda, que cumpre a função de uma rotatória, pois o fluxo de veículos ao seu redor é intenso, dificultando inclusive o acesso de pedestres. Conta apenas com bancos de concreto e os jardins estão bastante mal cuidados, o mato está tomando conta da praça. A segunda é uma praça triangular, onde existe um ponto de taxi, um telefone público e uma banca de jornais. A praça é quase toda de concreto, quase não há áreas verdes. Pode-se dizer que esses dois espaços não são convidativos às pessoas, não se caracterizando como espaços de encontro.

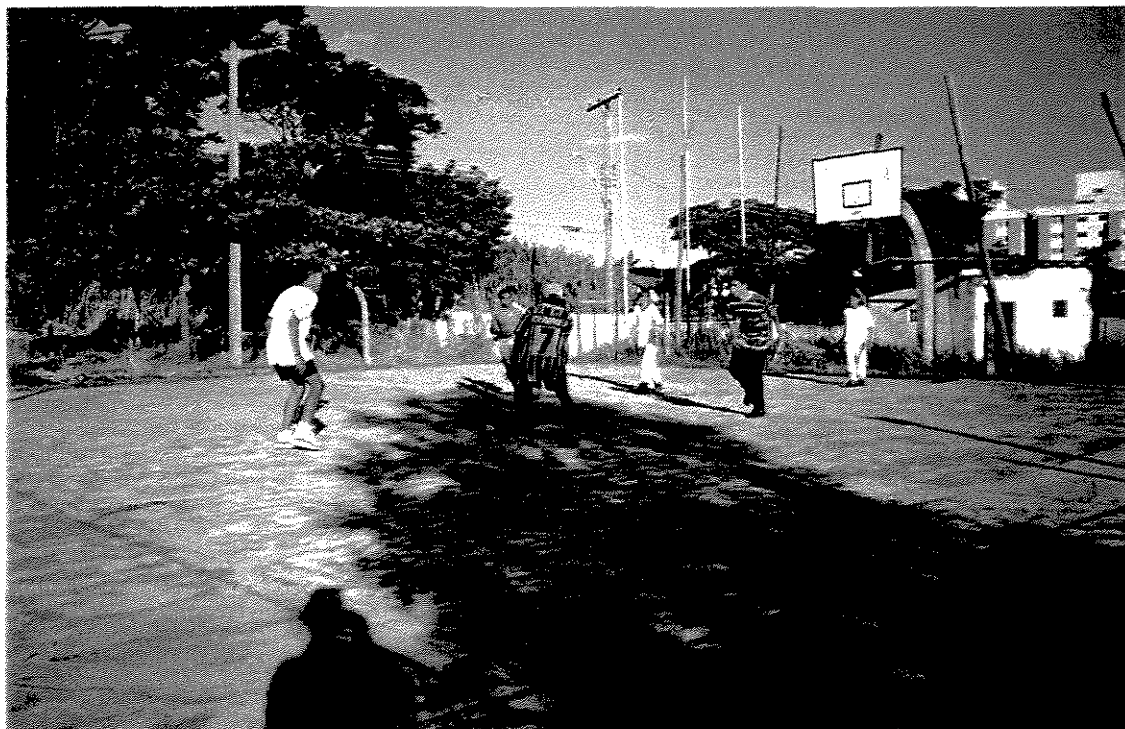
Há também uma pequena praça, a Praça da Bíblia, em frente ao Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), que conta apenas com um jardim e um banco de concreto, onde raramente se observa a presença de pessoas.

As duas praças maiores da Vila situam-se nas duas extremidades da Avenida Pascoal Celestino Soares. A primeira delas é a Praça Guido Segálio, em frente à escola pública que leva esse mesmo nome. Conta com espaços verdes livres e alguns bancos de concreto. Forma um pequeno complexo verde com uma outra praça menor, a Carlos Stevenson, sendo que entre as duas passa a Avenida Abelardo P. Amaral. O movimento nesse equipamento é pouco ou nenhum em dias de semana, tanto no período da manhã quanto à tarde. Nos fins de semana à tarde, há presença de algumas crianças empinando pipas.

A segunda praça à qual nos referimos no início do parágrafo anterior é a única da Vila que contava com uma quadra poliesportiva, tendo sido alvo de intensa depredação. Essa praça é atravessada pela Avenida Salles de Oliveira

e, atualmente, passa por uma reforma, em que o que restou da quadra foi inteiramente destruído. Não é possível saber ainda o que será construído lá. Nas duas maiores praças do bairro é possível observar que as áreas verdes estão em estado de abandono e há muito lixo espalhado.

A única quadra “pública” do bairro é um equipamento que já pertenceu a um clube privado: o clube foi destruído e a quadra foi a única coisa que sobrou. Mesmo sendo um espaço abandonado e depredado, nos fins de semana, sábados e domingos, há concentração de adolescentes que jogam futebol no final da tarde. Também nesse caso, trata-se de um público essencialmente masculino.



Espaço privado e público se confundem: sinais da apropriação espontânea...

A princípio, não há qualquer pista de que as praças e equipamentos de lazer do bairro funcionem como uma rede. A ocupação desses espaços parece se dar de maneira mais isolada e espontânea, isto é, por grupos distintos, em

função da proximidade de suas casas. Nem todas as praças assumem as características de um local de encontro: como descrevemos, existem muitas delas que simplesmente não se apresentam como locais convidativos, ou porque o acesso é difícil, ou pelo estado de má conservação e até de abandono. Apesar disso, verificamos que mesmo em espaços pequenos e sem muitos atrativos, fora o fato de serem espaços livres - *vazios abandonados* – há concentração de grupos de crianças e adolescentes que vivem ao seu redor. Aqui não poderíamos dizer que cada um desses espaços “atende” a um *pedaço* diferente, pois, apesar de o bairro apresentar uma configuração formada por vários *pedaços*, esses contornos não são nítidos em toda a região. O que ocorre é que o equipamento, no caso a praça ou o espaço livre, se torna uma referência de encontro para um grupo específico que vive no entorno.

A ocupação das praças ou das pequenas áreas verdes parece variar também de acordo com a conservação de cada espaço. Se o mato toma conta de uma área e o serviço de manutenção demora a ser feito, os grupos tendem a se apropriar de outro lugar. No momento em que aquela área volta a ser atrativa, há um retorno das pessoas para aquele espaço.

Desperta atenção um fato observado na rua Januário Magna, em frente a uma igreja evangélica, ponto em que a rua não tem saída. Um grupo de crianças e jovens moradores das ruas adjacentes encontra-se para jogar *streetball* (o basquete de rua), nos dias de semana à tarde até o início da noite. A concentração é maior ainda nos sábados e domingos, quando alguns jovens jogam também futebol, nessa mesma rua. É interessante verificar que o aro de basquete foi comprado por um dos jovens moradores e a tabela foi construída por ele e colocada num tronco de árvore. O grupo muda esse equipamento de lugar (na mesma rua), conforme o número de pessoas que estão jogando. Também aqui se observa que o grupo de crianças e adolescentes é masculino.

Aqui, vemos uma outra forma de apropriação: o *espaço vazio* que atraiu as pessoas é uma rua sem saída - vazio circunstancial - que permite a convivência de grupos diferentes em termos de interesse esportivo (basquete e futebol). Com a diferença de que aqui, há uma intervenção maior no espaço propriamente dito, na medida em que o equipamento de *streetball* foi construído pelo grupo de moradores/freqüentadores.

Com relação à presença/ausência de mulheres nas praças e nas ruas, observamos que nos dias de semana, nos períodos da manhã e da tarde, as meninas, crianças e adolescentes, encontram-se em pequenos grupos em frente às suas próprias casas. Mesmo assim, são poucos os grupos. Nos sábados à tarde há uma circulação intensa de mulheres de todas as idades pelas ruas, a pé ou de bicicleta, e pelo comércio. Por outro lado, há uma concentração de jovens e adultos homens nos bares e botequins, também nos sábados à tarde. Essa separação entre homens e mulheres na convivência chama a atenção se comparada aos outros bairros estudados.

Próxima à Travessa Manoel Dias, na Avenida Salles de Oliveira, há uma outra praça, a única com *play-ground*, que é freqüentado por crianças nos fins de semana no período da tarde. Observa-se também o movimento de crianças andando de bicicleta e de pais passeando com bebês. Nos dias de semana, a praça é basicamente um local de passagem. Talvez, pelo fato de se localizar numa das grandes avenidas de intensa circulação do bairro, a característica de *pórtico* se sobressaia bem mais nessa praça. Ela não parece fazer parte de nenhum *pedaço*. O encontro entre as pessoas que a freqüentam é mais accidental, pois são pequenos grupos e/ou famílias que vão até lá separadamente, permanecem durante algum tempo e então retornam para suas casas.

Na Vila Industrial existe também um outro equipamento de lazer, o Teatro Municipal Castro Mendes. Grande parte dos moradores da Vila revelam que quase não freqüentam o teatro, a não ser as crianças e adolescentes, quando as escolas onde estudam estabelecem alguma parceria com o teatro e o programa passa então a fazer parte de uma atividade escolar extra-classe.

A história do Teatro Castro Mendes nos permitiu verificar que, durante as décadas de 40, 50 e 60, a existência de cinemas nos bairros da cidade era bastante comum. Na Vila Industrial, havia o Cine Rex e o próprio “Castro Mendes” que, originalmente, era uma sala de cinema, conhecida como Cine Casablanca. Os cinemas dos bairros foram deixando de existir, assim como, num passado mais próximo, as salas de exibição localizadas no centro da cidade. Uma ou duas ainda existem e funcionam, porém o que se observa atualmente em Campinas é a concentração dos cinemas nos *shoppings* da cidade.



Teatro Castro Mendes em 1999: uma referência que precisa “reconciliar-se” com o bairro...

Em frente ao Teatro Municipal “Castro Mendes” encontra-se a Praça Correia de Lemos, com pequenos jardins, bancos de concreto, um espelho d’água e um estacionamento para carros, quase sempre lotado em dias de semana. Nos fins de semana, observa-se a presença de pessoas na praça, algumas crianças jogando futebol no espaço livre do estacionamento – *vazio circunstancial* - e algumas outras crianças e adolescentes jogando hóquei sobre patins. Observa-se que nesse espaço as pessoas também não aparecem em grupos grandes, mas a praça não apresenta características de *pórtico*.

Um outro fato chama a atenção quando se observa o cotidiano do bairro: existe um grupo de atores sociais na Vila Industrial que se diferencia dos outros pela faixa etária; os idosos ou pessoas da terceira idade. As crianças e adolescentes da Vila sempre fazem referência a esse público, explicando que o bairro é muito antigo e por isso “há muitos velhos na Vila”. Essa referência

é feita inclusive em tom de reclamação, revelando que não há encontro entre essas duas faixas etárias em momentos e equipamentos de lazer.

O ponto de encontro mais importante dos idosos, parece ser o Grêmio Recreativo Campinas, um clube privado, onde são realizados bailes e outras atividades físico-esportivas. É muito intenso o movimento no Grêmio, nos fins de semana, no período da tarde e, especificamente, nas quartas-feiras à noite, quando acontece o Baile da Saudade.

Ainda existem alguns bares e botequins, onde o público de mais idade se encontra, mas são poucos se comparados ao tempo em que a Vila era um bairro de convivência. Mas aqueles que ainda existem são claramente referências de ponto de encontro dos idosos. Em número menor e, talvez por isso mesmo, muito conhecidos, existem também os salões de barbearia, que se configuram como outro ponto de encontro importante desse grupo. Aqui, podemos pensar na existência de um *circuito* de idosos, se considerarmos esses locais diferentes e mais específicos que eles costumam freqüentar.

Um outro fato, que também indica um estilo de vida mais baseado na convivência, foi constatado nos fins de semana, no período da tarde, quando há concentração de pessoas, adultos, adolescentes e crianças, de ambos os sexos, em grupos, em frente às suas casas, nos degraus ou com cadeiras na calçada e na rua. Isso se observa mais freqüentemente em ruas onde predominam as casas térreas, ao contrário daquelas ruas onde há mais prédios de apartamentos e também no “beco” Manoel Dias. Talvez esse hábito de colocar as cadeiras na calçada também seja uma espécie de herança do estilo de vida original do bairro, que ainda resiste em alguns *pedaços* da Vila.



Encontro e convivência fazem “ponte” entre casa e rua...⁷

O hábito de concentrar-se em frente às casas e colocar as cadeiras nas calçadas pode estar relacionado com o carnaval da Vila Industrial. Tradicionalmente, nos anos de 1945 até 1965, a Vila tinha um dos carnavais de rua mais famosos de Campinas, animado por cordões e blocos. Entre os mais famosos, destaca-se o bloco “Nem sangue, nem areia”, que tinha a figura do boi como um dos elementos principais. O desfile dos blocos e cordões

⁷ Casas na Vila Industrial, 1990, Arquivos Especiais do CMU.

acontecía na Rua Salles de Oliveira, que era fechada para o carnaval, permitindo que as pessoas saíssem de casa com suas cadeiras para assistir ao espetáculo.



O costume se mantém: uma forma de resistência...

Não foi possível observar *manchas* de lazer na Vila; os poucos equipamentos que existem estão bastante espalhados, não se configurando como tal. Com relação aos *trajetos*, permanece uma dúvida: a ligação entre um *pedaço* e outro não aparenta ser muito definida, até porque os próprios contornos do *pedaço* não se apresentam assim. Por um lado, isso poderia indicar a ausência de *trajetos*, mas talvez fosse mais correto imaginarmos a existência de vários *trajetos* possíveis, que liguem os *pedaços* uns aos outros.

Percebe-se nitidamente que na Vila, a rua tem um papel importante como equipamento não específico de lazer, tanto para os jogos de basquete e futebol, quanto para o encontro ou reunião de pessoas ou para atividades como

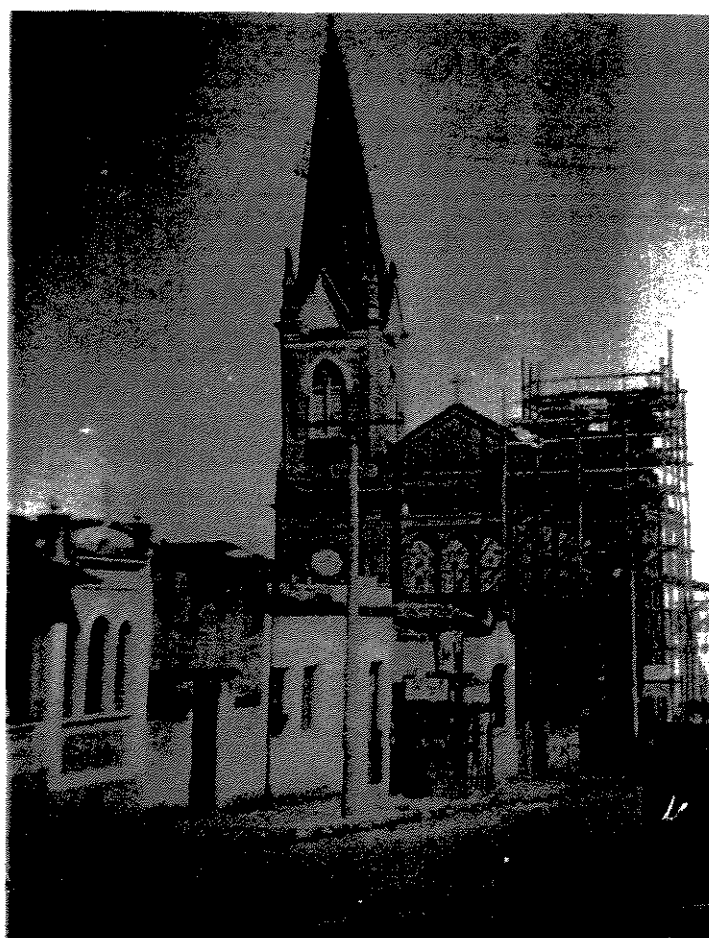
andar de bicicleta e empinar pipa. É como se o lazer ocupasse mesmo as brechas deixadas pelo trânsito e pela intensa circulação de pessoas e veículos e deixasse à mostra um movimento das pessoas para conservar o espaço público como espaço de encontro.

Essas brechas de que falamos são uma imagem particular da Vila Industrial, considerando que aqui a paisagem é mais dominada pelo *espaço cheio*, restando apenas alguns pequenos *vazios*. O *espaço cheio* da Vila é uma mistura de épocas diferentes, revelando hábitos e estilos de vida e, mesmo com a presença dos “edifícios com linhas pós-modernas”, como indicava a manchete de jornal, a comunidade valoriza os poucos e pequenos *vazios*, em especial, as ruas.



O espaço revela diferentes momentos do tempo: igreja São José, casas térreas, edifícios, restos de área verde...

Numa matéria sobre a verticalização da cidade de Campinas, encontramos a seguinte manchete: “Adeus aos quintais; olá às áreas de lazer”, chamando a atenção para os prédios e condomínios que possuem áreas de lazer próprias e fechadas para os moradores. Os moradores da Vila não parecem ter dado adeus aos seus quintais, mesmo quando não os têm; pelo contrário, apropriam-se dos *vazios* quando possível como a própria extensão de suas casas.



*Igreja São José nos anos 40: construção de uma das referências do bairro...*⁸

⁸ Construção da segunda torre da Igreja São José, 1948, Arquivos Especiais do CMU.

A Vila Industrial, de fato, transformou-se, mas deixa as marcas de um passado de convivência e das próprias transformações ocorridas, que deram ao bairro a característica de bairro de e passagem e aos moradores um estilo de vida diferente, que mantém alguns hábitos do passado, mas incorpora novos costumes e cria, no seu cotidiano, novas formas de se apropriar do espaço.



Contrastes de um mesmo ângulo: a nova trama das linhas urbanas...

1.2. Barão Geraldo: a terra do boi falador em plena expansão urbana

A história de Barão Geraldo⁹ também poderia ser ilustrada com as manchetes dos jornais que têm noticiado os acontecimentos e transformações na região: **“Antes da luz, o Barão Geraldo”**, uma referência ao Clube Atlético Barão Geraldo, que disputava campeonatos de futebol antes mesmo da luz elétrica chegar ao Distrito, em 1935. A idéia de expansão urbana fica bastante explícita quando um jornal de Campinas anuncia: **“Barão Geraldo: do velho distrito rural ao maior pólo de alta tecnologia da região”**. Por outro lado, percebemos que nessa região convivem **“Modernidade e tradicionalismo”**, assim como **“Pioneiros e intelectuais são bons vizinhos”**. Com a presença das inovações tecnológicas e das heranças de um passado tipicamente rural do ciclo do café, **“Barão Geraldo vive explosão de consumo”** e paralelamente o **“Distrito rejeita prédios altos”**. **“Barão Geraldo ganha parque ecológico”** e pouco mais de um ano depois, **“Água contaminada mata aves e peixes em parque ecológico”**: o Distrito começa a conhecer problemas típicos de centros urbanos e parece haver uma aceleração da expansão urbana que faz com que o diálogo entre cidadãos e espaço urbano seja tenso e, às vezes, atropelado.

No caso de Barão Geraldo, além dos artigos publicados em jornais, as entrevistas com moradores mais antigos também têm se revelado uma fonte importante de informações acerca das transformações ocorridas na região. Em entrevista ao Jornal Diário do Povo, um antigo morador revela que Barão Geraldo começou a crescer por volta de 1950, quando as indústrias foram se instalando na região. Antes disso, as famílias que viviam em Barão Geraldo

⁹ Barão Geraldo é um dos distritos de Campinas e tem no próprio nome uma referência ao Barão Geraldo de Rezende, do ciclo do café.

possuíam chácaras e permaneciam quase que isoladas da cidade. Em 1966 foi lançada a pedra fundamental para a construção da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, que viria a ser implantada em 1969. Os bairros Cidade Universitária I e II começaram com as casas dos primeiros professores que se instalaram no Distrito. A partir de então, as transformações passaram a ocorrer com maior velocidade, o que talvez seja algo que percebemos até hoje: a vida em Barão Geraldo gira bastante em torno da Unicamp. A presença da Universidade foi, de fato, responsável por várias mudanças na paisagem do Distrito.



*Avenida Santa Izabel nos anos 60: domínio do
“vazio” ...¹⁰*

¹⁰ Avenida Santa Izabel, [196-], Arquivos Especiais do CMU.

Pode-se dizer que Barão Geraldo é independente do município em relação à prestação de serviços (bancos, hospitais, escolas, cartório, comércio de alimentos, academias, restaurantes, etc). Com relação aos espaços e equipamentos de lazer, podemos verificar também a importância do complexo universitário como um conjunto de equipamentos públicos, assim como a proliferação de outros tipos de equipamentos, do setor privado, com a “explosão de consumo” à qual a manchete de jornal se referia no parágrafo introdutório deste item.



Avenida Santa Izabel nos anos 90: explosão do setor de serviços, domínio do “cheio” na paisagem...

A Unicamp possui no seu complexo vários equipamentos físico-esportivos, tais como piscina, quadras, pista de atletismo, campo de futebol, ginásios, muro de escalada, localizados na Faculdade de Educação Física, e também bosques e praças espalhados por todo o *campus*. O Ginásio

Multidisciplinar (não é o mesmo equipamento da Faculdade de Educação Física), além de ser um equipamento físico-esportivo, conta com um centro de convenções.

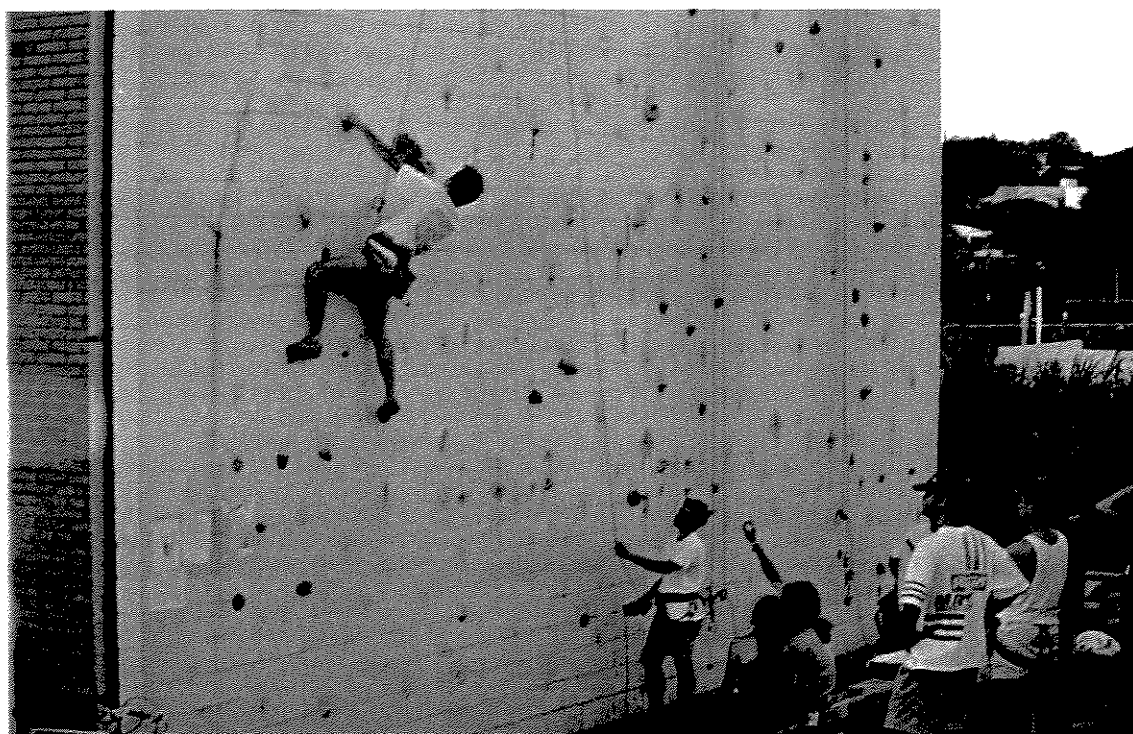
Existem alguns equipamentos como o ginásio e a piscina da Faculdade de Educação Física, por exemplo, que não se encontram à disposição da comunidade, caracterizando-se mais como “salas de aula”, durante a semana e permanecendo fechados nos fins de semana. Da mesma forma, o Ginásio Multidisciplinar e seu centro de convenções têm sido mais utilizados para eventos especiais, tais como congressos, *shows*, encontros e festivais.

Os equipamentos físico-esportivos que permanecem abertos à comunidade durante todo o dia são as quadras externas (fora do ginásio), o campo de futebol, a pista de atletismo, os bosques e as praças.

Um outro equipamento que permaneceu durante muito tempo aberto à comunidade é o Observatório a Olho Nu Aldebaran, que, atualmente, se encontra fechado, cercado e com a entrada proibida. As controvérsias acerca da abertura/fechamento do equipamento parecem estar relacionadas com o uso de drogas por grupos de jovens e adolescentes no local. Em outros tempos, quando ainda era um espaço aberto, o Observatório Aldebaran foi palco para a realização de um evento direcionado para jovens, o “Juntatribo”, que tinha por objetivo justamente promover um encontro entre as diversas “tribos urbanas” e sua manifestações culturais.

O muro de escalada, localizado na Faculdade de Educação Física é utilizado por grupos de interesse específicos, no caso grupos de escalada, como por exemplo o GEEU – Grupo de Escalada Esportiva da Unicamp, em horários variados, nos períodos da manhã, tarde e noite, tanto nos dias de semana como em finais de semana. É interessante observar que a construção desse equipamento foi uma iniciativa de alunos da Unicamp, mas sua

utilização não se restringe aos alunos, atendendo ao público praticante de alpinismo da própria cidade de Campinas como um todo. Esse é um exemplo, talvez raro, de aproveitamento e modificação do *espaço cheio*, no caso a parede de um prédio, que, para esse grupo específico (alpinistas) oferece uma possibilidade de apropriação.



Muro de escalada: o vertical e o cheio descobertos e transformados...

A frequência do público aos equipamentos físico-esportivos da Unicamp, que permanecem abertos à comunidade, ocorre com mais intensidade nos dias de semana, no final da tarde e começo da noite, e nos fins de semana, durante todo o dia. Nos dias de semana, o público que frequenta esses equipamentos é formado, na sua maioria, por pessoas que têm alguma ligação com a universidade (ex-alunos, alunos, professores, funcionários) e/ou que vivem nos arredores da Universidade. A pista de atletismo é utilizada por equipes de treinamento, tanto de alunos da universidade como profissionais.

Além disso, percebemos que nos dias de semana, o público frequentador é formado por adolescentes e adultos, na sua maioria homens. Nos fins de semana, há uma mistura maior de faixas etárias e sexo. Pode-se observar crianças, jovens, adultos, idosos, homens e mulheres, porém sempre há mais homens do que mulheres.

As quadras são os equipamentos mais frequentados nos fins de semana, embora seja possível observar também movimento na pista de atletismo e no campo de futebol. Mas nas quadras, a ocupação é praticamente ininterrupta desde o período da manhã até o final da tarde.

Os *espaços vazios* do *campus* são um caso à parte: o estacionamento do Ginásio Multidisciplinar - *vazio circunstancial* – é uma área ampla e plana muito utilizada, tanto por crianças e adolescentes como por adultos, para andar de bicicleta, patins e *skate*.



O vazio circunstancial atrai: a apropriação modifica o desenho...

O *campus* também possui vários outros estacionamentos menores se comparados ao do Ginásio Multidisciplinar. Nos fins de semana é curioso observar que, em cada um desses *vazios circunstanciais*, instala-se um grupo diferente para jogar taco (bets). E a apropriação é ainda mais interessante quando entrevistamos esses grupos e verificamos que todos eles não vivem em Barão Geraldo, e sim em outras partes da cidade e vêm à Universidade nos fins de semana exatamente em busca dos *espaços vazios* para praticar determinadas atividades.



O brinquedo e o jogo estimulam a busca do espaço vazio...

Muitos desses grupos vêm de carro e transportam as bicicletas, patinetes, triciclos e outros equipamentos. Outros vêm de ônibus, carregando seus patins e/ou *skates* e alegam sofrer repressão da polícia quando praticam essas atividades nas ruas da cidade, em geral.

Especialmente os grupos dos *skatistas* e dos *rollers* (pessoas que andam de patins) sentem-se atraídos pelos *espaços vazios* do *campus*, em especial pelas ruas, mas sentem falta de equipamentos específicos como rampas (*mini ramp*, *half pipe*, por exemplo) e obstáculos. Algumas dessas rampas e alguns obstáculos são confeccionados pelos próprios praticantes, que demonstram a vontade de poder contar com um espaço amplo para poder instalá-los. Consideram que a Universidade inclusive seria um local privilegiado para a instalação desse tipo de aparato pela qualidade de seus *espaços vazios*.



Experiência radical: o skatista dá um outro desenho às ruas e lombadas...

As ruas do *campus*, que também podem ser consideradas *vazios circunstanciais*, são utilizadas para lazer mais intensamente nos fins de semana, para atividades como caminhada, corrida, ciclismo, *skate* e patins. Porém, essa frequência ainda é baixa se considerarmos a extensão do *campus* e toda a área disponível para essas práticas.

Um outro *espaço vazio* explorado como equipamento de lazer é uma rotatória situada na entrada do *campus*. Nos fins de semana no período da tarde, há concentração de um grupo de jovens que jogam peteca nesse espaço que, originalmente, é uma praça, mas funciona apenas como rotatória e passagem para pedestres e, portanto, consideramos o espaço como um *vazio circunstancial*. O grupo leva o seu próprio material, peteca e rede. Essa forma de apropriação mais espontânea dos *espaços vazios* revelou-se bastante comum no *campus*.



Praça-rotatória: não circulam só os automóveis, mas também as pessoas e seus brinquedos...

Um outro exemplo é um grupo de jovens, que se reúne para jogar beisebol em outro gramado amplo, localizado em frente à rotatória que é utilizada pelos jogadores de peteca. O grupo de peteca é formado por jovens, na sua maioria, do sexo masculino e se encontra nos fins de semana; já o

grupo de beisebol é formado por jovens de ambos os sexos, a maioria alunos da universidade e descendentes de famílias orientais, que têm o hábito de se encontrar nos dias de semana em seu horário de almoço (do meio-dia às duas horas da tarde).

No caso do grupo de beisebol, verificamos que seus encontros estão associados à vida universitária, isto é, ocorrem durante os meses de aula na Universidade, em seus horários de intervalo, ao contrário do grupo de peteca, que se reúne tanto no período de aulas quanto nos meses de férias da Universidade, somente nos fins de semana. O grupo de beisebol também se apropria de um *vazio circunstancial*, pois o amplo gramado onde se concentram é também um local de passagem para pedestres.



O pórtico confunde-se com o vazio circunstancial, redesenhado como espaço de lazer...

Há ainda um terceiro grupo que se apropriou de um outro gramado da Universidade, transformando-o em um pequeno campo de futebol, trazendo

inclusive as traves. Esse grupo, formado por jovens e adolescentes, do sexo masculino, vem (por acaso) da Vila Costa e Silva (outro bairro onde desenvolvemos esta pesquisa) e dos bairros vizinhos a ela. Esses jovens alegam que “perderam”, espaço para os times femininos no campo de futebol da Vila Costa e Silva e, por isso, passaram a usar esse gramado da Universidade, trazendo o material para transformá-lo em campo.



O pórtilco de um pedaço pode ser o espaço de lazer de um outro pedaço...

Os espaços ocupados por esses três grupos caracterizam-se cotidianamente como locais de passagem, ou seja, como *pórticos* e, certamente, pelas características marcantes e diferentes de cada grupo que os frequenta, atende a grupos oriundos de *pedaços* diferenciados.

No bairro Cidade Universitária II, vizinho à Universidade, há um caso semelhante de apropriação de *espaços vazios*. Um grupo de adolescentes e crianças que jogam futebol nos sábados e domingos à tarde concentra-se em

uma das rotatórias do bairro. O encontro desses jovens também acontece em dias de semana no final da tarde, porém em número bastante reduzido se comparado aos fins de semana. Esse público é essencialmente masculino e de classe média, esta última uma característica dos moradores desse bairro.

Nesse caso, o grupo também transformou o gramado em campo, com traves. Da mesma forma, trata-se aqui de um *vazio*, caracterizado como *pórtico*. Esse campo também é utilizado de vez em quando por grupos de trabalhadores das obras de casas em construção no bairro. Esses trabalhadores quase sempre não residem no bairro, vivendo no local da construção apenas durante a realização das obras. Aqui também acreditamos que o equipamento de lazer atende a grupos vindos de *pedaços* diferentes.



Intervenções: a presença humana descobre o vazio...

Com relação à circulação, no caso da Unicamp, o acesso de veículos é bastante controlado, sendo que nos finais de semana e feriados, quando as

atividades normais da Universidade estão muito baixas ou mesmo interrompidas, esse controle aumenta. O controle é basicamente com relação à entrada e saída de veículos particulares, feito por meio de guaritas e cancelas.

Para um determinado público, a Universidade em si pode também ser considerada um local de passagem, pois existe uma comunicação com a Rodovia Dom Pedro, que contorna a cidade de Campinas, que acaba se transformando numa entrada para o próprio Distrito. Assim, a Unicamp também assume características de um imenso *pórtico*.

Em Barão Geraldo, há outros equipamentos específicos de lazer. Um exemplo é o Parque Ecológico, vizinho à Unicamp, com pista para caminhada e corrida, *play-ground*, alguns quiosques com mesas e bancos e também bancos de concreto ao longo de toda a pista. No Parque vivem vários tipos de animais, tais como capivaras, garças, patos, gansos, peixes, pássaros e tartarugas.

É curioso observar que o Parque possui várias entradas ao seu redor, mas apenas uma delas, a principal, funciona. Todos os outros portões estão fechados com cadeados. A frequência ao Parque é muito intensa pela manhã, no período que vai das seis às oito horas e no final da tarde, das cinco às sete horas, em dias de semana. Nos finais de semana a frequência é significativa durante quase todo o dia, intensificando-se no final da tarde.



Parque Ecológico: o equipamento convida ao encontro entre diferentes atores sociais...

Comparando o Parque Ecológico com os espaços de que tratamos até agora (*vazios* adaptados e/ou transformados), observamos que nesse equipamento específico há uma mistura de faixas etárias, tanto do sexo masculino como do feminino. O Parque atrai, muitas vezes, famílias inteiras, não havendo domínio da presença de homens como nos outros espaços.

Há um grupo que frequenta o Parque (o seu entorno, melhor dizendo) de tempos em tempos, especificamente para o treinamento de técnicas verticais (técnicas de subida e descida em cordas para exploração de abismos, vãos e cachoeiras). O treinamento é feito numa das árvores do parque e é ministrado por uma agência de ecoturismo e turismo de aventura.



Outra experiência radical: contato com a natureza em pleno ambiente urbano...

Numa das ruas vizinhas ao Parque Ecológico observamos o fechamento parcial da rua, com concreto e floreiras também de concreto. A iniciativa é dos moradores, que alegam falta de segurança e consideram a restrição de acesso uma necessidade, ainda que seja ilegal. É possível observar esse tipo de fechamento em várias outras ruas de Barão Geraldo, especialmente nos bairros de moradia de classe média, no caso a Cidade Universitária I e II. Em algumas ruas, o fechamento inclui um alerta aos motoristas para a presença de crianças.



Contraste entre o legítimo e o legal: espaço da rua valorizado ou apropriação indevida?...

Podemos considerar que o complexo de equipamentos esportivos da Unicamp, incluindo os gramados dos *espaços vazios*, o estacionamento do Ginásio Multidisciplinar, junto com o Parque Ecológico como uma *mancha* de lazer, pois trata-se de um conjunto de equipamentos, que atraem diversos grupos sociais e a importância maior, isto é, o atrativo mais importante é o próprio equipamento.

Como anunciamos no início deste item, verifica-se em Barão Geraldo uma expansão intensa do comércio e da prestação de serviços, com a abertura e construção de galerias, lojas de conveniência, *fast-food*, restaurantes, bares noturnos, centros culturais. Vários desses pontos chegam a atrair moradores de outras regiões de Campinas como é o caso da “Cooperativa Brasil”, que funciona com centro cultural e como casa noturna. Localiza-se em bairro de classe média baixa e aparece como “*point*” da vida noturna de Barão Geraldo

e de Campinas, pelo sucesso das noites de forró. É bastante freqüentado por estudantes universitários, e também pela população que vive no entorno.

Um outro exemplo é o Mini Shopping “Tilli Center”, onde além das lojas há uma espécie de *boulevard*, circundado por cafés e bares. A freqüência é intensa nos dias de semana no final da tarde e começo da noite e nos finais de semana, especificamente nos sábados, quando as lojas estão abertas, porém as maiores atrações parecem ser os *shows* musicais de estilos variados, as apresentações de dança e de teatro, vídeos e atividades de arte-educação direcionadas para crianças.

Nos folhetos de divulgação do *minishopping*, o espaço é considerado, além de centro de compras, “um espaço de cultura e lazer”. O público que freqüenta o “Tilli Center” é bastante variado em termos de faixa etária e sexo. Há pessoas de todas as idades e é comum a presença de famílias inteiras e grupos de estudantes. Aparentemente, trata-se de um público de classe média e, talvez, média alta.

Pela grande concentração de estudantes que vivem e convivem no Distrito, acreditamos que exista um circuito formado por equipamentos como a “Cooperativa Brasil”, o Tilli Center, o complexo de equipamentos esportivos da Universidade e também poderíamos incluir a Moradia Estudantil da Unicamp, que, além da função de moradia também se caracteriza como espaço de encontro e convívio. No caso da Moradia, não há iniciativa da Universidade para que ela seja de fato um local de convívio, a não ser pela sua própria arquitetura. O que se percebe é que as iniciativas individuais dos estudantes dão ao local essa característica. Esse conjunto seria o que chamaríamos de circuito de estudantes, considerando que é uma rede de equipamentos que faz parte do lazer desse grupo, de forma significativa.

Parece haver em Barão Geraldo uma tendência de aglutinação em torno das áreas de serviços, como lugares de convívio. Ainda na área vizinha ao Tilli Center, encontramos um outro complexo que funciona como ponto de encontro: o que se caracterizaria mais como *mancha* de comércio ou de serviços acaba assumindo *status* de área de encontro, convívio e lazer, inclusive porque o conjunto de estabelecimentos se autodenomina “Centro de Convivência Universitária”. Essa mancha é formada por um posto de gasolina, uma loja de conveniência 24 horas, uma locadora de vídeo e uma loja do “McDonald’s” (que por si só já é um sinal da expansão urbana do Distrito). É claro que nesse espaço, o encontro das pessoas está ligado aos serviços oferecidos, e talvez a ligação com lazer seja indireta. Por isso, talvez pudéssemos considerar que esse complexo, junto com o “Tilli Center” configuram uma *mancha* de consumo.

Ainda na área desse complexo, encontramos um trecho de um parque linear em fase de implantação: o Parque Linear do Ribeirão das Pedras, que não se restringe à região de Barão Geraldo. Aqui, vemos a participação da iniciativa privada, pois essa parte do parque é de responsabilidade do “Centro de Convivência Universitária” e é um dos únicos projetos previstos no Plano de Gestão Urbana que está de fato sendo implementado.

Considerando a existência das duas *manchas* de que falamos anteriormente, uma mais específica de consumo e outra de lazer, descobrimos a existência de um *trajeto*, que estabelece exatamente essa ligação de uma à outra, nesse caso representado pela Avenida 2, da Cidade Universitária.

Numa área próxima ao centro de Barão Geraldo, há um campo de futebol de várzea, onde o movimento é intenso também nos fins de semana à tarde. Esse público é também essencialmente masculino, mas de classe média baixa. Podemos perceber que há uma espécie de barreira intra-classe social

quanto à participação das mulheres na prática dos esportes e, nesse caso, do futebol, já que os dois grupos, de classes sociais diferentes, são formados exclusivamente por homens.

Constatamos a existência de campos particulares de futebol e de beisebol, que são alugados para os praticantes e também de quadras pertencentes a escolas públicas e particulares, que permanecem fechados e ociosos durante os fins de semana.

Voltando à questão da circulação, o tráfego de automóveis é intenso durante todo o dia no centro de Barão Geraldo. O distrito fica a cerca de doze quilômetros do centro de Campinas. Os ônibus que partem do terminal central chegam ao terminal de Barão Geraldo, de onde partem outros ônibus para os bairros e para a Universidade. Lembramos que os pedestres e ciclistas figuram no Plano de Gestão Urbana de Barão Geraldo como elementos aos quais se daria prioridade na organização da circulação. Isso ainda não pode ser verificado na prática.

Mas apesar de possuir características típicas de centros urbanos, como o trânsito e a expansão do comércio e dos serviços, são raros os prédios altos em Barão Geraldo; é uma área muito mais horizontal do que vertical, do ponto de vista do espaço construído. Como a própria manchete de jornal indicou e notícias publicadas a esse respeito, os próprios moradores de Barão Geraldo lutaram contra a permissão de construção de prédios de mais de quatro andares no Distrito. Isso indica que os moradores, ou pelo menos uma parte deles, ainda atua no sentido de preservar certas características na paisagem urbana, que não dêem a Barão Geraldo uma aparência de cidade grande.



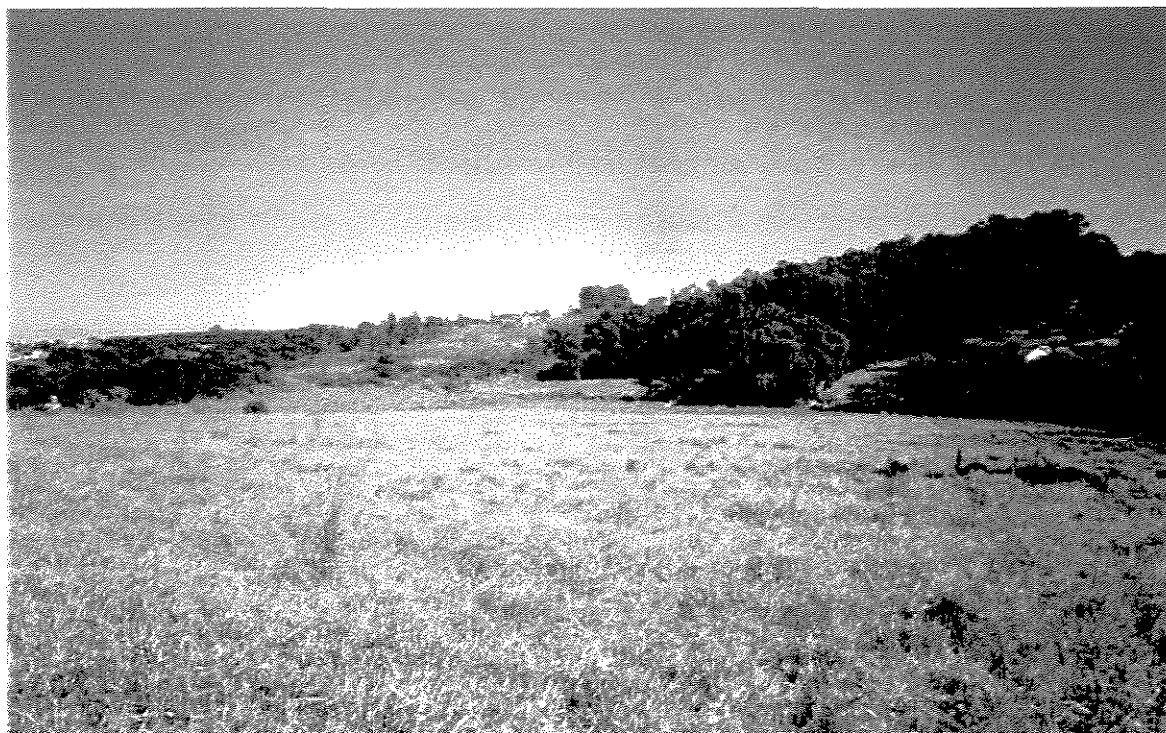
O vazio e o horizontal são as saliências da paisagem...

Um outro indicador da resistência de aspectos mais tradicionais, agora no plano cultural, é a Festa do Boi Falô, que resgata uma lenda própria de Barão Geraldo. A história que deu origem à lenda teria se passado em uma das fazendas do Distrito, na sexta-feira santa de 1888, quando um feitor teria ordenado a um escravo que atrelasse um boi para puxar o arado. O escravo, indignado em ter que trabalhar no dia santo, como não tinha escolha, partiu para a execução da ordem e teve uma surpresa, quando, ao tentar atrelar o animal, ouviu uma voz que dizia que aquele dia não era dia de trabalho. O escravo saiu então correndo, desembestado, gritando para todos ouvirem: - “*O boi falô! O boi falô!*” Dois meses depois, acabava-se a escravatura. A partir dessa lenda, surgiu a Festa do Boi Falô, onde as pessoas se reúnem para comer uma macarronada, na sexta-feira santa. Em 1998, segundo o Jornal Correio Popular, a Festa foi realizada em uma das ruas principais do centro de Barão Geraldo e contou com a participação de quatro mil pessoas.

Observamos anteriormente que a figura do boi aparecia na Vila Industrial, como personagem de bloco de carnaval, no caso, do bloco “Nem sangue, nem areia”; também em Barão Geraldo, essa mesma figura aparece, na lenda do Boi Falô, como a voz, talvez “*de toda uma raça, pra despertar nossa consciência*”, como interpretou José Constantino, na sua “crônica” sobre a lenda.

Há muitas áreas ainda vazias nos arredores de Barão Geraldo, como por exemplo no bairro Real Parque, nos limites do Distrito com a rodovia que liga Campinas ao município Paulínia, no bairro Guará e em outros bairros. Essas áreas podem ser consideradas *vazios abandonados*, estando sujeitas à ação da especulação imobiliária e algumas delas já sendo utilizadas como depósito de entulhos. A formação desses depósitos também é uma preocupação expressa no Plano de Gestão Urbana, mas ainda assim eles ocorrem.

Há uma outra característica de destaque em Barão Geraldo, em se tratando de áreas não urbanizadas. Alguns bairros mais distantes do centro do Distrito, que não possuem vias de acesso com calçamento e têm ainda imensas áreas verdes, dando a impressão de estarmos muito longe da “cidade”, acabam atraindo muitos moradores. Essa aparência mais rural parece ser um atrativo para essas pessoas que decidem se estabelecer nesses locais, onde a especulação imobiliária ainda não chegou com tanta força.



De repente, o “rural” toma conta: contraste com a expansão urbana...

É também essa característica de ambiente rural que dá à região de Barão Geraldo o desenho de um continuum rural-urbano. Do ambiente dominado pelo verde e pelas áreas de antigas fazendas e chácaras, aos poucos se vai penetrando em bairros de ruas pavimentadas com maior concentração de casas até chegar no ambiente mais central do Distrito, dominado pelo comércio e pelo setor de serviços.

A observação desse continuum rural-urbano nos leva a comentar outra particularidade da região, com relação à distribuição dos *cheios* e *vazios*. Barão Geraldo ainda tem muitos espaços vazios e, ao mesmo tempo, tem áreas mais *cheias*, onde aparecem mais concentrados o comércio, a habitação e os serviços. Mesmo nessas áreas, como já foi dito, o *cheio* não toma conta da paisagem e isso está presente nas reivindicações dos próprios moradores.

Deve ser assinalada a importância dos *espaços vazios circunstanciais*, considerando as várias formas de apropriação observadas e a demanda para

esse tipo de espaço. A própria Universidade como um todo, incluindo todos os seus espaços, se transforma num imenso *vazio circunstancial* nos fins de semana e feriados, atraindo pessoas de diversas partes da cidade. Em outras palavras, mesmo numa área *cheia* (como é a Unicamp), existem ainda muitos *espaços vazios* potenciais.

A exemplo do que observamos na Vila Industrial, na região de Barão Geraldo, também podemos considerar que existe um conglomerado de vários *pedaços*, porém, ao contrário da Vila, não há indícios de que a região tenha já se configurado como um único *pedaço*. Verifica-se que desde o começo da vida do Distrito, vários *pedaços* começaram a ser desenhados, até mesmo pela distância e pelas diferenças que ainda existem entre um bairro e outro. A manchete de jornal, citada no primeiro parágrafo deste item, falava de Barão Geraldo como um lugar onde “pioneiros e intelectuais *são* bons vizinhos”. Pelo menos esses dois *pedaços*, já se configuram como distintos há muito tempo.

Um último destaque a ser registrado sobre a região de Barão Geraldo refere-se às várias manifestações físico-esportivas encontradas, bem como à frequência com que foram observadas. A predominância desse interesse parece estar ligada à apropriação e ao uso dos diferentes *vazios* pela comunidade, hajam vista os diversos grupos que trazem múltiplas atividades para esses espaços, tais como peteca, beisebol, patins, *skate*, bets e outras. Lembramos que a predominância dos interesses físico-esportivos também se manifesta nos equipamentos específicos do Distrito, indicando um potencial cultural próprio da comunidade freqüentadora e sinalizando uma demanda específica para órgãos e associações públicas.

1.3. DICs: o bairro operário onde campo e cidade se (des)encontram

Para contar a história dos DICs¹¹, os distritos industriais de Campinas, não há um número significativo de manchetes nos jornais de Campinas, a não ser nas páginas policiais, ligadas à invasão de terras e à violência urbana “vermelha”¹²: **“Polícia prende acusada de tráfico em escolas”**, um **“Perueiro é assassinado com 3 tiros no DIC V”**. Alguns grupos procuram reagir a essa situação: **“Estudantes de Campinas fazem passeata pela paz”**. As poucas matérias jornalísticas dedicadas a essa área da cidade revelam, além do quadro de violência, denúncias sobre outras dificuldades dos moradores: **“Acesso fecha e isola cinco famílias”** e a **“Prefeitura abandona praças de esportes”**. Seis anos depois, uma notícia diferente: o jornal anuncia que o **“Bosque Augusto Ruschi valoriza o DIC I”**.

Uma das manchetes encontradas destaca, de modo no mínimo polêmico, o potencial consumidor das pessoas que vivem na região dos DICs, dizendo que **“Há ouro no oeste”**. A matéria tenta justificar a instalação de um hipermercado no local. Além disso, algumas matérias referem-se à região oeste da cidade (onde se incluem os DICs), anunciando que a um **“Plano de gestão prioriza a região sudoeste”**, em 1997. Segundo essa reportagem, o plano ficaria pronto dentro de um ano. Quase um ano depois, novamente a **“Região sudoeste terá plano de gestão”**, que supostamente seria finalizado em um ano; ou seja, a elaboração vem sendo adiada.

¹¹ Os Distritos Industriais de Campinas, ao contrário do que o nome possa indicar, não são constituídos por indústrias, mas por casas de operários, prioritariamente ligados à atividade industrial.

¹² Baseamo-nos em Régis de Moraes (1981), que distingue duas nuances da violência: a violência “vermelha”, que é sangrenta, brutal e criminosa e a violência “branca”, que é disfarçada, sutil e institucionalizada.

A história dos DICs vem sendo contada também pelos próprios moradores, donos de uma memória bastante recente, da década de 80, quando o bairro operário foi criado e a infra-estrutura para viver era extremamente precária.

A região dos DICs fica a 20 quilômetros de distância do centro de Campinas; os transportes coletivos que saem do terminal central vão até um outro terminal (Ouro Verde), de onde partem outros ônibus em direção aos bairros, entre eles, os DICs.

Os DICs são seis, e não estão dispostos geograficamente “em ordem”, ou seja, primeiro o DIC 1, depois o DIC 2, etc... Além disso, os DICs não possuem limites tão precisos. Esses limites são indicados com base em praças, lojas, padarias, esquinas, igrejas e outros pontos conhecidos do bairro. Essa fluidez com relação aos limites só foi observada nesse bairro durante a pesquisa.

A região é repleta de conjuntos habitacionais, tanto de apartamentos como de casas, o que a caracteriza como bairro dormitório. Nos DICs não há exatamente um equilíbrio entre casas e prédios; estes últimos geralmente são prédios pequenos de três ou quatro andares e proliferam pela região.

É possível observar um “comércio informal” intenso, pois há placas em quase todas as casas anunciando serviços de cozinheiras, costureiras, vendas, artesanato e serviços como manicure e cabeleireiros, ou mesmo bares montados nas garagens das casas.

Nessa região, existem dois equipamentos de lazer públicos, o Bosque Augusto Ruschi (DIC I), mencionado no primeiro parágrafo deste item, e o Bosque dos Cambarás (DIC V), que são áreas de vegetação nativa, em terrenos acidentados que não serviriam para a exploração imobiliária.

O bosque Augusto Ruschi é muito freqüentado nos fins de semana, nos períodos da manhã e da tarde. Além de toda a área verde, com animais como patos, gansos e tartarugas, lagos artificiais e naturais e um viveiro de aves, o equipamento conta com uma pista para caminhada ou corrida, bancos e mesas de concreto, *playground* e com uma “Casa de Cultura”, onde funcionam uma biblioteca, uma brinquedoteca e uma gibiteca.

Esse equipamento é usado não só pelos moradores dos DICs, mas também por pessoas vindas dos bairros vizinhos como o Jardim Aeroporto, Jardim Santa Lúcia e outros. Observamos que o Bosque é freqüentado por grupos bastante variados, em termos de sexo e faixa etária. Também é comum encontrarmos famílias inteiras usufruindo do equipamento.



Equipamento: possibilidade quase única que favorece o encontro...

O outro equipamento específico dos DICs, o Bosque dos Cambarás, também atrai grupos variados, mas há uma predominância do público

adolescente e jovem, tanto do sexo masculino quanto do feminino. Trata-se de um equipamento mais amplo, que conta com quadra e campo de futebol, pista para caminhada e corrida, *play-ground*, mesas e bancos e várias áreas verdes.

De fato, esses dois equipamentos específicos situam-se em terrenos muito irregulares, o que dá a eles uma característica interessante: são construídos em diferentes níveis, não são espaços planos. Poderíamos questionar aqui a importância que se dá aos espaços reservados para equipamentos de lazer em geral, pois verificamos que nessa região eles foram construídos sobre terrenos que sobraram de uma outra ocupação.



Sob o domínio do concreto, o Bosque muda os traços “cidade-dormitório”...

Observamos áreas de favela de concreto (autoconstruções de fins de semana), vizinhas aos DICs, onde não há pavimentação e percebe-se que as condições de vida são bastante precárias, como é o caso do Jardim Melina. O contraste entre os conjuntos habitacionais e as casas das favelas é bastante

grande, definindo inclusive os limites de cada bairro. Aqui, a pobreza, na sua forma mais aparente, acaba dando o tom, em lugar da fluidez que mencionamos anteriormente.

Nos DICs existem muitos *espaços vazios abandonados*, vários deles usados como campo de futebol, por um público jovem e adulto, eminentemente masculino. O movimento nesses campos é muito intenso e parece acusar a existência de um *circuito* de futebol. O campo de futebol “adaptado” num *espaço vazio* é chamado pelos moradores dos DICs de “raspadão”. Há um único campo de futebol oficial nos DICs, que é propriedade particular.



“Raspadão”: espaço marginal, a própria “raspa do tacho”...

Outros *vazios abandonados* são utilizados por grupos de crianças e adolescentes para empinar pipas e como ponto de encontro. Todos esses vazios são também locais de passagem. Aqui também vemos as categorias

pórtico e *circuito* se sobrepondo, pois acreditamos que haja um *circuito* de futebol, formado pelos vários campos de várzea ou “raspadões”, que coincidem quase sempre com a caracterização dos *pórticos*.

A circulação na região tem características bem próprias. O tráfego de veículos não é intenso, a não ser em algumas avenidas ou ruas maiores, onde existem *manchas* de comércio e serviços. Essas *manchas*, por sua vez, são bem demarcadas, limitando-se a uma avenida ou rua. Nesse comércio se incluem muitos bares e botecos, locadoras de vídeo e pequenos mercados, sempre concentrados numa área pequena, se considerada a extensão da região dos DICs.

Nas calçadas das ruas residenciais, em geral, há sempre gente circulando ou em frente às suas casas durante o dia, especialmente mulheres e crianças. Por outro lado, parece que a convivência nas ruas e nos outros espaços acontece de forma maciça quase que exclusivamente nos fins de semana durante o dia. Quase não se observa uma “vida noturna” de convivência. Os DICs estão situados à beira de rodovias estaduais, ao redor da cidade, o que também é uma característica de bairros dormitório.

Se os DICs se configuram como bairros operários, poderíamos estabelecer uma comparação com a Vila Industrial, que foi o primeiro bairro operário de Campinas. As diferenças são claramente visíveis pois, como já tivemos oportunidade de verificar, a Vila era um bairro operário de moradia e de convivência, vindo a se transformar posteriormente em bairro de passagem. Já os DICs são bairros operários de moradia e dormitórios, onde a convivência ocorre, como já dissemos, nos fins de semana durante o dia.

Uma semelhança que assinalamos em relação à região de Barão Geraldo, é que podemos observar nos DICs a formação de um continuum rural-urbano. Porém, aqui as áreas de fazendas foram rapidamente sendo

engolidas pela urbanização, favorecendo o aparecimento de muitos *vazios abandonados*, que, por sua vez, favorecem a especulação imobiliária ao mesmo tempo em que estão cada vez mais sujeitos a ela. Ocorre ainda que alguns desses *vazios* acabam não interessando ao mercado imobiliário e continuam abandonados, às vezes pelo próprio poder público municipal.

A reflexão sobre a região dos DICs nos remete mais uma vez à questão dos *vazios abandonados* e o que eles representam na cidade. A própria Campinas é tida como uma “selva de terrenos baldios”, que proliferam principalmente na periferia, mas não estão restritos a essas áreas. Nas áreas periféricas, os problemas mais comuns relacionados à existência desses *vazios abandonados* são: (1) o uso dos terrenos como depósito de entulhos e lixo, o que provoca consequências graves para a saúde dos moradores, uma vez que as condições de higiene ficam comprometidas pela proliferação de ratos e outros animais nocivos, que encontram ambiente propício nas áreas onde o lixo se acumula e (2) os conflitos entre os moradores e as populações sem-teto que, muitas vezes, não encontram outra alternativa a não ser invadir terrenos desocupados para construir seus barracos.



No desenho, vazio abandonado, prédios, barrancos, equipamento: linhas de contraste entre público e privado na paisagem...

A apropriação dos vazios abandonados pelos moradores dos DICs não se assemelha ao que foi observado com relação aos vazios circunstanciais em Barão Geraldo, por exemplo. No caso desses últimos, pelo fato de desempenharem outras funções (como a passagem de pedestres ou mesmo o estacionamento) esses espaços são bem cuidados ou minimamente mantidos. No caso dos vazios dos DICs, trata-se de um espaço marginal mesmo, de terrenos não valorizados ou não valorizáveis, de um espaço que, por enquanto, está sobrando, sem importância e sem cuidado nenhum. O atrativo é exatamente a sua característica de *vazio*, de potencial; podemos dizer que isso se mantém. Mas aqui ele representa o resto de uma organização espacial, aquilo que foi descartado ou deixado de lado pelo mercado e pela administração pública.



Circuito de futebol é quase um circuito de vazios...

Esses *vazios* descartados ou descartáveis se espalham na paisagem da região que é dominada muito mais pelo *espaço cheio* dos conjuntos habitacionais e favelas. Também nos DICs não se pode dizer que há equilíbrio entre *cheio* e *vazio*, o que contribui para uma degradação de áreas que ainda nem foram urbanizadas adequadamente.

A preocupação da (suposta) política de habitação que vem sendo aplicada nos DICs parece ser construir o maior número de casas no menor tempo possível, com o mínimo de recursos; uma visão funcionalista e desvinculada de outras políticas setoriais, que também contribui para a polarização entre *espaço cheio* e *espaço vazio*.



O resto de vazio entre conjuntos de prédios populares...

No caso específico dos DICs, percebemos que o (des)encontro entre “campo” e “cidade” é responsável pela formação de muitos terrenos baldios (*vazios abandonados*). Foi especificamente na observação desse bairro que surgiu a necessidade de definirmos categorias específicas para tratar do espaço vazio (vide capítulo III).

Na região dos DICs, também podemos considerar que existem vários *pedaços* e não há indícios de que essa configuração tenha sido diferente em algum momento, pois além dos seis DICs estarem espalhados geograficamente, o que abre a possibilidade de que cada um dos DICs se caracterize como um *pedaço*, eles, originalmente, são bairros dormitório, que agregam, cada um, um amontoado de conjuntos habitacionais e *vazios abandonados*, o que sugere que também seja possível a existência de vários *pedaços* dentro de cada um dos DICs.



Domínio do cheio: os prédios populares parecem “filtrar” a paisagem...

Vários desses conjuntos habitacionais são blocos de apartamentos, uma imagem típica dos DICs que são bairros operários verticalizados. Esses condomínios parecem favorecer um fechamento, uma convivência tímida, voltada para dentro. Indo mais além, a extensão da área junto com a verticalização parecem dificultar mesmo a formação e a ação de grupos comunitários de qualquer interesse.

Mesmo nessas áreas residenciais que possuem uma certa infra-estrutura, como ruas pavimentadas e terrenos mais regulares, observa-se que há problemas de deslizamento de terra e lama em dias de chuva. Novamente aqui há o (des)encontro entre rural e urbano, entre os restos de áreas verdes ou de fazendas e áreas urbanizadas. Isso revela, no mínimo, um planejamento inadequado de uso do solo urbano, onde vários *espaços vazios* estão realmente abandonados, trazendo incômodos e perigos para os moradores.



Importância da rua: nos DICs esse “quintal” é freqüentemente atingido por chuvas e deslizamentos...

Convém lembrar que os *vazios abandonados* não são particularidade apenas dos bairros aqui estudados. Observa-se, em outras áreas periféricas de Campinas, que eles servem, por vezes, para isolar áreas nobres como é o caso de alguns *shoppings* da cidade. O contraste entre a imponência do prédio do *shopping* e o matagal ao seu redor, que o separa de uma favela, leva mesmo à conclusão de que os *shoppings* se pretendem ilhas de sofisticação e consumo, ainda que cercadas pelo abandono.

Apesar de toda a sorte de problemas que faz parte do cotidiano dos DICs, observamos que mesmo esses restos de *espaços vazios*, dos quais os grupos se apropriam, são responsáveis por grande parte das oportunidades de encontro entre as pessoas. Há todo um pequeno comércio que se organiza no entorno desses *vazios*, em períodos determinados, quando a freqüência a esses espaços aumenta. Há uma aglutinação desde carrinhos de lanche até

churrasqueiras improvisadas na rua e nas calçadas, que acaba prolongando a permanência das pessoas no local.

É claro que é interessante observar que o encontro humano acontece de uma forma ou de outra, mas uma coisa que chama a atenção na região dos DICs é a falta de opções de lazer para a comunidade em geral. Certos grupos específicos como mulheres de todas as idades, crianças e idosos são vistos apenas nos equipamentos específicos e em número muito menor se comparados aos homens jovens e adultos.

1.4. Vila Costa e Silva: origem nos tempos da ditadura, história de lutas sociais

No caso da Vila Costa e Silva¹³, também não há tantas manchetes dos jornais da cidade para contar sua história; é mais fácil encontrar pequenas notas ou matérias nas páginas policiais, inicialmente ligadas ao ajuntamento de pessoas sem raízes e, mais recentemente, ligadas aos roubos e assaltos e ao tráfico de drogas.

Mesmo com essas referências negativas, principalmente do tráfico e da violência, destacadas pelos jornais de Campinas, chama a atenção o número de jornais de bairro que circulam na Vila Costa e Silva (observamos cinco jornais) e que destacam, não só os problemas existentes no bairro, como também as conquistas dos moradores na resolução desses problemas.

Como no caso dos DICs, foi também importante e necessário ouvir os moradores desse bairro, que é conhecido pelas lutas sociais em que sua comunidade esteve envolvida, pelo carnaval e pelos problemas que envolvem violência urbana e tráfico de drogas, para conhecer a história do local.

A história da Vila Costa e Silva vem sendo contada muito mais pelos próprios moradores, inclusive por meio dos jornais de bairro. Esses pequenos veículos de comunicação representam, a nosso ver, uma espécie de voz dos moradores. É fácil perceber, examinando esse material, que a comunidade do bairro tem um passado de lutas sociais e continua envolvida nessas questões: **“Pais de alunos lutam contra a reforma de ensino”** e um **“Grupo de senhoras trabalha em prol de comunidade carente”**. Os moradores do bairro revelam ter consciência dos problemas locais e reconhecem que a

¹³ Conjunto habitacional criado na década de 70, quando a região ainda se configurava como periferia de Campinas.

“Região cresce e pede soluções”, e que esse **“Crescimento na região é marcado por problemas de infra-estrutura”**. As denúncias são feitas: **“Falta tudo no posto médico”,** o **“Novo centro de saúde ainda é um sonho”,** uma **“Praça abandonada incomoda os moradores do bairro”** e uma **“Onda de furtos, roubos e estupros aumenta insegurança”**. Apesar das dificuldades, as pessoas se envolvem nas discussões e buscam encaminhar soluções: a **“Construção de centro de saúde gera polêmica”,** o **“Novo centro de saúde já está funcionando”,** a **“Praça de esportes reabre ao público”,** realiza-se uma **“Festa para inaugurar a passarela”**. Os moradores da Vila Costa e Silva dão grande importância às suas conquistas em todos os setores. A festa e o encontro são quase uma consequência dessas realizações de uma comunidade que se propõe a tomar conta do lugar onde vive. **“Daqui não saio, daqui ninguém me tira”**: Esse foi o nome de uma festa comunitária realizada pela comunidade do bairro, cuja história será detalhada mais adiante.

A Vila se caracteriza por ser um bairro de classe operária, que, originalmente, era um conjunto habitacional do BNH, construído em área periférica da cidade. É ainda habitado por uma população, na sua maioria negra.

Um dos únicos equipamentos públicos, específicos de lazer do bairro é a Praça Costa e Silva, e é ao redor dela um dos pontos onde o tráfico de drogas se organiza, em pequenos bares ou carrinhos de lanches. A praça também já foi palco de inúmeros tiroteios e acertos de contas entre traficantes e seus fregueses, o que fez com que a população parasse de freqüentá-la e até de passar por ela. Observamos que a Praça Costa e Silva já teve características de *pórtico*, e chegou até mesmo a perder esse *status* de local de passagem para o de um lugar por onde não se devia passar, pois o acerto de contas não tinha

hora marcada para acontecer. Atualmente, ao que tudo indica, a Praça voltou a ser utilizada como equipamento de lazer.



Reaver um espaço “perdido” é um processo coletivo...

Essa mudança de situação tem relação com uma situação bastante específica, que tem importância para este trabalho, na medida em que acreditamos que iniciativas como essa são importantes para, mais uma vez, facilitar o diálogo entre os cidadãos e o espaço onde vivem. Por ocasião da realização de um projeto de extensão chamado “Lazer Comunitário”, que aconteceu na Vila Costa e Silva nos anos de 1994 e 1995, envolvendo alunos de graduação e professores da Faculdade de Educação Física da Unicamp e a comunidade local, criou-se uma oportunidade para atacar o problema da violência na Praça e seus desdobramentos.

O projeto, que trabalhava na linha da Ação Comunitária¹⁴, como metodologia de ação, previa a realização de uma grande atividade de lazer no bairro, como forma de gerar um impacto na comunidade, chamando a atenção para questão do lazer. As lideranças da comunidade que participaram da organização da festa decidiram realizá-la na Praça, com o duplo objetivo de (1) comemorar os vinte e cinco anos de existência da Vila e (2) retomar um espaço público que havia sido ocupado pelo tráfico de drogas, impedindo que as pessoas o frequentassem ou mesmo passassem por ele. E, de fato, a festa aconteceu na Praça, teve cerca de catorze horas de duração e levou o sugestivo nome de “Usucapião – Costa e Silva 25 anos – daqui não saio, daqui ninguém me tira”.

Após a avaliação do processo, constatou-se que a Praça voltou a ser frequentada pelos moradores do bairro, que estabeleceram uma nova relação de apropriação com o equipamento. Como esse processo aconteceu nos anos de 1994 1995, voltamos a observar a Praça Costa e Silva nos dias de hoje e constatamos que, de fato, ela voltou a ser usada pelas pessoas como local de encontro e equipamento de lazer.

Além da Praça, há um outro equipamento de lazer no bairro, que tem uma história interessante, também ligada ao projeto acima mencionado. Trata-se de um espaço público, que, por muito tempo, foi um *vazio abandonado*, e que foi transformado por um grupo de moradores, constituído em função da idéia de construir um equipamento de lazer. O grupo nasceu como um resultado reflexo do projeto (que não estava previsto inicialmente), tendo

¹⁴ Conforme a definição de Renato Requiza, 1973, a ação comunitária é entendida, operacionalmente, como “um trabalho sócio-educativo que consiste numa intervenção deliberada em determinada comunidade, através de atividades programadas em conjunto com pessoas e instituições locais, objetivando despertar e ampliar sua consciência para os problemas da comunidade, sensibilizá-las para a mobilização e coordenação de lideranças e predispor-las para a ação que vise o encaminhamento de soluções daqueles problemas, ou a realização de aspirações relacionadas com a comunidade como um todo”.

recebido assessoria de alunos e professores da Faculdade de Educação Física da Unicamp para a construção e para o funcionamento do equipamento.

O grupo envolvido com esse equipamento revela que, desde a fundação do bairro, em 1970, a área estava destinada a ser uma praça de esportes. Porém, esse projeto não se concretizou e a prefeitura da cidade deixou realmente o espaço abandonado.



Vazio abandonado “abandonado”...pela Prefeitura...

Atualmente, a “Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva”, já considerada um grupo autônomo, conta com campo de futebol, cantina, vestiários e almoxarifado, e é gerida por um grupo de moradores do bairro. As atividades desenvolvidas nesse equipamento são diversificadas, de acordo com o interesse da comunidade do bairro, incluindo futebol (escolinhas e torneios), artes marciais (apresentações da academia de artes marciais que existe no bairro), apresentações de teatro e grupos musicais, com artistas do próprio bairro.

Todas as pessoas envolvidas com as atividades são voluntárias. A diretoria da Sociedade faz questão que tudo seja oferecido ao público gratuitamente. Nesse ponto, há que se considerar o fato de que todo trabalho voluntário tem altos e baixos, as pessoas nem sempre têm uma participação de intensidade constante. Às vezes, o grupo sofre baixas e precisa ser realimentado. Isso não significa que esse tipo de organização não seja viável; o grupo pode sim passar por períodos em que a atuação seja menos intensa. Por outro lado, esse “vai e vem de pessoas” é uma característica própria de grupos voluntários, que permite que o trabalho avance, seja questionado e repensado com maior frequência.



Transformação: de vazio “duplamente” abandonado a equipamento de lazer...

Os moradores também revelam que quando o bairro foi fundado, o Conselho de Moradores foi um grupo bastante atuante. Depois de algum tempo foi extinto e, há cerca de três anos, reorganizado. Atualmente, passa por

uma outra fase de dismantelamento exatamente pelo fato de algumas lideranças não residirem mais no bairro.



Depredação: a participação popular tem "altos e baixos"...

Um outro projeto que existiu durante algum tempo no bairro foi uma horta comunitária, que deixou de existir em virtude da invasão do terreno usado para o cultivo. Esse foi um problema que a comunidade não conseguiu solucionar.

É curioso observar que a maioria dos bares existentes na Vila são minúsculos, assemelhando-se a pequenas bancas ou tendas adaptadas até em garagens de casas. A cantina da "Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva" tornou-se o bar mais famoso do bairro.

O surgimento da "Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva", como grupo de interesse e como equipamento de lazer demonstra a grande importância da formulação e implantação de políticas públicas setoriais de lazer, que privilegiem a participação popular em todas as fases do processo.

Demonstra ainda como a comunidade é capaz de discutir sobre suas necessidades e aspirações no que diz respeito ao espaço urbano, e mais especificamente ao espaço de lazer. E, por sua vez, essas duas pequenas conclusões estão relacionadas entre si, à medida em que as políticas públicas “que privilegiam a participação popular em todas as fases do processo” facilitam o diálogo entre as necessidades dos cidadãos e as possibilidades que o espaço lhes oferece.



Lazer e convivência: humanizando o espaço e a vida noturna na Costa e Silva...

Além disso, o projeto de extensão realizado na Vila Costa e Silva mostrou que a Universidade também pode (e deve) abrir os canais de participação para as pessoas, já que ela prevê essa forma de atuação (extensão). A partir do momento em que haja interesse das duas partes, comunidade local e Universidade, estudantes e professores de áreas diversas

podem estar mediando e facilitando a relação dos cidadãos com o espaço urbano, colaborando com eles na resolução de suas questões específicas.

Um outro fato importante, com relação à atitude do poder público frente a iniciativas como a da “Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva”, foi constatado em entrevistas com o grupo que gerencia o equipamento. A única assistência prestada à praça de esportes pela prefeitura de Campinas foi a presença de um zelador e a manutenção da jardinagem, durante algum tempo. Atualmente esses serviços não mais são prestados, mediante o argumento de que “a prefeitura não dispõe de verba e pessoal”.

O grupo declara ter uma relação superficial com a prefeitura: “ela não ajuda, mas também não atrapalha”, isto é, ela reconhece o grupo e toda a sua atuação, mas parece se sentir totalmente desobrigada com relação ao espaço público transformado pelos moradores.

A Sociedade não necessita apenas dos serviços de manutenção, que já não são mais oferecidos. O time de futebol feminino do bairro, por exemplo, interrompeu os treinos e o uso do espaço por falta de um técnico para orientá-lo. Essa é uma necessidade mais pontual, que diz respeito a um potencial cultural específico do próprio bairro. Por que o poder público não poderia ajudar a resolver essa questão?



Mulheres em movimento: novas “curvas” para um espaço tradicionalmente masculino...

Recentemente, uma reportagem sobre a Sociedade, veiculada por uma TV local, parece ter provocado um “rebuliço” interno na prefeitura. O descaso do poder público para com os equipamentos públicos da cidade em geral foi surpreendido por essa iniciativa comunitária mostrada na televisão, e, aparentemente, está questionando internamente a atuação das secretarias municipais responsáveis.



O riso, a brincadeira, a festa: uma outra imagem da participação...

A circulação na Vila, tal como nos DICs, também está associada ao comércio e aos serviços. O tráfego de veículos é intenso nessas áreas e nas ruas que ligam a Vila a outros bairros, como por exemplo o Parque Taquaral. Além disso, a Vila Costa e Silva se situa entre as rodovias Campinas-Paulínia e Dom Pedro I, o que já trouxe muitos problemas de segurança para os pedestres, principalmente no caso da Campinas-Paulínia, palco de inúmeros atropelamentos de moradores da Vila.

A indignação dos moradores quanto às mortes ocorridas na rodovia deu origem a um movimento popular pela construção de uma passarela para pedestres, no ano de 1994. Os manifestantes ocuparam e picaretaram as pistas da rodovia Campinas-Paulínia nos dois sentidos, por três dias, obrigando os órgãos públicos de trânsito a desviarem todo o tráfego dessa via para a rodovia D. Pedro I.

Após muitas tentativas de negociação frustradas e após enfrentarem o descaso do poder público municipal, que se recusava a discutir com os integrantes do movimento, os moradores finalmente conseguiram que a iniciativa privada se juntasse à Prefeitura para a construção da passarela. Como dissemos no quarto parágrafo deste item, foi realizada, nessa ocasião, uma “festa para inaugurar a passarela”, que apenas os jornais do bairro noticiaram.

A Vila Costa e Silva está situada entre os bairros Santa Genebra e Parque Taquaral. O Santa Genebra e o Taquaral são habitados por pessoas de classe média, o que demonstra uma disposição espacial interessante. O Santa Genebra, principalmente, parece avançar sobre a Vila com a construção de condomínios de apartamentos de arquitetura moderna, que criam um contraste muito forte com as casas térreas “populares” da Vila. Acreditamos que se trata da “atualização” da periferia, o que traz para os moradores o risco de serem transferidos novamente para outras áreas periféricas, já que a Costa e Silva não se caracteriza mais como periferia.

Essas modificações na paisagem também interferem na dinâmica entre *espaço cheio* e *espaço vazio*. Na Vila Costa e Silva os *espaços vazios* parecem ter adquirido uma importância maior em relação a outros locais. Não existem tantos *vazios* - *abandonados e/ou circunstanciais* - aqui como nos DICs ou em Barão Geraldo. Por outro lado, a paisagem também é dominada muito mais pelo cheio, tal como nos DICs e na Vila Industrial. Mas os *vazios* na Costa e Silva parecem realmente ter herdado um significado, que foi assumido em determinados momentos pelos moradores.



Endurecimento da paisagem: horizontal e vertical...o vazio da rua se sobressai, quase que apontando o contraste...

As ruas da Vila são muito estreitas e as casas muito próximas uma da outra, diferentemente daqueles outros bairros vizinhos. Essa configuração parece favorecer a convivência e as relações de vizinhança nas ruas, o uso mesmo da rua como lugar de encontro.

De acordo com Marcellino, 1996, “a visão utilitarista do espaço é determinante nos processos de renovação urbana, ou seja, nas modificações do espaço já urbanizado ditadas pelas transformações verificadas nas relações sociais”. Dessa ótica, a Vila Costa e Silva, com todos os seus problemas atuais, ligados à violência urbana na sua forma mais brutal, e, portanto, representando um problema para os bairros vizinhos, tende a ser alvo de transformações perversas, que provavelmente não levarão em conta os problemas e desejos próprios da comunidade local.

Podemos observar que a Vila Costa e Silva se caracteriza também como um *pedaço*. Como os moradores foram trazidos para o bairro numa perspectiva de ajuntamento de pessoas, é possível que se tenha estabelecido, a princípio, um conglomerado de *pedaços*, e/ou que as pessoas tenham vindo de *pedaços* diferentes. Talvez, o próprio envolvimento das pessoas e grupos com a transformação do bairro tenha desencadeado a formação de uma rede de relações sociais que desse um caráter de *pedaço* único para essa comunidade sem raízes, que passou a ocupar o mesmo espaço.

Pudemos observar também que o movimento musical já foi bastante forte no bairro, durante alguns anos, incluindo aí a existência de uma das escolas de samba mais atuantes (até hoje) de Campinas. Esse movimento não assumiu contornos de *circuito*, se considerarmos que não se tratava de uma rede de equipamentos, mas, por outro lado, houve uma rede de relações sociais que se estabeleceu entre esses grupos, baseada no interesse artístico em jogo. A Escola de Samba Estrela d'Alva é um dos únicos grupos que se mantém ainda hoje, porém sua atuação é mais restrita ao período de carnaval e aos acontecimentos ligados a ele.

Na Vila Costa e Silva, certamente existe o que podemos chamar de *circuito* do tráfico, formado pelos pontos de venda de drogas espalhados pelo bairro, em forma de pequenas bancas ou pequenos bares. Esses pontos são conhecidos dos moradores e atendem a uma clientela que vem dos mais variados *pedaços* da cidade. Atualmente, um dos problemas que vem atormentando a comunidade da Vila é que o tráfico também está se organizando dentro das escolas estaduais do bairro. Essa questão merece um exame cuidadoso e uma ação específica que deveria envolver, além da própria comunidade, setores do poder público ligados à educação e à segurança.



O encontro e o jogo permitem um outro olhar: o bairro vizinho “atualiza” a paisagem...

2. Conclusões e perspectivas

A realização do estudo nos permite tecer alguns comentários de ordem geral a respeito do tratamento dado ao *espaço urbano* e, mais especificamente, aos *espaços vazios* e aos *espaços de lazer*. Para finalizar o trabalho, optamos por fazer um balanço entre aquilo que nos propusemos a investigar e as repostas que conseguimos construir a partir do que encontramos, relacionando os diferentes momentos da pesquisa. Retomamos os nossos objetivos, apresentados na introdução deste trabalho, a fim de que possamos realizar essa mediação.

Com relação à importância do *espaço vazio* no ambiente urbano...

O espaço construído deve ser pensado para a *vida* do ser humano, de acordo com suas necessidades e aspirações, e deve também ser composto de *vazios* para que os indivíduos possam efetivamente se relacionar nele.

O *espaço vazio*, numa perspectiva mais subjetiva, é um palco para a imaginação, para o questionamento e para o conflito; permite ao ser humano pensar sobre seu presente, mas também em situações futuras, esperadas, desejadas ou imaginadas. O *vazio* é importante para que o ser humano possa se perceber numa relação mais íntima com o tempo, compreendendo que a realidade espacial do presente não é fixa ou imóvel, mas sim dinâmica, passível de ser transformada. *Espaços vazios* devem ser preservados da especulação imobiliária e do uso como terreno baldio ou depósito de entulhos. São espaços de convívio em potencial.

Como verificamos nesta pesquisa, há uma iniciativa por parte da população, de se apropriar de *espaços vazios*, tanto *abandonados* como *circunstanciais*, para seu convívio e suas próprias atividades de lazer, tanto em bairros dotados de boa infra-estrutura de bens e serviços como em bairros de infra-estrutura precária. Os equipamentos continuam sendo importantes e devem ser conservados. Mas se já existe esse movimento de apropriação por parte das pessoas, por que não incorporar essa possibilidade na política de uso do solo urbano e/ou em outras possíveis políticas setoriais como a de lazer, por exemplo?

Essa relação entre equipamentos e *vazios* pode ser diferente, de acordo com o interesse de cada grupo. As formas de apropriação dos *vazios* podem provocar transformações radicais no espaço físico, fazendo com que ele se torne um equipamento específico, como observamos na Vila Costa e Silva. Podem também indicar simplesmente a possibilidade do uso de certos *vazios circunstanciais* como equipamento de lazer, sem necessidade de uma transformação de ordem física, como foi o caso dos estacionamentos e ruas do *campus* da Universidade, em Barão Geraldo. De qualquer modo, a apropriação revela a consciência e/ou o desejo do *direito à cidade*, parafraseando Henri Lefebvre ou do direito aos “múltiplos usos do espaço”.

Com relação à inserção do lazer no processo de ocupação do espaço urbano...

Na busca de soluções para as questões relativas aos espaços e equipamentos de lazer, incluindo o aproveitamento de *espaços vazios*, há que se destacar a Universidade como uma outra instância possível para participar desses processos. As propostas desenvolvidas dentro dos “muros”

universitários já encontram uma demanda na própria cidade. É uma oportunidade excelente para uma *praxis* inovadora (da qual falávamos no capítulo II), que deve ser seguida de reflexão e avaliação. Esse confronto criativo deve ser favorecido para que os diversos setores sociais se relacionem, pois a formulação de alternativas dentro das universidades não pode estar desvinculada de uma discussão e de uma troca de conhecimentos com as comunidades que supostamente vão usufruir dessa produção.

Os equipamentos de lazer que atendem aos *interesses físico-esportivos* obedecem, via de regra, aos padrões dos esportes mais tradicionais e das regras oficiais desses esportes. Isso pode restringir o uso do espaço àquelas modalidades tradicionais e, ainda que elas sejam praticadas, haverá barreiras arquitetônicas para certas faixas etárias e pessoas portadoras de necessidades especiais, por exemplo. A descoberta do potencial cultural de cada bairro ou região também é um aspecto a ser incorporado numa política setorial de lazer. Isso pode ajudar muito à prefeitura de uma cidade antes de tomar decisões na construção de equipamentos, por exemplo.

Por outro lado, para que essa ação seja conjunta, é necessário envolver a comunidade em todas as fases do processo, como, aliás, está explícito no Plano Diretor de Campinas, no segundo item do Artigo 4º, Capítulo II, Título I, que prevê a “participação dos cidadãos, representando as entidades em que se encontram vinculados, na gestão do desenvolvimento urbano do município, notadamente nos processos de planejamento, gestão e fiscalização de sua execução”. Seria interessante que as formas concretas de participação não se restringissem às entidades ou que, pelo menos, houvesse um trabalho de esclarecimento a respeito dessas entidades representativas e seu funcionamento. O poder público municipal pode, através de suas políticas

setoriais, favorecer a formação de grupos de interesse representativos e atuantes.

O problema da violência urbana merece atenção e não foge à regra da necessidade de participação popular na busca de resoluções. Pela questão da segurança, entre outros motivos, a *casa* ainda representa um dos principais espaços de lazer em muitas cidades médias e grandes. As pessoas acabam ficando confinadas ao espaço do lar. Aqueles que podem pagar tendem a se isolar em suas áreas de lazer particulares, enquanto os que não podem ficam confinados, muitas vezes, à televisão e ao espaço restrito de sua moradia, que na maioria das vezes é construída segundo padrões espaciais inaceitáveis. Aqui vemos como podem estar relacionados os problemas da habitação e do lazer. A pesquisa nos permite dizer que, a despeito do quadro social que faz com que essa tendência se acentue, as pessoas já estão reivindicando seus espaços de lazer.

A violência atinge frequentemente a segurança nos equipamentos de lazer. A solução para essa questão não é a privatização dos equipamentos ou simplesmente o seu fechamento por meio de cercas, muros e grades. Deve haver um envolvimento efetivo da população. Apropriar-se de um espaço supõe a atuação sobre ele ou sobre questões relativas a ele e toda a sorte de decisões sobre seu uso e funcionamento.

Na Vila Industrial encontramos áreas – *pedaços* – onde os limites entre a *casa* e a *rua* são bastante fluidos e os moradores reclamam o seu “quintal”, muitas vezes representado pela própria *rua*. Por outro lado, a preocupação com a violência urbana está presente, do *pedaço* para fora.

Nos DICs, a convivência e o encontro na rua também acontecem, embora de modo muito mais intenso nos *espaços vazios* que, como já dissemos, são espaços marginais. Já em Barão Geraldo, talvez em função da

expansão urbana, que começa a trazer também a expansão da violência, a convivência parece estar mais localizada nos equipamentos e nos *vazios circunstanciais*, freqüentemente transformados para determinadas atividades.

Na Vila Costa e Silva, a preocupação com a violência já faz parte do cotidiano há algum tempo e os moradores fazem um certo esforço para, como eles mesmos declaram, “humanizar” o bairro, a partir dos espaços e possibilidades de convivência. O *pedaço* na Costa e Silva “reconhece” a presença da violência, especialmente a advinda do tráfico de drogas, mas não se recusa a lidar com ela.

O encaminhamento de soluções para problemas ligados à violência urbana depende de uma prática coletiva e cotidiana...

“Aqui a gente procura humanizar o espaço, já tivemos que bater de frente com os traficantes, mas tudo bem... Quando a gente tem o apoio da comunidade, do pessoal aqui do bairro, é mais fácil, eles querem vir aqui com as crianças, a família...”¹⁵

...como indica a resposta de um morador da Vila Costa e Silva, quando perguntamos como eles lidavam com o problema da violência no bairro, mais especificamente, na Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva.

Com relação à tendência de saturação do espaço nos espaços e equipamentos de lazer, em sua construção e utilização...

¹⁵ Depoimento de um morador que participa da gestão da Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva.

A dinâmica entre *espaço cheio* e *espaço vazio*, analisada no capítulo II, também é um aspecto importante para a compreensão da organização espacial urbana. *Cheio* e *vazio* são complementares e estão sempre relacionados. Todo espaço construído requer o acompanhamento de um espaço livre, para que possa ser de fato percebido, observado, freqüentado, visitado. Através dessa relação entre *cheio* e *vazio*, também é possível repensar a paisagem urbana para que ela assuma contornos mais humanos e acolhedores para os cidadãos.

Os espaços de lazer de uma cidade devem ser pensados com a participação dos cidadãos, não obedecendo a um padrão de equipamento meramente funcional. Equipamentos de lazer devem conter *vazios* para que as pessoas descubram e/ou experimentem formas de utilização. Um equipamento de lazer deve ter qualquer coisa de “não-planejado”, convidando as pessoas a uma intervenção mais direta.

Equipamentos de lazer que tendem para o *cheio* correm riscos de ter seu espaço saturado. O espaço saturado não é convidativo e, normalmente, apresenta possibilidades restritas de utilização.

No caso dos DICs, observamos a verticalização do bairro com velocidade, muito em função da política de habitação adotada. Essa tendência também é um aspecto importante se considerarmos a dinâmica do *cheio* e *vazio* na cidade como um todo.

“...até 1950, mais ou menos, qualquer foto tirada de cima da Catedral era uma foto aérea, depois a Catedral ficou pequena...”¹⁶

¹⁶ Relato do fotógrafo Aristides Pedro da Silva, mais conhecido como “V8”, que foi uma das pessoas que mais fotografou a região central de Campinas e possui um rico acervo de imagens da cidade.

No caso dos DICs, esse crescimento “para cima” e a ocupação rápida pela grande quantidade de prédios de habitação popular trouxe sérios desequilíbrios. A participação do poder público municipal torna-se imprescindível, para que a área não atenda apenas ao aproveitamento da especulação imobiliária. Seria recomendável que o prometido Plano de Gestão Urbana da Região Sudoeste atentasse para isso quando da sua elaboração.

Isso posto, devemos ressaltar que todos esses objetivos, tratados separadamente à guisa da formulação de “conclusões e perspectivas”, estão intimamente relacionados e interligados.

Sobre o papel do poder público municipal com relação ao espaço de lazer...

Primeiramente, acreditamos que o espaço deva ser tratado de acordo com a multiplicidade de usos que dele é possível se fazer, supondo que exista, de fato, um diálogo entre as necessidades do ser humano e as possibilidades que o espaço lhe oferece. Esse diálogo pode ser, e seria desejável que ele fosse, intermediado pela administração pública, através de seus órgãos setoriais.

Recuperando conceitos de Henri Lefebvre, cuja obra foi tão importante para este trabalho, a cidade é uma mediação entre uma *ordem próxima* - representada pelas relações entre indivíduos e grupos - e uma *ordem distante* - representada pelas grandes instituições, pelos princípios morais e jurídicos, enfim, pelo poder. Essas dimensões, da *ordem distante* e da *ordem próxima*, só se separam da realidade urbana por abstração, isto é, elas são bastante imbricadas, compondo uma rede de relações, onde o poder público pode e deve perceber sua importância e o seu lugar.

Retornando às políticas setoriais, estas, por sua vez, devem considerar a dinâmica da *vida* urbana como finalidade. O espaço de moradia, o espaço de circulação, o espaço de lazer, o espaço de trabalho estão relacionados entre si e exigem um tratamento que leve em conta esta relação, ainda que os assuntos *habitação, transporte, lazer, trabalho* exijam, de sua parte, políticas setoriais específicas. O caso dos DICs é um exemplo claro de desarticulação entre essas políticas, o que faz com que o cotidiano das pessoas chegue cada vez mais próximo do caos.

As alternativas de co-gestão e autogestão de equipamentos públicos são pouco ou quase nada exploradas pela administração pública, especialmente em Campinas. Talvez o poder público não se sinta preparado para atuar dessa maneira, mas os argumentos para esse despreparo vão ficando inaceitáveis quando há iniciativa (com sucesso) de grupos voluntários, como foi observado na Vila Costa e Silva. Essa demanda deve ser levada em consideração porque representa justamente uma outra oportunidade para uma nova *praxis* em relação ao uso do espaço e ao lazer, que julgamos tão necessária à vida nas cidades, em geral.

A situação relatada pelos moradores da Vila Costa e Silva, merece atenção:

“...a prefeitura sabe do nosso trabalho, eles não ajudam, mas também não atrapalham...”¹⁷

¹⁷ Depoimento de uma moradora que participou de todo o processo de transformação do que era um *vazio abandonado* na Sociedade Esportiva e Cultural Costa e Silva.

Este é também um quadro a ser superado, tal como na situação das praças da Vila Industrial, onde há uma atitude de abandono quase total por parte do poder público municipal.

No que diz respeito às relações de grupos específicos no lazer com o espaço que ocupam, dando um destaque para os interesses físico-esportivos...

Certos grupos de interesses ligados ao esporte estabelecem diferentes relações com o espaço, apropriando-se, muitas vezes, de equipamentos não específicos, como é o caso da rua, dos estacionamentos e de áreas verdes amplas.

Como foi observado, algumas manifestações de interesses físico-esportivos, ligadas ou não aos esportes mais tradicionais e mais conhecidos, levam os grupos a se apropriarem dos *espaços vazios* e a transformarem-nos, fazendo as adaptações necessárias para as suas necessidades.

Os *skatistas* traduzem de maneira ímpar a falta de um equipamento específico e a dificuldade de usar as ruas da cidade:

“...na rua não dá, a polícia não deixa a gente andar em paz...Aqui (na Unicamp) é mais tranqüilo, mais vazio, tem as lombadas, mas também podia ter umas rampas, a gente podia até trazer...”¹⁸

O poder público municipal deve estar atento a essas questões para planejar, construir e administrar os equipamentos públicos de lazer, pois como

¹⁸ Depoimento de um jovem, morador da região central da cidade, que frequenta a Unicamp com um grupo de amigos em busca de *espaços vazios*.

já indicamos, essas iniciativas fornecem pistas valiosas a respeito do potencial cultural de cada comunidade. Talvez seja o caso de olhar mais detalhadamente tanto para as áreas mais centrais ou mais providas de bens e serviços como para as áreas periféricas, onde a busca de soluções para a escassez é algo mais presente no cotidiano das pessoas.

Tendo em vista sempre a atuação dos diversos setores da sociedade - comunidades, instâncias do poder público, grupos de universidades e outras organizações - acreditamos que é possível e necessário transformar nossas cidades em ambientes mais humanizados. O papel de cada setor vai sendo definido com o balanço entre suas respectivas necessidades e possibilidades e também através da relação com os outros setores.

Lembramos aqui a idéia inicial deste estudo, que prevê a necessidade de que uma “revolução cultural” se estabeleça no cotidiano das pessoas que vivem na cidade. Pelo que foi observado, já existem focos dessa revolução, isto é, tentativas de transformação do ambiente urbano na direção de uma cidade mais humana. Trata-se agora de dar mais forma e um contorno melhor definido para que esse desenho, o de uma nova cidade, se torne mais nítido e cada vez mais concreto.

Esperamos que a nossa reflexão acerca desses aspectos possa realmente fornecer subsídios para uma política pública de adaptação e transformação e, quando necessário, preservação do espaço urbano, especialmente, do espaço de lazer, recuperando e favorecendo sempre o diálogo imprescindível entre os seres humanos e o espaço onde vivem. Essa seria uma forma do poder público contribuir com a “revolução cultural”, ajudando a (re)construir a cidade e não simplesmente deixando de atrapalhar as iniciativas de diálogo da população com o espaço urbano.

BIBLIOGRAFIA

Documentos, livros e periódicos:

ALVES, Rubem. Da esperança. Campinas: Papirus, 1987

_____. Conversas com quem gosta de ensinar. 23. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.

BARBUY, Santiago. O espaço do encontro humano. São Paulo: E.C.E., 1980.

BENJAMIN, Walter. Obras escolhidas – magia e técnica – arte e política. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BLALOCK JR, Hubert M. Social statistics. 2. ed. New York: McGraw-Hill Book Company, 1979.

BOBBIO, Norberto e outros. Dicionário de Política. 2. ed. Brasília: Ed. da UNB, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A cultura na rua. Campinas: Papirus, 1989.

BRUYNE, Paul de; HERMAN, Jacques; SCHOUTHEETE, Marc de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CALVINO, Italo. As cidades invisíveis. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPINAS. Lei complementar nº 004, de 17 de janeiro de 1996. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas, SP.

CAMPINAS. Lei nº 9199, de 27 de dezembro de 1996. Inclui o Plano Local de Gestão Urbana de Barão Geraldo. Prefeitura Municipal de Campinas, SP.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

_____.(org.) Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano. São Paulo: Edusp, 1994.

DA MATTA, Roberto. A casa e a rua. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

DE PELLEGRIN, Ana. O significado político do espaço: implicações para o lazer em condomínios - um estudo de caso. Monografia de conclusão de curso, Faculdade de Educação Física, UNICAMP, Campinas, 1995.

DEMO, Pedro. Combate à pobreza. Campinas: Autores Associados, 1997.

DINIZ, Eli (org.). Políticas públicas para áreas urbanas: dilemas e alternativas. Série Debates Urbanos, v. 4, Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

DOSSIÊ Cidades. In: Revista USP, São Paulo, n. 5, p.2-66, março/abril/maio, 1990.

DUMAZEDIER, Joffre. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980.

_____. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva SESC, 1979.

FORJAZ, Maria Cecília Spina. Lazer e consumo cultural das elites. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. n. 6, vol. 3, p.99-113, 1988.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAG, Barbara. Política educacional e indústria cultural. São Paulo: Cortez, 1987.

FRÚGOLI JR., Heitor. São Paulo: espaços públicos e interação social. São Paulo: Marco Zero, 1995.

GAARDER, Jostein. O mundo de Sofia. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

GRAMSCI, Antônio. Literatura e vida nacional. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LE CORBUSIER. A carta de Atenas. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1993.

LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Documentos, 1968

_____. La production de l'espace. Paris: Éditions Anthropos, 1974.

_____. Lógica formal e lógica dialética. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. São Paulo: Ática, 1991.

LIMA, Mayumi Souza. A cidade e a criança. São Paulo: Nobel, 1989.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. Lazer dos trabalhadores. In: Revista São Paulo em Perspectiva, n. 2, v. 3, p.37-39, 1988.

_____. O lazer da população de origem migrante na metrópole. In: Travessia: Revista do Migrante, s/d.

_____. e TORRES, Lilian de Lucca (orgs.). Na metrópole. São Paulo: Edusp/FAPESP, 1996.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte, n. 11, v. 3, p.206-209, 1990.

_____. Lazer e educação. 2. ed. Campinas: Papirus, 1990.

_____. Lazer e humanização. 2. ed. Campinas: Papirus, 1995.

_____. (org.) Políticas públicas setoriais de lazer-o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. O lazer no planejamento urbano. São Paulo: FGV, 1975.

MORAIS, Régis de. O que é violência urbana. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MOREIRA, Ruy. O que é geografia. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

MORIN, Edgar. Cultura de massas no século XX: o espírito do tempo I: neurose. 8. ed. São Paulo: Forense Universitária, 1990.

PARKER, Stanley. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

PATLAJAN, Thema. Urbanização e lazer. Cadernos de lazer, n. 3, São Paulo: Brasiliense, s/d.

REQUIXA, Renato. Lazer e ação comunitária. São Paulo: SESC, 1973.

RIESMAN, David. A multidão solitária. São Paulo: Perspectiva, 1971.

RUSSEL, Bertrand. Elogio do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

SANTOS, Milton. Ensaio sobre urbanização latino-americana. São Paulo: Hucitec, 1982.

_____. O espaço do cidadão. São Paulo: Hucitec, 1987.

_____. Pensando o espaço do homem. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. A natureza do espaço - técnica e tempo - razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

SAVIANI, Dermeval. Educação: do senso comum à consciência filosófica. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1982.

SELLTIZ, Claire e outros. Métodos de pesquisa nas relações sociais. São Paulo: Herder/USP, 1971.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 5. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.

WEFFORT, Francisco C.. Nordestinos em São Paulo: notas para um estudo sobre cultura nacional e cultura popular. In: VALLE, E. e QUEIROZ, J.J. (org.). A cultura do povo. 2. ed. São Paulo: EDUC, 1982, p.13-23.

YURGEL, Marlene. Problemas da arquitetura contemporânea. Série Estudos, n. 2, São Paulo: SESC, 1977.

ZILBERMAN, Regina (org.). A produção cultural para criança. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

Artigos de jornais:

ALÉCIO, Ricardo. Carnaval vai se mudar do Tancredão. Diário do Povo, Campinas, 23 fev. 1998.

ANTES da luz, o Barão Geraldo. Diário do Povo, Campinas, 10 dez. 1981.

AS lendas da Travessa Manoel Dias. Coração da cidade. Jornal de Domingo, Campinas, 04 maio 1986.

AVANCINI, Marina. Barão Geraldo terá mais duas galerias. Correio Popular, Campinas, 06 out. 1997.

BUORO, Cibele. Campinas na mira dos bombardeios. Revista do Correio Popular, Campinas, 05 jul. 1998.

BÚRIGO, Célia Puccini. Brincadeira gostosa, hoje álbum de família. Correio Popular, Campinas, 03 fev. 1985.

CHUEIRE, Renata. Abandono ameaça vila histórica. Diário do Povo, Campinas, 22 mar. 1998.

_____ e GOMES, Eunice. Barão saúda a volta do boi falador. Diário do Povo, Campinas, 10 abr. 1998.

COELHO, Marcelo. Shopping Iguatemi realiza socialismo dos ricos. Folha de São Paulo, São Paulo, 9 out. 1996.

CONSTANTINO, José. A lenda do Boi Falô. mimeo. S/d.

CORTEZ, Glauco. Pioneiros e intelectuais: bons vizinhos. Diário do Povo, Campinas, 25 mar. 1997.

COSTA, Maria Teresa. Construtora quer restaurar vila histórica. Correio Popular, Campinas, 21 ago. 1994.

_____. Condepacc tomba duas vilas operárias: Vila Manoel Freire e Manoel Dias passam a integrar, desde ontem, o patrimônio histórico de Campinas. Correio Popular, Campinas 25 nov. 1994.

_____. Vila tombada começa a ser restaurada. Correio Popular, 10 mar. 1995.

_____. Condepacc dá prazo para obra em vila. Correio Popular, Campinas, 05 jul. 1995.

_____. Construtora desiste de restaurar vila tombada. Correio Popular, Campinas, 08 ago. 1995.

_____. Plano de gestão prioriza região sudoeste. Correio Popular, Campinas, 11 mar. 1997.

_____. Depredação desfigura Vila Manoel Freire. Correio Popular, Campinas, 12 jun. 1997.

_____. Unicamp propõe parceria à Sanasa para salvar lagoa. Correio Popular, Campinas, 13 fev. 1998.

_____. Festa do Boi Falô será na sexta-feira santa. Correio Popular, Campinas, 08 abr. 1998.

_____. Uma macarronada para 4 mil em Barão Geraldo. Correio Popular, Campinas, 11 abr. 1998.

_____. Região sudoeste terá plano de gestão. Correio Popular, Campinas, 25 jun. 1998.

CRESCIMENTO na região é marcado por problemas de infra-estrutura. Nosso Jornal, Campinas, nov. 1996.

DAQUI não saio, daqui ninguém me tira. União, Campinas, fev. 1995.

DISTRITO de Barão Geraldo completa 35º aniversário. Correio Popular, Campinas, 30 dez. 1988.

DISTRITO rejeita prédios altos. Diário do Povo, Campinas, 06 nov. 1996.

DRUZIAN, Bernadete. Barão Geraldo: do velho distrito rural ao maior pólo de alta tecnologia da região. Diário do Povo, Campinas, 09 abr. 1989.

EM cada bairro, uma história - Vila Industrial, marco na vida de Campinas.

Jornal de Hoje, Campinas, 24 ago. 1981.

ESTUDANTES de Campinas fazem passeata pela paz. Correio Popular, Campinas, 16 abr. 1999.

FALTA tudo no posto médico. Genebra. Campinas, abr. 1995.

FARIA, Ronaldo. Vila Industrial: reduto da ilusão. Diário do Povo, Campinas, 06 out. 1982.

FAVA, Antonio Roberto e LEME, Ronaldo Montanari. Bairros-Vila Industrial: tão grande quanto uma cidade. Correio Popular, Campinas, 11 maio 1978.

FERNANDES, Eli. Plano de Barão gera protesto. Diário do Povo, Campinas, 19 nov. 1996.

FERREIRA, Luciana. Bosque Augusto Ruschi valoriza o DIC 1. Diário do Povo, Campinas, 04 fev. 1997.

FESTA do Boi Falô agita Barão Geraldo. Correio Popular, Campinas, 10 abr. 1998.

FESTA para inaugurar a passarela. Jornal do Bairro, Campinas, fev. 1996.

FINETTO, Maria e OLIVEIRA, Raymundo de. Há ouro no oeste. Diário do Povo, Campinas, 04 dez. 1996.

GARCIA, Wanderley. Barão convence Câmara. Diário do Povo, Campinas, 12 dez. 1996.

GRUPO de senhoras trabalha em prol de comunidade carente. Nosso Jornal, Campinas, mar. 1997.

LEMONS, Hilton. Vila Industrial ganha novas referências. Diário do Povo, Campinas, 09 jan. 1997.

MARTINS, José Pedro. Plano prevê revitalização de Barão Geraldo. Correio Popular, Campinas, 19 jun. 1996.

_____. Barão Geraldo ganha Parque Ecológico. Correio Popular, Campinas, 31 out. 1996.

MEGAMACARRONADA celebra a lenda do boi falador de Barão. Diário do Povo, Campinas, 14 abr. 1998.

MEIRELLES, Ricardo. Câmara decide hoje qual vai ser a cara de Barão Geraldo. Diário do Povo, Campinas, 11 dez. 1996.

MONTANINI, Cláudio. Cem anos de habitação. Jornal de Domingo, Campinas, 14 out. 1990.

MONTEIRO, Edimarcio Augusto. Tombamento confunde moradores do beco. Correio Popular, Campinas, 05 abr. 1993.

MONTELEONE, Joana. A história do corpo e das cidades. Jornal da Tarde, São Paulo, 3 maio 1997.

MONTONE, Carol. Tranquilidade e boa comida. Diário do Povo, Campinas, 20 fev. 1998.

MORADORES definem instalação de área de lazer em distrito. Correio Popular, Campinas, 18 ago. 1997.

NOVO centro de saúde já está funcionando. Genebra, Campinas, abr. 1995.

NUNES, Tote. Barão Geraldo vive explosão de consumo. Correio Popular, Campinas, 18 maio 1993.

O veterano locutor volta a animar a festa na cidade. Diário do Povo, Campinas, 03 fev. 1989.

ONDA de furtos, roubos e estupros aumenta insegurança. Nosso Jornal, Campinas, abr. 1997.

PAIS de alunos lutam contra a reforma de ensino. Nosso Jornal, Campinas, nov. 1996.

PERUEIRO é assassinado com 3 tiros no DIC V. Correio Popular, Campinas, 19 out. 1998.

PFEIFER, Ismael. No “Beco Dias”, um pedaço do passado: encravado na Vila Industrial, com casas de mais de 80 anos. Correio Popular, Campinas, 17 abr. 1983.

PILONI, Débora. O bosque que inspira canções no DIC 1. Diário do Povo, Campinas, 06 maio 1997.

_____. Vila Industrial reclama de curtume desativado. Diário do Povo, Campinas, 20 maio 1997.

POLÍCIA prende acusada de tráfico em escolas. Correio Popular, Campinas, 19 mai. 1999.

PRAÇA abandonada incomoda os moradores do bairro. Genebra, Campinas, abr. 1995.

PRAÇA de esportes reabre ao público. Nosso Jornal, Campinas, 1997.

PRIMEIRO cinema apareceu em 1878. Correio Popular, Campinas, 02 jan. 1991.

PUPO, Benedito Barbosa. A geografia do meu bairro. Correio Popular, Campinas, 26 jul. 1974.

_____. Benedito Barbosa. A bisbilhotice como arma de defesa da sociedade. Correio Popular, Campinas, 27 set. 1974.

REGIÃO cresce e pede soluções. Jornal do Bairro, Campinas, jan. 1996.

RIBEIRO, Nilson. Vila Industrial - Os últimos dias de um doce passado. Jornal de Domingo, Campinas, 25 nov. 1990.

ROVERI, Andréa. Construção de centro de saúde gera polêmica. Correio Popular, Campinas, 04 ago. 1995.

SANTANA, Paulo. Água contaminada mata aves e peixes em parque ecológico. Correio Popular, Campinas, 03 jan. 1998.

SILVEIRA, Ana Carolina. Vila Industrial teima em viver o passado. Correio Popular, Campinas, 23 nov. 1990.

SOARES, Alessandro. Violeiros da tesoura. Diário do Povo, Campinas, 03 dez. 1997.

TOMBAMENTO é preparado para vilas de ferroviários. Correio Popular, Campinas, 29 set. 1990.

VERZIGNASSE, Rogério. Vamos passear no parque. Revista do Correio Popular, Campinas, 25 maio 1997.

_____. Vila tombada esconde abrigo anti-bombas. Correio Popular, Campinas, 14 mar. 1995.

_____. Ossadas vêm à tona em obra da Vila Industrial. Correio Popular, Campinas, 31 ago. 1995.

_____. Acesso fecha e isola cinco famílias. Correio Popular, Campinas, 03 ago. 1998.

VIDA urbana. Zero Hora, Porto Alegre, 30 de março de 1997, Primeiro Caderno, p. 34-36.

VILA deteriorada dá lugar a espaço cultural. Correio Popular, Campinas, 24 fev. 1995.

VILA Dias preserva memória urbana do início do século. Correio Popular, Campinas, 31 jul. 1977.

VILA será transformada em área de lazer. Correio Popular, Campinas, 23 dez. 1994.

VILAS BOAS, Ilone. Livro reúne “causos” e lendas da Vila Industrial. Correio Popular, Campinas, 30 jul. 1997.

WORLD Media Especial 1. Folha de São Paulo, São Paulo, 27 jun. 1995.

YLÊ Ogum quer fazer arrastão de foliões nos bairros. Diário do Povo, Campinas, 20 fev. 1998.

Internet:

[http://www.Gilberto Gil.com.br/santos/entrevis.htm](http://www.GilbertoGil.com.br/santos/entrevis.htm)

Vídeo:

TV Cultura. Programa Roda Viva, entrevista com Milton Santos, gravada em 31 de março de 1997.